

5º Encontro Anual de **Economia Política**

**Vulnerabilidades e transformações
sociais e económicas**

» 27-29 de janeiro 2022
» Universidade do Algarve

**BOOK OF
ABSTRACTS**

Mais informações em econiapolitica.pt

Organização

Associação Portuguesa de **Economia Política**



Apoio



LIVRO DE RESUMOS

5º Encontro Anual de Economia Política

Vulnerabilidades e Transformações Sociais e Económicas

Organizadores:

EcPol - Associação Portuguesa de Economia Política

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

CinTurs – Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar da Universidade do Algarve

CEFAGE – Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia da Universidade do Algarve

CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Apoio:

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Ordem dos Economistas – Delegação Regional do Algarve

Comissão Organizadora:

Ana Paula Barreira, Ana Sofia Lopes, Carla Nogueira, Catarina Príncipe, Cristina Pinheiro, Efigénio Rebelo, Fábio Sampaio, Hugo Pinto, Jorge Andraz, Jorge André Guerreiro, Luís Coelho, Luísa Veloso, Marlene Fernandes, Marisa Cesário

Comissão Científica:

Alexandre Abreu, Ana Rita Cruz, Aurora Teixeira, Ester Silva, João Albino Silva, João Ferrão, João Leitão, José Reis, Maria Gato, Patrícia Pinto, Paulo Neto, Pedro Marques, Regina Salvador, Renato Carmo, Ricardo Paes Mamede, Sílvia Ferreira, Simone Tulumello, Teresa de Noronha

Voluntários:

Alexandra Martins, Marta Ruivinho, Milton Rosa, Natacha Valente, Raquel Travia, Rita Tavares, Yuri Alves, Rita Silva

ISBN: 978-989-8847-18-8

ISBN Digital document: 978-989-8847-19-5

CinTurs (2021). *Vulnerabilidades e Transformações Sociais e Económicas. Livro de Resumos do 5º Encontro Anual de Economia Política*, Universidade do Algarve: Faro.

ÍNDICE GERAL

5º ENCONTRO ANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA.....	5
PROGRAMA GERAL.....	6
ORADORES CONVIDADOS	8
PROGRAMA DAS SESSÕES PARALELAS.....	10
RESUMOS DAS SESSÕES PARALELAS.....	16
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 1	
CAPITALISMOS.....	16
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 2	
LEITURAS A PARTIR DA PANDEMIA.....	18
PAINEL TEMÁTICO	
REPENSAR O TURISMO DEPOIS DA PANDEMIA	20
PAINEL TEMÁTICO	
ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO I: PORTUGAL ONTEM E HOJE.....	22
SESSÃO PARALELA ONLINE 1	
CAPITALISMOS II.....	23
SESSÃO PARALELA ONLINE 2	
DESIGUALDADES	25
PAINEL TEMÁTICO ONLINE	
ECONOMIA POLÍTICA E INTER/TRANSDISCIPLINARIDADE	28
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 3	
MACROECONOMIA E CRISES.....	29
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 4	
POLÍTICAS PÚBLICAS	32
PAINEL TEMÁTICO	
ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO II: OLHARES EUROPEUS	34
PAINEL TEMÁTICO	
THE TWIN GREEN AND DIGITAL TRANSITIONS: THE PLACE OF WORK IN THE PORTUGUESE AUTOMOTIVE SECTOR.....	36
PAINEL TEMÁTICO	

SOLIDARIEDADE NO MERCADO DE TRABALHO: O QUE SIGNIFICA E EM QUE CONDIÇÕES PODE EMERGIR?.....	37
SESSÃO PARALELA ONLINE 3	
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	39
SESSÃO PARALELA ONLINE 4	
RESILIÊNCIA E VULNERABILIDADES	41
PAINEL TEMÁTICO ONLINE	
O TERRORISMO COMO CRISE: PERSPETIVAS MULTI E INTERDISCIPLINARES	44
PAINEL TEMÁTICO	
PANDEMIA E VULNERABILIDADES: TERRITÓRIOS, (DES)EMPREGO E POLÍTICAS.....	46
SESSÃO PARALELA ONLINE 5	
TRABALHO	48
SESSÃO PARALELA ONLINE 6	
MACROECONOMIA E CRISES II	51
SESSÃO PARALELA ONLINE 7	
TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE	53
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 5	
GOVERNAÇÃO	56
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 6	
TRABALHO II	57
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 7	
DESIGUALDADES III.....	59
SESSÃO PARALELA ONLINE 8	
VULNERABILIDADES	60
SESSÃO PARALELA ONLINE 9	
TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	62
SESSÃO PARALELA ONLINE 10	
EDUCAÇÃO E PANDEMIA	64

5º ENCONTRO ANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA

VULNERABILIDADES E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS

O largo conjunto de impactos originado pela pandemia sobre a forma como nos organizamos não está ainda cabalmente compreendido. Ele incide tanto sobre a nossa vida material e institucional como sobre as relações sociais e territoriais, nos planos nacional e internacional. O debate sobre o desempenho económico e as respostas à pandemia tem sido recorrente, já que determinadas configurações institucionais, lógicas empresariais e especializações económicas se mostraram particularmente geradores de vulnerabilidades. A importância conferida às capacidades regionais e nacionais, à necessidade de reindustrialização e à descarbonização da economia aumentaram. A resposta a esta e a futuras crises exigirá uma transformação das sociedades e das economias. Essa transformação deverá ser pensada em múltiplas dimensões, porque implicará não só a reflexão em torno da superação das fragilidades anteriores como, também, a transição para um paradigma de desenvolvimento sustentável.

De modo a refletir sobre as vulnerabilidades e o potencial transformador nas economias para responder aos desafios da pandemia, a Associação Portuguesa de Economia Política (EcPol) organizou o 5º Encontro Anual de Economia Política que decorreu na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve nos dias 28 e 29 de janeiro de 2022 com o tema “Vulnerabilidades e transformações sociais e económicas”.

O Encontro procurou juntar todos aqueles que, a partir das mais diversas áreas disciplinares e abordagens, entendem os fenómenos económicos como sendo eminentemente configurados por fatores de ordem social, política, jurídica, cultural, tecnológica e ecológica e devendo ser estudados nos seus contextos institucionais, históricos e geográficos.

Os tópicos de discussão incluíram, entre outros, as especializações produtivas e pandemia, as vulnerabilidades territoriais e pandemia, a pandemia e desenvolvimento sustentável, a ciência, inovação e crise, a crise, Estado e políticas públicas, as desigualdades e pandemia, a globalização e pandemia, as instituições e resposta à pandemia, a pandemia e transformação social, o poder, governação e pós-pandemia, as reconfigurações da cidade no pós-pandemia, as reconfigurações do trabalho e pandemia, a resiliência regional, as transições sustentáveis e o turismo e pandemia.

O evento decorreu em modelo híbrido e foi organizado pela Associação Portuguesa de Economia Política, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, CinTurs – Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar, CEFAGE-UAlg – Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

PROGRAMA GERAL

QUINTA-FEIRA – 27/01/2022
Escola de Inverno

SEXTA-FEIRA – 28/01/2022
09h00 Sessão de Boas-vindas

09h20 – Sessão Plenária – EN
Vulnerabilities, Tourism and (im)mobilities: Regimes in troubled times
Cláudio Milano
Chair: Patrícia Pinto
Comentador: Alexandre Abreu

10h20 – **Intervenção do Presidente do Encontro**
Adriano Pimpão

11h30 – Sessões Paralelas (SLOT1)
SP1 – Capitalismos
SP2 – Leituras a partir da Pandemia
PAINEL TEMÁTICO - Repensar o Turismo depois da Pandemia
PAINEL TEMÁTICO - Economia Política do Território I: Portugal ontem e hoje
SP1 ONLINE – Capitalismos II
SP2 ONLINE – Desigualdades
PAINEL TEMÁTICO ONLINE - Economia Política e Inter/transdisciplinaridade
PAINEL TEMÁTICO - Contributos para Pensar a Ciência Económica, as Políticas Públicas e o Desenvolvimento Regional: uma Sessão de Homenagem a Pedro Nogueira Ramos

14h00 – Sessões Paralelas (SLOT2)
SP3 – Macroeconomia e Crises
SP4 – Políticas Públicas
PAINEL TEMÁTICO - Economia Política do Território II: Olhares europeus
PAINEL TEMÁTICO - The Twin Green and Digital Transitions: The place of work in the Portuguese automotive sector
PAINEL TEMÁTICO - Solidariedade no Mercado de Trabalho: O que significa e em que condições pode emergir?
SP3 ONLINE - Inovação e Desenvolvimento
SP4 ONLINE - Resiliência e Vulnerabilidades
PAINEL TEMÁTICO ONLINE - O Terrorismo como Crise: Perspetivas multi e interdisciplinares

15h30 – Sessão Plenária – EN
The Political Economy of Structural Crises
Bruno Amable
Chair: Marisa Cesário
Comentador: Ricardo Paes Mamede

17h15 – Sessão Plenária – EN
Globalisation, Cities, Vulnerabilities, Capacity to Cope with the Pandemic
Saskia Sassen
Chair: João Albino Silva
Comentador: Pedro Costa

SÁBADO – 29/01/2022

09h30 – Sessões Paralelas (SLOT 3)

PAINEL TEMÁTICO - Pandemia e Vulnerabilidades: Territórios, (des)emprego e políticas
SP5 ONLINE - Trabalho
SP6 ONLINE - Macroeconomia e Crises II
SP7 ONLINE - Transformações na Cidade

**11h30 – Sessão Plenária de Debate – Olhares sociológicos sobre a economia política da pandemia:
entre o individual e o global**

João Arriscado Nunes
Chair: Ana Paula Barreira

14h00 – Sessões Paralelas (SLOT 4)

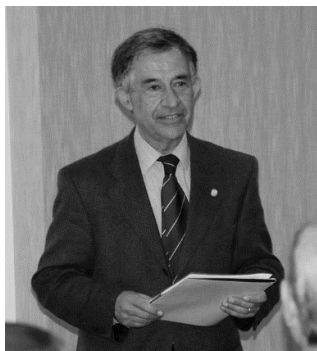
SP5 – Governação
SP6 – Trabalho II
SP7 – Desigualdades III
Apresentação do livro “O Trabalho Aqui e Agora”
SP8 ONLINE – Vulnerabilidades
SP9 ONLINE – Transição e Transformação
SP10 ONLINE – Educação e Pandemia

15h30 – Encerramento

ORADORES CONVIDADOS

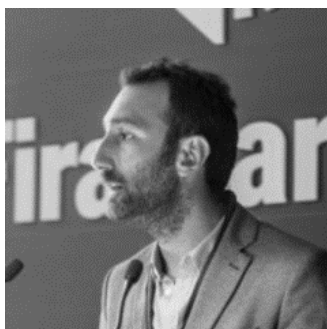
Políticas de Descentralização, Resiliência e Desenvolvimento dos Territórios

Presidente do Encontro



Adriano Pimpão foi Reitor da UAlg de 1998 a 2006 e, nessa qualidade, desempenhou um papel importante no desenvolvimento do ensino e investigação na área das ciências biomédicas, designadamente da medicina. Foi Diretor Regional de Planeamento, na CCDRALgarve, e Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Representou o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) no Conselho Económico e Social e foi Presidente da Assembleia Municipal de Loulé e da Assembleia Intermunicipal da AMAL. Recebeu o Título de Professor Emérito na cerimónia de investidura do novo Reitor da UAlg, Prof. Doutor António Branco e das comemorações do 34º aniversário da Universidade do Algarve, em 2013.

Vulnerabilities, Tourism and (im)mobilities: regimes in troubled times



Cláudio Milano (PhD) é antropólogo social com formação em economia e mais de 10 anos de experiência académica e industrial. É consultor em planeamento estratégico de turismo internacional, palestrante e investigador. É Professor Associado do Departamento de Antropologia Social e Cultural da Universidade Autónoma de Barcelona e Diretor do Programa de Mestrado em Gestão de Turismo Sustentável de Recursos e Destinos da Escola de Gestão de Turismo Ostelea da Universidade de Lleida (Barcelona, Espanha).

Tourism has registered unprecedented growth since the beginning of the new millennium and has been welcomed in tourist destinations as a source of economic development. With the COVID-19 crisis, the urban economies of tourist destinations have been one of the most affected sectors. To cope with the crisis, local authorities, national tourism offices and destination marketing organizations (DMOs) have focused on reactivating the value chain of the tourism sector. For this reason, most of the public aid has been of a fiscal nature such as reductions, tax exemptions and legal moratoriums. This keynote aims to explore the effects of the mobility crisis induced by COVID-19 in urban tourism contexts. Furthermore, it wishes to open a debate on the reliance of urban economies on tourism. Both the excess of tourism and its absence offer new scenarios to rethink the regimes of (im)mobility which might help the understanding of tourism mobilities in urban settings. In this framework, COVID-19 induced crises in tourist destinations offer a space for dialogue in order to rethink the political agenda on the new challenges and scenarios of (im)mobilities regimes in complex societies

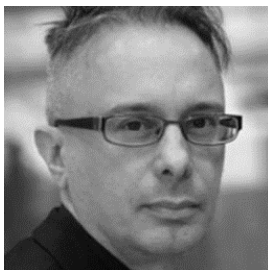
Global Governance Regimes at a Time of Unsettlement



Saskia Sassen é Professora Robert S. Lynd de Sociologia e co-presidente do Comité de Pensamento Global da Universidade de Columbia. As suas publicações mais recentes são *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages* (Princeton University Press, 2008), *A Sociology of Globalization* (W.W. Norton, 2007) e a 4ª edição atualizada de *Cities in a World Economy* (Sage, 2011). Os seus livros estão traduzidos em vinte e um idiomas. Atualmente está a trabalhar em *When Territory Exits Existing Frameworks* (Sob contrato com a Harvard University Press). Contribui regularmente para *OpenDemocracy* e *The Huffington Post*.

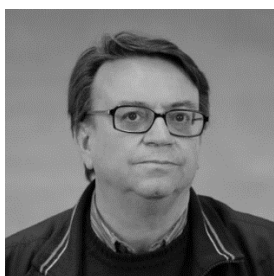
"Global Governance" has become an increasingly common term to capture an enormous diversity of governance regimes and specific public and private agreements. It includes well- established public institutions such as the WTO (World Trade Organization) and the ISO (International Standards Organization). But it also includes private agreements among actors in specialized domains, such as private commercial arbitration - which has become the dominant form for settling cross-border business disputes. The effort here will be to focus on the multiplication of regimes and how that might affect such conditions as transparency, disputes, and more.

The Political Economy of Structural Crises



Bruno Amable é Professor titular na Universidade de Genebra desde agosto de 2016. Anteriormente, foi professor de economia na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne. É um especialista reconhecido nas várias formas de capitalismo, instituições e na sua influência na inovação e na indústria. Publicou inúmeras contribuições sobre as interações entre globalização, política industrial e progresso tecnológico. Nos últimos anos, alargou os seus interesses aos mercados de trabalho, reformas estruturais europeias e política de emprego

Olhares sociológicos sobre a economia política da pandemia: entre o individual e o global?



João Arriscado Nunes é Investigador Permanente do Centro de Estudos Sociais e membro da Coordenação do Programa de Investigação em Epistemologias do Sul (alice-ES). Professor Catedrático Aposentado de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi co-coordenador do Programa de Doutoramento "Governação, Conhecimento e Inovação" e membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Sociologia. Membro da coordenação do projeto ALICE - Espelhos estranhos e lições imprevistas, dirigido por Boaventura de Sousa Santos e financiado pelo European Research Council (2011-2016).

PROGRAMA DAS SESSÕES PARALELAS

09H00 – SESSÃO DE BOAS-VINDAS
09H20 – SESSÃO PLENÁRIA: VULNERABILITIES, TOURISM AND (IM)MOBILITIES: REGIMES IN TROUBLED TIMES
10H20 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO ENCONTRO
SEXTA-FEIRA – 28/01/2022 11h30 – 13h00
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 1: CAPITALISMOS SALA 3A
<p>Chair: Ricardo Noronha</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O Socialismo na gaveta: o fenómeno autogestionário nos governos de Mário Soares (1976-1978)</i> - Miguel Ángel Pérez Suárez - <i>Mestres da codificação de capital. O Direito na produção de riqueza e desigualdade. Uma leitura da obra de Katharina Pistor “The Code of Capital”</i> - Susana Santos - <i>A produção da ordem liberal por meio da intervenção do Estado, segundo Polanyi e Foucault</i> - Thiago Soares de França - <i>«Sair da crise!»: o PCP e a política económica no rescaldo do PREC (1976-1985)</i> – Ricardo Noronha
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 2: LEITURAS A PARTIR DA PANDEMIA SALA 3B
<p>Chair: João Rodrigues</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Impactos da Covid-19 na desigualdade de género na academia</i> - Filipa Godinho e Thais França - <i>Educação, desigualdades sociais e pandemia: reflexões em torno de uma conjuntura</i> - Inês Tavares - <i>A pandemia à prova da sociologia: Uma incursão exploratória sobre algumas das suas consequências sociais</i> - João Martins e Bruno Néné - <i>A política económica na pandemia: para lá do neoliberalismo?</i> - João Rodrigues e Paulo Coimbra
PAINEL TEMÁTICO: REPENSAR O TURISMO DEPOIS DA PANDEMIA SALA 3D
<p>Chair: Maria Assunção Gato</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Turismo, imobiliário, pandemia: os transacionáveis “não-deslocalizáveis” na internacionalização sitiada da economia portuguesa</i> - Ana Drago - <i>Construindo Sinergias entre a Cultura, a Criatividade e o Turismo para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios</i> - Elisabete Tomaz, Margarida Perestrelo, Pedro Costa, Maria Assunção Gato e Ana Rita Cruz - <i>Leituras sobre os Impactos da Pandemia a partir da Economia Política do Turismo</i> - André Guerreiro e Hugo Pinto - <i>E Depois da Pandemia? Reflexões sobre um Recomeço mais Sustentável do Turismo em Lisboa</i> - Maria Assunção Gato e Ana Rita Cruz
PAINEL TEMÁTICO: ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO I: PORTUGAL ONTEM E HOJE ANFITEATRO
<p>Chair: Simone Tulumello</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A Economia Política da Área Metropolitana de Lisboa</i> - José Reis - <i>Diferenciação e desigualdades: territórios e ensino superior em Portugal</i> - Gonçalo Leite Velho - <i>A governabilidade das organizações da economia social em tempo de pandemia</i> - Ana Costa e Maria Manuel Serrano

SESSÃO PARALELA ONLINE 1: CAPITALISMOS II
<p>Chair: Sandro Mendonça</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O Papel da Coordenação, das Instituições e da Cooperação Internacional em Tempos de Crise: Os Desafios da Governança Global no Século XXI</i> - Gabriel Rached - <i>A “primeira versão” da teoria da crise de Marx: a queda da massa de mais-valia social e o limite interno absoluto do capital</i> - Nuno Machado - <i>Economia Política do território durante o Estado Novo: das províncias às regiões Plano (1936-1974)</i> - António Rafael Amaro - <i>A (in)visibilidade dos bastidores</i> - Pedro Miguel Ferreira - <i>The 5G non-aligned are in the house: Too far from the technological frontier, so close to the new East-West Cold War?</i> - Luciano Charlita, Bruno Damásio, Sandro Mendonça e Luís Oliveira
SESSÃO PARALELA ONLINE 2: DESIGUALDADES
<p>Chair: Beatriz Ferreira</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como resposta aos desafios da pandemia, através das missões de voluntariado</i> - Tânia Sofia Tavares de Carvalho Ribeiro Libório - <i>Vulnerabilidade e Democracia: análise da vulnerabilidade social como incremento do défice democrático no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil</i> - Orlando Villas Bôas Filho e Giovanna Nony Failache da Silva - <i>Como a violência se manifesta no ambiente de ensino? Uma análise da indisciplina, da agressão, do bullying, da automutilação e da tentativa de suicídio nas escolas</i> – Fabiane Quevedo Fredes e Tiarajú Alves de Freitas - <i>Desigualdade de género e pandemia: Trabalho remunerado e não remunerado e políticas públicas</i> - Elsa Fontainha e Beatriz Ferreira
PAINEL TEMÁTICO ONLINE: ECONOMIA POLÍTICA E INTER/TRANSDISCIPLINARIDADE
<p>Chair: Vítor Neves</p> <p><i>Michel Henry, Maria Zambrano and Maria Gabriela Llansol – onto-phenomenology breakthroughs for political economy</i> - Ângela Lacerda-Nobre e Rogério Duarte</p> <p><i>Transdisciplinaridade e institucionalidade - uma proposta de estudo teórico e metodológico do novo institucionalismo económico</i> - Marc Jacquinet</p> <p><i>Economia Política, interdisciplinaridade e pluralismo</i> - Vítor Neves</p>
PAINEL TEMÁTICO ONLINE: CONTRIBUTOS PARA PENSAR A CIÊNCIA ECONÓMICA, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA SESSÃO DE HOMENAGEM A PEDRO NOGUEIRA RAMOS
<p>Chairs: Paulo Neto, João Pedro Ferreira, Hugo Pinto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Testemunhos de colegas, Políticas públicas e economia regional, Matriz Input-Output e a Pandemia, A ciência económica e a tortura dos números
SEXTA-FEIRA – 28/01/2022 14h00 – 15h30
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 3: MACROECONOMIA E CRISES SALA 3A
<p>Chair: Alexandre Mergulhão</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Cortou-se quase tudo, e quase tudo foi demais? O declínio do investimento público e as alternativas à estratégia de consolidação orçamental em Portugal</i> - Vicente Ferreira - <i>Visões alternativas sobre a estagnação portuguesa: da criação do euro à crise pandémica</i> - Diogo Martins e Ricardo Paes Mamede - <i>Da desvalorização interna à crise pandémica: um estudo setorial sobre as perspetivas dos atores acerca das reconfigurações do trabalho</i> - Maria da Paz Campos Lima, Ana Cristina Costa, Dora Fonseca e António Velez - <i>Variedades de rendimentos de topo dentro da OCDE durante o capitalismo neoliberal</i> - Alexandre Mergulhão

<p>SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 4: POLÍTICAS PÚBLICAS</p> <p>SALA 3B</p>
<p>Chair: Luísa Veloso</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>As Políticas Públicas Educacionais na América Latina, o Ensino de Geografia e a Formação Docente no Equador</i> - Clézio Santos - <i>Cidadãos privilegiados em Portugal: o caso dos regimes “Vistos Gold” e Residentes Não Habituais</i> - Fernando Ampudia de Haro e Sofia Gaspar - <i>A empregabilidade das pessoas com deficiência – abordagem sociológica sobre as tendências das políticas e das práticas</i> - Inácia Esteves e Saudade Baltazar - <i>Relações transnacionais de emprego no setor da construção civil: acordos de cooperação transfronteiriça de trabalhadores destacados na União Europeia</i> - Catarina Sales Oliveira, Joana Marques e Luísa Veloso
<p>PAINEL TEMÁTICO: ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO II: OLHARES EUROPEUS</p> <p>SALA 3C</p>
<p>Chair: Simone Tulumello</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Política regional sem foco na convergência – A lógica das RIS3 problematizada com base na evolução da Extremadura</i> - Paulo Miguel Madeira - <i>Associativismo e desenvolvimento local</i> - Pedro Hespanha - <i>Informal, ou friccional? Teorizar a interface entre práticas “informais” e políticas públicas de habitação em Nápoles, Itália</i> - Simone Tulumello
<p>PAINEL TEMÁTICO: THE TWIN GREEN AND DIGITAL TRANSITIONS: THE PLACE OF WORK IN THE PORTUGUESE AUTOMOTIVE SECTOR</p> <p>SALA 3D</p>
<p>Chair: João Vasco Lopes</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>The place of Portugal in the automotive Global Value Chain</i> - João Vasco Lopes - <i>Emprego, Salários e Formação no sector automóvel: Tendências recentes</i> - Frederico Cantante e Mariana Trigo Pereira - <i>Regimes de produção e mecanismos de controle e autoridade no sector automóvel em Portugal</i> - Eugénia Pires
<p>PAINEL TEMÁTICO: SOLIDARIEDADE NO MERCADO DE TRABALHO: O QUE SIGNIFICA E EM QUE CONDIÇÕES PODE EMERGIR?</p> <p>AUDITÓRIO VERMELHO</p>
<p>Chair: Helena Lopes</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A política da solidariedade: Diferentes conceções, diferentes coligações</i> – Paulo Marques, Rui Branco, Helena Lopes e Renato Carmo - <i>Promoting solidarity in the world of work</i> - Helena Lopes - <i>Under what conditions do governments enact legislative reforms (de)regulating fixedterm contracts? Identifying “windows of opportunity” for reforms</i> - Paulo Marques, Rui Branco e Rita Guimarães - <i>Regulating the individual transport sector - an institutional comparison between Portugal and Spain</i> - Luís Guerreiro e Paulo Marques
<p>SESSÃO PARALELA ONLINE 3: INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO</p>
<p>Chair: Pedro Marques</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O Papel Estado e a Formação de Ambientes Inovadores na Região Triangulo Mineiro (Brasil): O Caso de Uberaba</i> - Marcos Kazuo Matushima e Maria Terezinha Gomes - <i>The role of public policies to support innovation: a paradigm shift</i> - Gonçalo Rodrigues Brás - <i>Much ado about patent statistics: Evolving uses from technological competitiveness to sustainability assessment</i> - Sandro Mendonça, Hugo Confraria e Manuel Mira Godinho - <i>Factors conditioning the implementation of RIS3: an analysis of cohesion funds</i> - Pedro Marques

SESSÃO PARALELA ONLINE 4: RESILIÊNCIA E VULNERABILIDADES
<p>Chair: Catarina Frade</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A interconetividade das desigualdades socioespaciais</i> - Sara Rodrigues Neves - <i>Uma Análise de Resiliência Regional para o Vale do Paranhana/Rs/Brasil</i> - Alexandre Aloys Matte Júnior - <i>A resiliência das NUTS III portuguesas aos choques económicos das últimas duas décadas: Uma análise às suas capacidades de resistência e de recuperação</i> - Márcio Ferreira e Teresa Sá Marques - <i>Recovery from the COVID-19 pandemic. An overview of the territorial dimension of EU Member States's Recovery and Resilience Plans</i> - Paulo Neto - <i>Resiliência, capacidade adaptativa e pandemia: a experiência da CIM-RC</i> - Catarina Frade e Rita Martins
PAINEL TEMÁTICO ONLINE: O TERRORISMO COMO CRISE: PERSPETIVAS MULTI E INTERDISCIPLINARES
<p>Chair: Eunice Castro Seixas</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Estudos sobre terrorismo com base na análise crítica de discurso: Uma revisão crítica</i> - Eunice Castro Seixas - <i>Terrorismo no Magrebe e no Sahel – Enquadramento e Perspetivas</i> - Maria Sousa Galito - <i>A prevenção do terrorismo através de intervenções com indivíduos "de risco"</i> - Raquel da Silva - <i>Fumo sem fogo: determinações pessoais, contra-terrorismo e semiose</i> - Daniel Seabra Lopes
15H30 - SESSÃO PLENÁRIA: THE POLITICAL ECONOMY OF STRUCTURAL CRISES
17H15 - SESSÃO PLENÁRIA: GLOBALISATION, CITIES, VULNERABILITIES, CAPACITY TO COPE WITH THE PANDEMIC
SÁBADO – 29/01/2022 09h30 – 11h00
PAINEL TEMÁTICO: PANDEMIA E VULNERABILIDADES: TERRITÓRIOS, (DES)EMPREGO E POLÍTICAS AUDITÓRIO
<p>Chair: Jorge Caleiras</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O trabalho aqui e agora: crises, percursos e vulnerabilidades no mercado de trabalho em Portugal</i> - Isabel Roque, Rodrigo Viera de Assis, Renato do Carmo e Jorge Caleiras - <i>Desemprego, precariedade laboral e desigualdades sociais: impactos da pandemia no mercado de trabalho em Portugal e na Europa</i> - Inês Tavares, Ana Filipa Cândido, Renato do Carmo e Jorge Caleiras - <i>Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego: Uma análise exploratória sobre perfis socioeconómicos municipais e impactos da COVID-19 em Portugal</i> - João Ferrão, Hugo Pinto, José Maria Castro Caldas e Renato do Carmo - <i>Crises, (des)proteção social e políticas: um olhar em perspetiva</i> - Jorge Caleiras e Renato do Carmo
SESSÃO PARALELA ONLINE 5: TRABALHO
<p>Chair: Maria Clara Murteira</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Las Repercusiones de las Políticas de "Flexiseguridad" en el Poder Sindical. Un Estudio Comparativo</i> - Elías Roiz Ceballos - <i>El trabajo en plataformas digitales de reparto en Brasil y los impactos de la pandemia de Covid-19: nuevos y antiguos desafíos</i> - Ana Beatriz Bueno de Jesus e Bruna da Penha de Mendonça Coelho - <i>Subutilização do trabalho na economia portuguesa: uma unidade de medida alternativa</i> - Margarida Antunes - <i>A redução da jornada de trabalho em Portugal: Um pleito ainda contemporâneo?</i> - Cláudia Lima Monteiro - <i>A expansão e a retração do direito à pensão mínima de velhice na era das reformas regressivas</i> - Maria Clara Murteira

SESSÃO PARALELA ONLINE 6: MACROECONOMIA E CRISES II
<p>Chair: Ricardo Barradas</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Uma lei mais forte e útil do que a de Okun? A relação entre a taxa de investimento e a taxa de desemprego</i> - Alexandre Abreu - <i>25 anos de programas de transferência monetária condicionada: que balanço?</i> - Maria Clara Oliveira e Teresa Almeida Cravo - <i>Alterações Climáticas, Desigualdades e Neoliberalismo</i> - João Pedro Reis Serra Garra - <i>O contributo da história monetária para a compreensão das controvérsias monetárias atuais</i> - Tiago Pereira Santos - <i>Household Indebtedness in the European Union Countries: Going Beyond the Mainstream Interpretation</i> - Inês Tomás e Ricardo Barradas
SESSÃO PARALELA ONLINE 7: TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE
<p>Chair: Catarina Maia</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>“Diz-me onde moras e dir-te-ei em quem confias”</i>: Exploração dos determinantes habitacionais da confiança nas instituições em Portugal - Raquel Ribeiro e Ana Cordeiro Santos - <i>Caracterização dos núcleos urbanos informais na Área Metropolitana de Brasília</i> - Dominique Cortês de Lima - <i>Um Panorama sobre a Financeirização e a Segmentação da Produção Habitacional no Porto</i> - Lais França Silva e Teresa Sá Marques - <i>Geografias da Covid-19: perceções em torno da habitação nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto</i> - Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Catarina Maia e Diogo Ribeiro
11h30 – 13h00 SESSÃO PLENÁRIA DE DEBATE
SÁBADO – 29/01/2022
14h00 – 15h30
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 5: GOVERNAÇÃO
SALA 3A
<p>Chair: Manuel Couret Branco</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Crises do capitalismo global no século XXI: tópicos para uma abordagem estrutural e holística</i> - João Jerónimo Machadinha Maia - <i>Governança económica da UE, crises e evolução do Estado Social: o caso português</i> - Andreia Nunes e João Carlos Lopes - <i>Utilitarismo e Direitos Humanos</i> - Manuel Couret Branco
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 6: TRABALHO II
SALA 3B
<p>Chair: Luísa Veloso</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Re-regulamentação do Mercado de Trabalho em Portugal</i> - Cláudia Vajão da Cruz Dias - <i>As confederações patronais portuguesas: uma proposta analítica das suas configurações</i> - João Loureiro e Luísa Veloso - <i>As vulnerabilidades e o potencial transformador das formas de organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras: alguns contributos teóricos e empíricos</i> - Joana Marques e Luísa Veloso
SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 7: DESIGUALDADES III
SALA 3C
<p>Chair: Fábio Sampaio</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A Economia Política e o Envelhecimento Populacional</i> - Gustavo Sugahara - <i>Empreendedorismo Académico e Inovação Social: Respostas Transformadoras aos Desafios e Necessidades Societais que Influenciam a Geração e Difusão de Práticas de Inovações Sociais – Uma Revisão da Literatura</i> - Fábio Sampaio

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “O TRABALHO AQUI E AGORA” AUDITÓRIO VERMELHO
Renato Miguel do Carmo, Isabel Roque, Jorge Caleiras, Rodrigo Vieira de Assis Apresentação de José Reis, comentário dos autores
SESSÃO PARALELA ONLINE 8: VULNERABILIDADES
Chair: Joana Ricarte - <i>Happiness as a transformative force in the social economy: combating vulnerabilities through happiness policies</i> - Gabriel Leite Mota - <i>Vulnerabilidades socioambientais e pandemia: os efeitos da covid-19 sobre os povos indígenas do Brasil</i> - Maria Galeno de S. Oliveira - <i>Vulnerabilidades globais no século XXI e, prováveis transformações no pós pandemia a curto e médio prazo</i> - Marcos Olímpio dos Santos e Maria da Saudade Baltazar - <i>The impact of socio-economic responses to the Covid-related crisis to the European national identities and the European integration process</i> - Joana Ricarte
SESSÃO PARALELA ONLINE 9: TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO
Chair: Elsa Cristina Vaz - <i>Economia Política da Comunicação – Fundamentos e Substrato Teórico do campo Científico</i> - Silvino Lopes Évora - <i>A Nova Economia Institucional: observações para uma periodização (1975-2015)</i> - Maurício Rezende Dias - <i>Debate sobre a desindustrialização no estado do Rio de Janeiro</i> - Anna Maria Moraes - <i>Human capital formation in OECD countries: the role of welfare state composition</i> - Marcelo Santos, Marta Simões e Sílvia Sousa - <i>Análise da contribuição do financiamento europeu na competitividade internacional da região Alentejo</i> - Elsa Cristina Vaz e Gertrudes Saúde Guerreiro
SP10 ONLINE: EDUCAÇÃO E PANDEMIA
Chair: Ana Cordeiro Santos - <i>A relação professor-aluno, em contexto de pandemia, em uma escola de ensino médio no sul de Santa Catarina/Brasil</i> - Max Richard Coelho Verginio e Dimas de Oliveira Estevam - <i>El concepto de “democracia económica” y los debates sobre la salida de la crisis del capitalismo</i> - Andrés Musacchio - <i>Teaching Macroeconomics – creativity, spontaneity and symbolic reasoning</i> - Ângela Lacerda-Nobre, Pedro Madeira Ferreira, Isabel Castro Nascimento e Maria Luísa Silva
15h30 – 16h00 ENCERRAMENTO

RESUMOS DAS SESSÕES PARALELAS

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 1

CAPITALISMOS

O SOCIALISMO NA GAVETA: O FENÓMENO AUTOGESTIONÁRIO NOS GOVERNOS DE MÁRIO SOARES (1976-1978)

Miguel Ángel Pérez Suárez (IHC-Nova)

A comunicação analisa a evolução do setor autogestionário da economia na primeira legislatura da Segunda República (1976-1979), onde se verificaram os conflitos laborais mais relevantes do período. Após o 25 de abril de 1974 centenas de empresas foram ocupadas pelos trabalhadores, debaixo de uma legislação confusa e uma certa legitimidade revolucionária. No setor industrial e empresarial centenas de empresas estavam sem patrão e contra ele, em firmas comerciais e fábricas, até em empresas históricas do desenvolvimento industrial nacional. Dezenas destas empresas protagonizaram processos de luta contra a entrega aos antigos patrões caracterizados por greves prolongadas, ocupações e, muitas vezes, confrontos violentos com as forças da ordem pública. Em 1978 aprova-se nova legislação para as empresas em autogestão. A partir de inícios de 1977 implementaram-se políticas de austeridade e o abandono de qualquer opção socializante, que até aí o PS defendera. Soares, dizia-se, metera o socialismo na gaveta. Durante esse ano foram aprovados os Pacotes 1 e 2, houve alterações liberalizantes à legislação laboral e foi aprovada a Lei 77/77-Lei Barreto sobre a Reforma Agrária. A conflituosidade social foi protagonizada pelo movimento sindical, hegemónizado pelo PCP e enquadrado na CGTP, a Intersindical re-criada no Congresso de todos os Sindicatos em janeiro de 1977, mas apenas dois anos depois a UGT celebrou o seu congresso fundacional. Pretendemos com a nossa comunicação trazer luz sobre elementos comuns a estes conflitos e a sua dimensão quantitativa e geográfica, com a apresentação de uma contagem possível do fenómeno e informação aprofundada de cerca de duas dezenas de conflitos, e reflectindo sobre o significado global deste fenómeno em Portugal à luz de outras experiências internacionais.

MESTRES DA CODIFICAÇÃO DE CAPITAL. O DIREITO NA PRODUÇÃO DE RIQUEZA E DESIGUALDADE. UMA LEITURA DA OBRA DE KATHARINA PISTOR “THE CODE OF CAPITAL”

Susana Santos (CIES – ISCTE)

Na sua obra ‘The Code of Capital’ Pistor (2019) desafia a centralidade da economia e dos economistas (Pikkety, 2014) propondo em alternativa a ideia que o Direito e os advogados desempenham um papel-chave na produção de riqueza através da sua capacidade de utilizar as leis para transformar ativos em capital, isto é, através da codificação jurídica do capital. A autora argumenta que a definição de prestador de serviços jurídicos não é suficiente para classificar a profissão de advogado já que os advogados são muitas vezes responsáveis pela criação de instrumentos legais e por soluções inovadoras, em particular no sistema financeiro. Pistor define esta atividade como a capacidade para ‘codificar capital’, argumentando que este trabalho de codificação envolve, para além da interpretação da lei, o desenvolvimento de

inovação legal produzido a partir de um conjunto de ferramentas que combinam os aspetos fundamentais do direito privado. A partir da leitura da obra de Pistor esta comunicação pretende contribuir para o desenho de uma linha de investigação sobre o capital e os codificadores de capital na semiperiferia do capitalismo global.

A PRODUÇÃO DA ORDEM LIBERAL POR MEIO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO, SEGUNDO POLANYI E FOUCAULT

Thiago Soares de França (ISEG – ULisboa)

Ao tratar do conjunto de processos históricos responsáveis pela autonomização da esfera econômica, os quais culminaram com a Revolução Industrial e a era do liberalismo clássico, Karl Polanyi demonstrou o quanto a atuação estatal – operando, segundo o próprio autor, como um *deus ex machina* – foi de fundamental importância para a desincrustação da economia e a institucionalização do mercado. As contribuições da história e da etnografia analisadas por Polanyi mostram que, tanto nas sociedades tradicionais como na Europa pré-mercantilismo, o que se constata é a ausência da motivação do lucro, do trabalho em troca de remuneração e de instituições que fossem distintas e separadas do restante da vida social, tendo por base motivações unicamente econômicas. Assim, o pensamento de Polanyi vai no sentido de desacreditar o argumento liberal de que as leis de mercado decorrem de propensões naturais do ser humano. Por sua vez, Michel Foucault, ao discutir o surgimento do neoliberalismo no pós-Segunda Guerra Mundial, enfatiza o quanto o pensamento neoliberal exige a intervenção governamental para organizar uma ordenação de mercado, baseada na concorrência. Assim, a concorrência é entendida como um princípio de formalização, em vez de um dado natural, o qual necessita ser produzido e sustentado por uma ordem jurídica e institucional. Ela se coloca, portanto, como objetivo e resultado de uma política ativa. A análise do papel desempenhado pela concorrência no pensamento do neoliberalismo abre o espaço em que Foucault situa a chamada governamentalidade neoliberal. A maneira como esses dois autores encaram a tradição liberal coincide no gesto de colocar em xeque as teses sobre o caráter natural ou espontâneo das categorias-chave do liberalismo – como o mercado, a concorrência, a busca pelo lucro – que supostamente encontrariam seu espaço na vida social desde que não houvesse barreiras ao seu desenvolvimento. Todavia, tanto Polanyi como Foucault apontam como uma intensa e persistente ação estatal produziu a ordem econômica liberal, seja nos séculos XVIII e XIX ou no período após a Segunda Guerra. Nossa comunicação pretende abordar esse aspecto da obra dos dois pensadores, com o objetivo de cotejar as teses contidas em “A grande transformação” e “O nascimento da biopolítica” com alguns dos cânones do liberalismo, especialmente no que se refere ao papel atribuído à ação estatal.

«SAIR DA CRISE!»: O PCP E A POLÍTICA ECONÓMICA NO RESCALDO DO PREC (1976-1985)

Ricardo Noronha (IHC - NOVA FCSH)

Entre 1976 e 1985, a formação social portuguesa atravessou um período de indeterminação, durante o qual as transformações levadas a cabo ao longo do processo revolucionário foram bloqueadas, mas não revertidas. A economia sofreu uma profunda deterioração dos seus termos de troca com o exterior, ao mesmo tempo que a política económica oscilava entre medidas expansionistas de curto prazo, sucessivas crises da balança de pagamentos e programas de ajustamento desenhados pelo Fundo Monetário Internacional. Ao longo deste ciclo foram, no entanto, formuladas diversas alternativas de política económica, mais próximas do que era prescrito na Constituição da República Portuguesa. O propósito desta comunicação é analisar as posições e propostas do Partido Comunista Português nesse domínio, de forma a compreender que outras opções foram colocadas em cima da mesa a seguir à Revolução.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 2

LEITURAS A PARTIR DA PANDEMIA

IMPACTOS DA COVID-19 NA DESIGUALDADE DE GÉNERO NA ACADEMIA

Filipa Godinho (Cies-ISCTE, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

Thais França (ICS-Universidade de Lisboa)

Ao mesmo tempo que fez emergir desafios sem precedentes na sociedade, a pandemia Covid-19 provocou um retrocesso significativo nas desigualdades já existentes. Dentro da própria academia, as desigualdades provocadas pela viragem neoliberal que criou uma mudança profunda nas expectativas em relação ao papel dos/das docentes, resultando numa obsessão de ‘produtividade’ (Gill, 2010 e Pereira, 2015 e 2017), e, ao mesmo tempo, as desigualdades provocadas pelas expectativas diferenciais de trabalho emocional normalizado como parte do trabalho docente no ensino superior (Hochschild, 1983 e Mountz et al., 2015), foram exacerbadas durante a pandemia, tendo tido um impacto significativo na vida das mulheres académicas. Efetivamente, a tendência de delegar às mulheres a maior parte do trabalho emocional para cuidar do bem-estar dos alunos, aliada à desigual divisão do trabalho doméstico e de cuidados infantis, que, ainda hoje, recai também sobretudo nas mulheres, cresceram exponencialmente durante os períodos de confinamento. Como resultado, a sua produtividade, avaliada por meio de indicadores neoliberais convencionais de desempenho, como número de publicações científicas, pedidos de bolsas e envio de projetos de pesquisa, sofreu uma quebra significativa. Através da realização de entrevistas a mulheres académicas analisamos o impacto da pandemia na sua carreira, na conciliação da vida profissional e pessoal, na sua saúde mental, e também, nas suas expectativas profissionais para o futuro. Para além disso, conduzimos grupos focais com homens e mulheres académicos/as para discutir os principais desafios encontrados e as estratégias adotadas para lidar com esses desafios. Com base na literatura sobre as desigualdades de género dentro da academia neoliberal, e sustentando-nos no material empírico recolhido, argumentamos que as expectativas diferenciais segundo o género dentro da academia e a crescente corporativização e liberalização da mesma, tiveram um efeito penalizador desigual sobre a carreira das mulheres.

EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E PANDEMIA: REFLEXÕES EM TORNO DE UMA CONJUNTURA

Inês Tavares (Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte)

A pandemia gerada pela Covid-19 teve impacto em diversas áreas, desocultando e intensificando as desigualdades sociais. A presente comunicação tem por objeto a relação entre a pandemia e a reprodução de desigualdades sociais na educação. Partindo do reconhecimento do efeito cíclico que a escola assume na reprodução de desigualdades sociais e tendo presente a relação entre os recursos expressos através dos diversos tipos de capitais (económico, social, simbólico e cultural - Bourdieu, 2010 [1979]) e o desempenho escolar, propõe-se analisar o modo como a pandemia intensificou a reprodução de desigualdades sociais em Portugal. A relação entre as desigualdades sociais e desigualdades escolares são prévias à pandemia e têm sido objeto da análise sociológica e das ciências sociais há várias décadas, na senda dos estudos clássicos de Bourdieu e Passeron, Coleman e Bernstein. Num contexto de transferência massiva das aulas presenciais para a teleescola, ainda que num plano forçado e vedado no tempo, importa pensar nas consequências, a curto e médio prazo, que estas transformações representam para a educação. Sabendo que as desigualdades se apuram também numa perspetiva macro, na medida em que as diferentes desigualdades estão interligadas entre si e que a carência de diferentes capitais tem impacto em várias áreas, das quais a educação não se exclui, quais são os alunos mais penalizados? Que desigualdades são mais tangíveis? Pensar no papel da escola e da educação atualmente passa também por refletir acerca de como recriar uma escola que promova a reflexão e que combata as desigualdades, porque tal como em muitas outras áreas, “regressar ao normal” não é suficiente, pois o “normal” já era demasiado desigual.

A PANDEMIA À PROVA DA SOCIOLOGIA: UMA INCURSÃO EXPLORATÓRIA SOBRE ALGUMAS DAS SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIETAIS

João Martins (Faculdade de Economia da Universidade do Algarve; CICS.NOVA – FCSH Universidade Nova de Lisboa)

Bruno Néné (Faculdade de Economia da Universidade do Algarve)

A pandemia originada pelo vírus Covid-19 pode ser pensada, para utilizar a célebre expressão de Marcel Mauss, como um fenómeno social total, isto é, um fenómeno que pela sua especificidade e globalidade afecta as mais variadas dimensões da vida em sociedade produzindo efeitos de espectro largo do ponto de vista político, económico, cultural, educativo, social, jurídico, religioso, ambiental, entre outros. A crise económica e social decorrente da crise pandémica confere assim especial interesse para a produção de conhecimento nas ciências sociais e também, por isso mesmo, para a sociologia. Esta comunicação tem como objectivo a produção de uma reflexão sociológica sobre algumas das principais consequências sociais da pandemia já conhecidas, mesmo que ainda de forma não aprofundada, mobilizando o investimento já feito no âmbito da revisão da literatura para a elaboração de uma investigação sociológica em curso no âmbito da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve intitulada “As formas plurais da experiência do confinamento em tempos de pandemia”. Esta investigação tem como objectivo central a compreensão sociológica da pandemia como uma provação que tem consequências profundas na vida dos indivíduos e na estrutura das sociedades. Trata-se de compreender a pluralidade das experiências de confinamento em contexto de pandemia a partir da perspectiva dos actores que passaram por essa mesma experiência de confinamento forçado. O investimento inicial nos estudos já produzidos permitem-nos descortinar consequências importantes em três dimensões de análise da pandemia que se reflectem também na situação portuguesa. A saliência das desigualdades sociais, os efeitos sobre o sistema educativo e a escolarização das crianças e os efeitos sobre as subjectividades individuais.

A POLÍTICA ECONÓMICA NA PANDEMIA: PARA LÁ DO NEOLIBERALISMO?

João Rodrigues e Paulo Coimbra (FEUC/CES)

Devido à pandemia, a quebra da atividade económica, a partir do primeiro trimestre de 2020, foi a mais rápida e severa na história do capitalismo. E as respostas de política económica, nas entrecruzadas esferas monetária e orçamental, foram igualmente sem precedentes históricos, tendo em conta o volume de recursos mobilizado pela ação pública para contrariar a crise. Com diferenças assinaláveis entre Estados desenvolvidos, tendo em conta o seu ponto de partida institucional, a verdade é que a convergência objetiva entre Banco Central e Tesouro(s), através do financiamento monetário mais ou menos encapotado dos défices orçamentais, foi responsável pelo facto de emissões recorde de dívida terem sido acompanhadas por taxas de juro reduzidas. Este é só um dos exemplos da forma como uma certa sabedoria convencional foi desafiada durante a pandemia. Estes e outros padrões trouxeram para a ribalta uma abordagem à política económica que supera o neoliberalismo na prática teórica: a Teoria Monetária Moderna (Modern Monetary Theory – MMT, em inglês). A MMT faz parte da tradição keynesiana, enfatizando precisamente a importância da soberania monetária e a sua imbricação com as dinâmicas orçamentais e de endividamento público e privado. A MMT mobiliza também a análise dos saldos financeiros sectoriais, constatando que numa economia nacional a soma dos saldos do sector público, privado e externo tem sempre de ser igual a zero, num contexto em que o investimento precede a poupança e a criação monetária é endógena, ou seja, fundamentalmente resultado das decisões de concessão de crédito tomadas pelos bancos. Confrontando as prescrições que decorrem do seu quadro analítico com as respostas de política económica historicamente observadas, esta comunicação procura avaliar a capacidade daquela abordagem para interpretar a crise causada pela pandemia, ao mesmo tempo que procura indagar do potencial das suas implicações na superação das formas neoliberais de economia política para lá deste momento dito excepcional. Dependendo dos pontos de partida dos países e da especificidade das suas vulnerabilidades, argumentar-se-á que estas implicações são particularmente exigentes para um país como Portugal.

PAINEL TEMÁTICO

REPENSAR O TURISMO DEPOIS DA PANDEMIA

TURISMO, IMOBILIÁRIO, PANDEMIA: OS TRANSACIONÁVEIS “NÃO-DESLOCALIZÁVEIS” NA INTERNACIONALIZAÇÃO SITIADA DA ECONOMIA PORTUGUESA

Ana Drago (Observatório sobre Crises e Alternativas - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

O nosso contributo procura discutir algumas dimensões da “recuperação” da economia portuguesa após o ciclo de austeridade que marcou o início da década passada. Num primeiro momento, procuramos mostrar que o modelo de internacionalização da economia portuguesa posto em marcha a partir de 2011 assentou numa orientação com uma dupla vertente: valorização/alienação em escala internacional de ativos patrimoniais e desvalorização interna do trabalho. Este modelo traduziu-se na relevância crescente dos sectores do turismo e do imobiliário, que combinam as características de serem transacionáveis, mas “não-deslocalizáveis”, e que desenham um ciclo que apelidamos de internacionalização sitiada e frágil da economia portuguesa. Num segundo momento, olhando agora o turismo, mostramos que apesar deste sector ter crescido na União Europeia a partir de 2013, o seu crescimento foi particularmente relevante como resposta económica à crise nos “países do ajustamento” – Portugal e Grécia. Por fim, sistematizamos os efeitos da atual crise pandémica no sector e refletimos sobre os riscos que a centralidade do turismo e imobiliário colocam à economia portuguesa.

CONSTRUINDO SINERGIAS ENTRE A CULTURA, A CRIATIVIDADE E O TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS

Elisabete Tomaz, Margarida Perestrelo, Pedro Costa, Maria Assunção Gato e Ana Rita Cruz (DINÂMIA’CET-Iscte - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território)

Nas últimas décadas, o turismo teve um crescimento exponencial, expansão e diversificação, tendo-se tornando uma fonte essencial de rendimento e emprego para muitos territórios. Porém, a pandemia COVID-19 teve efeitos devastadores no sector turístico, sendo, por isso, um momento crítico para impulsionar um modelo mais sustentável e não-massificado, que contribuía para a sustentabilidade e resiliência dos territórios. Esta comunicação tem como objetivo apresentar alguns estudos de caso que decorrem do projeto CREATOUR - Desenvolvimento de Destinos Turísticos Criativos em Pequenas Cidades e Áreas Rurais - um projeto de pesquisa-ação nacional que visou incubar e analisar iniciativas-piloto de turismo criativo, de base local e pequena escala, suscetíveis de diversificar a oferta turística e aprofundar as relações entre cultura, turismo e desenvolvimento local. Tendo por base as evidências e melhores práticas recolhidas no âmbito deste projeto, procura-se refletir sobre um modelo de turismo sustentável que promova sinergias entre o sector do turismo e da cultura, também dos mais afetados com esta crise pandémica. Um enfoque consistente no turismo cultural e criativo pode fomentar novos públicos e produtos, atrair novos investimentos e criar novas oportunidades de emprego e, simultaneamente, promover a inclusão sociocultural das comunidades locais, bem como a valorização dos seus territórios através de uma aposta mais efetiva nos recursos endógenos e na autenticidade das expressões culturais e identitárias dos lugares. As implicações da pandemia COVID-19, impele-nos a descobrir alternativas e, informados pela experiência adquirida no projeto, a desenvolver metodologias de co-criação e cooperação intersectorial e institucional que permita o desenvolvimento de um turismo criativo de base cultural e comunitária, que tenha em conta os aspetos multifacetados destas atividades e dos territórios onde são pensados e desenvolvidos. Esta abordagem está também alinhada, com o atual momento em que se assiste a um renovado interesse no mercado interno e no planeamento de estadias mais prolongadas, individualizadas ou para pequenos grupos, e em que os turistas buscam cada vez mais experiências “genuínas” de ligação com as comunidades e os lugares, e de aprendizagem e prática efetivas.

LEITURAS SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DO TURISMO

André Guerreiro (CinTurs - Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar, Universidade do Algarve)

Hugo Pinto (CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; Faculdade de Economia, Universidade do Algarve & CinTurs - Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar, Universidade do Algarve)

Desde o início de 2020 que o mundo enfrenta uma realidade distópica. A ideia de que liberdades e direitos seriam suprimidos devido a uma pandemia somente tinha lugar na ficção. Em poucos dias, o normal foi suplantado pelo surreal e desde então que coletivamente nos esforçamos para adaptar e compreender o contexto que ainda hoje enfrentamos. Mais complexo será analisar os impactos económicos em setores que dependiam de algo tomado como adquirido como a capacidade para nos deslocarmos. Este é o caso do turismo que enquanto uma das principais atividades económicas de Portugal e motor da recuperação no pós-crise de 2008, sofreu um novo abalo uma década depois dessa última crise. Particularmente afetados pela crise do setor turístico foram as regiões mais turísticas do país, com o Algarve a destacar-se pela negativa, à semelhança do que acontecera em 2008. Registando os valores mais elevados do desemprego e a recuperação mais lenta do país, muitos dos problemas da região estão relacionados com a sua especialização no setor turístico, por contraste a regiões com maior diversidade no seu tecido económico. A presente comunicação aborda o impacto da pandemia na região do Algarve a partir da economia regional e interpreta os dados existentes à luz da dependência turística da região. Serão utilizadas fontes secundárias compreendendo estatísticas e relatórios oficiais de entidades públicas e organizações científicas, culminando com algumas ilações e contrastes com o que sucedera na crise de 2008.

E DEPOIS DA PANDEMIA? REFLEXÕES SOBRE UM RECOMEÇO MAIS SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM LISBOA

Maria Assunção Gato e Ana Rita Cruz (DINÂMIA'CET-Iscte - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território)

A situação pandémica que se prolongou pelos dois últimos anos ainda não está ultrapassada, pese embora já se perspetive a retoma de um quotidiano normal em todos os sectores de atividade e em todas as dimensões da vida em sociedade. Contudo, o rasto de avultados prejuízos económicos e sociais deixados pela Pandemia, além das perdas humanas, gerou impactos diversos que vão persistir por algum tempo, requerendo planos de mitigação amplos e estrategicamente consertados para que sejam eficazes. No caso específico do turismo, um dos sectores de atividade económica mais afetados pela Pandemia, tornou-se bastante evidente a necessidade de repensar a evolução explosiva e, em certa medida corrosiva, que o turismo vinha tendo em Portugal e, em particular, nas duas grandes cidades de Lisboa e Porto. O excesso de turismo pré-pandémico não se refletia apenas numa incapacidade de gerir esta atividade de uma forma sustentável. Além dos vários impactos negativos sobre as populações locais, a qualidade das experiências proporcionadas aos turistas também começava a manifestar alguns sinais preocupantes de degradação. Este cenário permite entender o actual momento como particularmente delicado para a atividade turística no geral e para o turismo urbano em particular. Por um lado, é compreensível a urgência dos agentes envolvidos em retomar os negócios e em reposicionar a atividade turística nos níveis altamente favoráveis de 2019. Por outro lado, parece crescer a consciência de que tal situação não é desejável e tão pouco compatível com os valores de sustentabilidade dos ecossistemas urbanos. Focando na cidade de Lisboa, esta comunicação propõe uma reflexão sobre o recomeço do turismo nesta fase pós-pandémica, procurando destacar algumas lições do passado para melhor informar perspetivas de desenvolvimento futuro.

PAINEL TEMÁTICO

ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO I: PORTUGAL ONTEM E HOJE

ECONOMIA POLÍTICA DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

José Reis (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra & CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

Defendi anteriormente que, ao longo deste século, tem ocorrido em Portugal uma significativa convulsão territorial, com deslaçamento das relações interterritoriais e a aproximação o que pode ser designado um modelo unipolar, resultante do crescimento demográfico desproporcionado da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, em especial, da sua periferia, num contexto de regressão do país e do sistema urbano não metropolitano. Trata-se agora de procurar identificar o que melhor pode caracterizar a evolução da economia da AML e identificar o tipo de economia política aí prevalecente. Colocando a hipótese de que o seu modelo económico revela sinais de bloqueamento, comparado com o resto do país, vai aqui analisar-se, conjugando isso com a evolução demográfica, a evolução do produto, do poder de compra, da especialização produtiva segundo o emprego e o valor acrescentado, da produtividade, das remunerações e dos salários.

DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADES: TERRITÓRIOS E ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Gonçalo Leite Velho (Instituto Politécnico de Tomar & Instituto de História Contemporânea FCSH-NOVA)

Nos últimos anos, tem sido produzida investigação sobre os efeitos das políticas de diferenciação de ensino superior, adoptadas por vários países. As análises oscilam entre o contributo fundamental dessa diferenciação para os processos de ampliação do acesso, até um posicionamento mais crítico sobre os seus impactos na reprodução social de desigualdades. Se é certo que a distribuição das organizações de ensino superior permite encará-las como "a única decisão pública que, deliberadamente, assumiu o país inteiro" (Reis, 2019), é, também, importante verificar o contributo da sua diferenciação para uma ampliação do acesso, ou o seu impacto na reprodução de desigualdades, com especial atenção para a economia política do território. Partindo de uma análise empírica sobre os dados históricos referentes à evolução da participação e da estrutura de financiamento das diferentes organizações públicas de ensino superior, verificamos como o sistema português mantém uma diferenciação vertical de base territorial, com efeitos na distribuição das vulnerabilidades sociais e económicas. Essa diferenciação vertical estabelece uma competição discriminada, com impacto na resposta às pretensões de mobilidade social dos agentes e ao contributo de cada organização na qualificação dos territórios.

A GOVERNABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA

Ana Costa (Universidade de Évora, CICS.NOVA.UÉvora)

Maria Manuel Serrano (Universidade de Évora, CICS.NOVA.UÉvora & CSG-SOCIUS/ISEG-UL)

O contexto de pandemia por Covid-19, que assolou o mundo desde o início do ano de 2020, forçou as organizações a adaptarem-se em tempo recorde a um ambiente turbulento e em constante mudança. As organizações da economia social não escaparam a esta regra e viram-se obrigadas a um esforço suplementar para dar continuidade à satisfação das necessidades dos seus utentes. A Economia Social e as suas organizações têm sido alvo de múltiplas transformações ao longo do tempo. Entre os seus maiores desafios contam-se, a capacidade de sobrevivência num ambiente competitivo, assegurar a continuidade da sua missão institucional e a captação de recursos e alcançar a sustentabilidade organizacional, devendo os modelos de gestão e de governabilidade responder de forma adequada ao desenvolvimento das atividades constituintes da sua natureza social (Colette, 2008). Se o tema da governabilidade das

organizações da economia social já era preponderante no período pré-pandemia, tornou-se ainda mais urgente na sequência da experiência de atuação durante os períodos mais críticos da pandemia e no contexto atual. De facto, em tempos de pandemia este desafio tornou-se hercúleo, e a adaptação estrutural em real time colocou à prova os modelos de governabilidade das instituições e as práticas de gestão de recursos humanos instituídas e, por inerência, a própria sustentabilidade. Esta comunicação¹, tem como objetivo caracterizar o modelo de governabilidade das organizações sociais, no caso concreto as Santas Casas da Misericórdia do Distrito de Évora e as suas práticas de gestão, no contexto da economia social, de modo a contribuir para a construção de um quadro de otimização das suas práticas de governabilidade. A estratégia metodológica adotada assenta no estudo de casos, de modo a permitir um estudo aprofundado das práticas de governabilidade das organizações sociais, bem como dos seus fundamentos estratégicos. Foram realizados 14 estudos de caso em Santas Casas da Misericórdia do Distrito de Évora e recolhida informação de natureza qualitativa através de entrevistas semiestruturadas² realizadas aos dirigentes das organizações. A estrutura das entrevistas obedeceu aos seguintes tópicos: serviços e atividades, modelo de governabilidade, recursos humanos, fontes de financiamento, accountability, sustentabilidade, stakeholders e economia social.

SESSÃO PARALELA ONLINE 1

CAPITALISMOS II

O PAPEL DA COORDENAÇÃO, DAS INSTITUIÇÕES E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM TEMPOS DE CRISE: OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA GLOBAL NO SÉCULO XXI

Gabriel Rached (PPGSD/UFF & Post Doctoral Fellow em Estudos Internacionais pela Università degli Studi di Milano)

A crise pandêmica em curso - processo originado com os primeiros contágios em dezembro de 2019 - foi reconhecida como tal, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020. Desde então, as estruturas das economias e as organizações internacionais têm lidado com inúmeros desafios, que passam então a se apresentar de forma potencializada, sendo que até o presente momento, o cenário não tem sinalizado na direção de uma boa condução na sua gestão em âmbito internacional. Diferentemente do que poderia se esperar, ao invés das práticas de cooperação multilateral terem se fortalecido, o que se tem observado é a falta de coordenação na condução de políticas para o enfrentamento adequado do cenário de crise contemporâneo. Visando observar essa dinâmica, torna-se necessário implementar soluções criativas em termos de cooperação internacional e práticas multilaterais que sejam efetivas em uma agenda genuinamente global. Esse cenário acaba possibilitando revisitar e substituir práticas ultrapassadas, juntamente à oportunidade de se incorporar demandas que até então não vinham encontrando espaço na arena internacional. Neste sentido, como esse processo poderia ser dinamizado com o conjunto de instituições internacionais em vigor? Visando avançar nessa arena, o objetivo desta pesquisa consiste em trazer o debate sobre esses pontos - bem como seus reflexos no contexto mundial atual - usando uma abordagem ampla e crítica acerca da temática em questão através do arcabouço teórico e metodológico do campo da Economia Política Internacional. Por esta perspectiva, esta pesquisa busca trazer à luz os possíveis caminhos que poderiam ser percorridos em termos de cooperação internacional. Como alinhar, num contexto de enfraquecimento do multilateralismo e suas práticas, uma plataforma baseada na coordenação de pautas relacionadas a uma agenda global que possa atender a demandas associadas aos campos: 1) da gestão da crise sanitária (compartilhamento de tecnologia e procedimentos relacionados à vacinação); 2) da questão ambiental e a plataforma da sustentabilidade anunciada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030; 3) dos desafios relacionados aos Direitos Humanos; 4) da segurança internacional; e, 5) dos processos de deslocamento populacional envolvendo refugiados, entre outros? A resposta a essas questões são complexas, muitas são as demandas latentes, porém a lição que tem se mostrado importante observar é que a coordenação, a confiança e a solidariedade entre as nações, são componentes fundamentais para o enfrentamento coletivo desse cenário por meio de uma agenda efetivamente global – que considere que as partes do todo estão de fato interconectadas.

A “PRIMEIRA VERSÃO” DA TEORIA DA CRISE DE MARX: A QUEDA DA MASSA DE MAIS-VALIA SOCIAL E O LIMITE INTERNO ABSOLUTO DO CAPITAL

Nuno Machado (SOCIUS, CSG, ISEG, Universidade de Lisboa)

A teoria da crise de Marx é normalmente associada à lei da queda tendencial da taxa de lucro exposta no Livro Terceiro de O Capital. Segundo Marx, a subida da composição orgânica do capital – o fato de o capital variável crescer em termos absolutos, mas decrescer em termos relativos devido à subida mais rápida do capital constante – origina uma queda da taxa geral de lucro que coloca em xeque a reprodução do capital. Nesta comunicação será defendido que: i) existe uma “primeira versão” da teoria da crise marxiana, esboçada sobretudo nos Grundrisse e no Manuscrito Económico de 1861-63, que atribui a crise secular da economia capitalista à eliminação absoluta do trabalho vivo e, portanto, à queda da massa de mais-valia produzida socialmente; ii) apenas esta “primeira versão” da teoria da crise permite deduzir o limite interno absoluto do capital de forma consistente.

ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO DURANTE O ESTADO NOVO: DAS PROVÍNCIAS ÀS REGIÕES PLANO (1936-1974)

António Rafael Amaro (Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia)

Durante o período em que se insere a nossa comunicação sobressai o pensamento de Marcelo Caetano, professor de direito administrativo e o principal ideólogo da reforma administrativa de 1936-39, que viria consagrar a divisão administrativa do território em Províncias, instituindo-as pela primeira vez como autarquias. A instituição das províncias como autarquias terminaria com a reforma administrativa de 1959, voltando a divisão em distritos, vingando aquilo que, de resto, o sucessor de Salazar sempre defendeu. A criação de instituições capazes de incorporar, sem desvirtuar o controlo político e a centralização, novas formas de planeamento económico regional. A partir de 1960, o Estado Novo passou a ser mais sensível às conceções de desenvolvimento regional e planeamento, procurando acertar, de alguma forma, as agulhas com o que se vinha fazendo na Europa após a 2ª Guerra Mundial. Para isso, era preciso criar as instituições capazes de responder às novas conceções de planeamento e desenvolvimento regional. A solução não passou por criar regiões administrativas, mas sim instituir, em 1969, as Comissões de Planeamento Regional, assentes nos seguintes princípios: de desconcentração (o presidente nomeado pelo governo) e de uma tímida descentralização, com os Vogais a serem indicados pelas Juntas Distritais, órgãos autárquicos saídos da reforma administrativa de 1959. Com esta nova Economia Política do território e com as novas regiões plano pretendia-se ir mais longe no planeamento do que se foi com a fracassada reforma administrativa em províncias (1936-1959), delineando no território uma experiência de divisão regional que chegou até ao 25 de Abril e que teve continuidade nas atuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Acompanhar todo este processo de divisão regional do território, integrando-o nas conceções de planeamento das últimas décadas do Estado Novo, e verificar como existe uma continuidade e identificação territorial com as atuais CCDR, será um objetivo desta nossa comunicação. Salientando que, tal como durante o Estado Novo não se evoluiu para Regiões Administrativas, também no Portugal democrático continuamos à espera, apesar de inscritas na Constituição da República, que a sua instituição concreta se cumpra.

A (IN)VISIBILIDADE DOS BASTIDORES

Pedro Miguel Ferreira (CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Não só o largo conjunto de impactos originado pela pandemia sobre a forma como nos organizamos não está ainda cabalmente compreendido, como falta perceber a forma – totalmente vulnerável – em que assentam os bastidores culturais dos mundos da arte da música ao vivo. É preciso discutir a invisibilidade destes trabalhadores – técnicos de som, luz, roadies, montadores - perceber funções, atividades e know-how, esclarecendo a sua importância na produção dos espetáculos e participação nos processos de mediação constitutivos destes mundos artísticos e das suas relações com outros mundos sociais. Howard

Becker é muito claro quando diz que as obras de arte constituem a produção comum de todas as pessoas que cooperam na criação de obras. Sendo estes profissionais os primeiros a chegar e os últimos a ir embora, também na pandemia este setor foi o primeiro a fechar e dos últimos a reabrir (ainda hoje com restrições). A literatura recente aponta a necessidade de investigação sobre todos os agentes que participam nos universos artísticos, nomeadamente os profissionais do backstage. O objetivo é colmatar uma lacuna dos quadros conceptuais e analíticos das ciências sociais, articulando discursos sociológicos, históricos e artísticos sobre o setor. Interessa, por isso, reconstituir o aparato e ir no encaço das práticas para descodificar o todo. Pretende-se compreender estas profissões como componente decisiva do ato artístico e operacionalizar as suas existências e socialidades como determinantes para o entendimento da estrutura social. O impacto do Covid-19, teve, por isso, uma relação avassaladora que não pode ser ignorada. Trouxe igualmente uma transformação profunda ao setor, com a criação de um número significativo de sindicatos e associações de técnicos e promotores. Com muitos anos de atraso em relação a outros países, o meio regulou-se. Ausente das discussões nas diversas candidaturas de cidades portuguesas a Capital Europeia da Cultura 2027, este pretende ser um contributo para fazer cumprir o seu desiderato universal de investigação construtiva e inclusiva.

THE 5G NON-ALIGNED ARE IN THE HOUSE: TOO FAR FROM THE TECHNOLOGICAL FRONTIER, SO CLOSE TO THE NEW EAST-WEST COLD WAR?

Luciano Charlita (Anatel)

Bruno Damásio (NOVA IMS)

Sandro Mendonça (ISCTE)

Luís Oliveira (BCE)

The new generation of wireless communications is the result of over one-decade intensive global research and development (R&D) efforts. The 5G systems, which is the last commercially available evolution of mobile technologies, comes with faster and more robust features for intensive data usage and a whole new set of groundbreaking service possibilities. Even though it is a business that requires long term and intensive investment, some unusual players have made leading contribution to this innovative program. This paper introduces some new evidence about the research track of some countries considered “outliers” in the 5G development. To reach its purpose authors developed a supervised machine learning methodology that allowed for the automatic identification and processing of over 10,000 scientific referred papers on 5G, which mostly appeared between 2010 and 2020. High performance research from unexpected countries, such as Pakistan and Portugal, are mainly from academic institutions and they display a consistent knowledge out over years.

SESSÃO PARALELA ONLINE 2

DESIGUALDADES

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO RESPOSTA AOS DESAFIOS DA PANDEMIA, ATRAVÉS DAS MISSÕES DE VOLUNTARIADO

Tânia Sofia Tavares de Carvalho Ribeiro Libório (Investigadora Independente)

Vivemos momentos conturbados, de desafios, de mudanças constantes que interferem com a nossa vida em todas as dimensões e interiormente nos desafiam para novas realidades, para uma nova visão do mundo e para as necessidades mais prementes em diversas áreas. Enquanto cidadãos do mundo, não podemos ficar indiferentes a todas estas alterações, devemos atuar, tendo como ponto de partida a questão fundamental do Desenvolvimento Sustentável e dos ODS, nas suas ações, através das missões de voluntariado. O objetivo desta comunicação é compreender a atuação da ONG portuguesa, AMI –

Assistência Médica Internacional, através das suas missões de voluntariado, na defesa dos Direitos Humanos e na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em nome da solidariedade e de um mundo mais justo e harmonioso. Para criar um mundo mais sustentável e para se envolverem com questões relacionadas à sustentabilidade, os indivíduos devem tornar-se agentes de mudança. Eles precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. A educação é, portanto, crucial para a consecução deste desenvolvimento. Pretende-se demonstrar a importância dos ODS, especificamente respeitante a: alterações climáticas e educação para os Direitos Humanos. Apresentamos os projetos da AMI desenvolvidos no mundo e as suas tendências para o futuro, tendo em conta as metas a atingir em cada ODS, e como este aspeto pode influenciar o desenvolvimento humano. Numa sociedade marcada pelos desafios da globalização e da rápida e permanente mutação, decorrentes dos efeitos das novas tecnologias da informação e da comunicação, somos confrontados com exigências e competências que nos proporcionam uma permanente reestruturação de saberes. Neste processo assume particular importância valores como a tolerância, a democracia, o respeito pela diversidade e a luta contra as desigualdades, numa dimensão de educação para a cidadania, no quadro do pleno respeito pelos Direitos Humanos e com a concretização dos ODS.

VULNERABILIDADE E DEMOCRACIA: ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL COMO INCREMENTO DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Orlando Villas Bôas Filho (Universidade de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Giovanna Nony Failache da Silva (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

A proposta deste artigo é analisar de que maneira a pandemia da COVID-19 contribuiu para o incremento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade e para o aumento das desigualdades sociais e econômicas que, historicamente, vicejam no Brasil. Para tanto, procurará empreender uma reconstrução analítica de conceitos básicos como necropolítica e legitimidade democrática propostos por Achille Mbembe e Pierre Rosanvallon, respectivamente. Busca-se mostrar como as políticas públicas e a gestão governamental durante a crise contribuíram para o agravamento do cenário caótico pós-pandêmico, com a decorrente ratificação e, inclusive, recrudescimento da invisibilidade dos grupos vulneráveis e a manutenção de políticas cada vez mais indiferentes e, em alguns casos, refratárias aos anseios e necessidades desses grupos, o que será contemplado principalmente a partir da ótica da necropolítica de Achille Mbembe. Ademais, no bojo dessa análise, serão enfocadas as formas de legitimidade (imparcialidade, proximidade e reflexividade) que, segundo Pierre Rosanvallon, caracterizam a experiência democrática contemporânea para, a partir da concepção dessas como parâmetros analíticos, determinar de que maneira o aumento do número de cidadãos em situação de vulnerabilidade, por si só, acarreta um déficit democrático, principalmente em relação à ideia de “legitimidade de proximidade”, cujo conceito enaltece a necessidade de uma relação entre os cidadãos e as instâncias de poder. Assim, mediante o manejo de uma concepção sofisticada da experiência democrática, que a considera irredutível à sua dimensão eleitoral (democracia de delegação), procurar-se-á explicitar em que medida o agravamento da situação de vulnerabilidade de diversos grupos sociais no contexto da pandemia da COVID-19 pode ser considerado expressão de um incremento do déficit democrático no Brasil.

COMO A VIOLÊNCIA SE MANIFESTA NO AMBIENTE DE ENSINO? UMA ANÁLISE DA INDISCIPLINA, DA AGRESSÃO, DO BULLYING, DA AUTOMUTILAÇÃO E DA TENTATIVA DE SUICÍDIO NAS ESCOLAS

Fabiane Quevedo Fredes e Tiarajú Alves de Freitas (Universidade Federal do Rio Grande – FURG)

Uma pesquisa revelou que 54% dos professores do estado de São Paulo e 37% dos estudantes já sofreram algum tipo de violência nas escolas. Ela também identificou que, no ano de 2019, 81% dos estudantes e 90% dos professores tiveram conhecimento de casos de violência em suas escolas estaduais [Agência Brasil, 2019]. As tipologias de violência encontradas nas escolas vão desde a indisciplina até mesmo o suicídio. O presente estudo realizou uma análise comparativa entre as taxas de violências encontradas em escolas de gestão municipal e estadual localizadas em 23 municípios do estado do Rio Grande do Sul relacionando características observáveis comuns entre essas mesmas escolas para o período do segundo semestre de 2018. A base de dados inicial, disponibilizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE – da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é composta por dados referentes a 1461 escolas e como critério de homogeneização, para a aplicação da técnica nearest neighbor (vizinho mais próximo) no Propensity Score Matching – PSM, restringiu-se a análise apenas a municípios que tivessem tanto escolas municipais (grupo tratado) quanto estaduais (grupo controle). O estudo identificou em uma amostra de escolas municipais e estaduais que questões de indisciplina, agressão, bullying, automutilação e tentativa de suicídio estão presentes nestes ambientes. Os resultados mostram que, a taxa de indisciplina é mais do que o dobro no grupo das escolas municipais. A taxa de tentativas de suicídio e de automutilação também são maiores nas escolas municipais. Já os resultados mostram-se semelhantes nas municipais e estaduais em termos de desempenho escolar, bullying e uso de drogas. Existem diferenças na variável que analisou as ações preventivas realizadas pelos gestores escolares, já as variáveis de indisciplina e violência física entre alunos apresentaram uma mediana bem abaixo da média, o que se interpreta como algo positivo dentro do contexto do total de escolas. Destaca-se que o objetivo desse estudo não é identificar um grupo melhor ou pior, porém considerando que a violência nas escolas está presente tanto nas escolas estaduais quanto municipais, entende-se que ações como as realizadas pela CIPAVE possam ser ampliadas também para todos os tipos de escolas do nosso sistema de ensino, possibilitando assim que projetos que obtiveram êxito na prevenção e combate às violências encontradas nesses ambientes possam ser compartilhados, propiciando a mitigação da violência no âmbito escolar em todas as esferas governamentais.

DESIGUALDADE DE GÉNERO E PANDEMIA: TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elsa Fontainha e Beatriz Ferreira (ISEG Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa)

A pandemia exacerbou desigualdades e entre elas as desigualdes de género. A investigação pretende evidenciar como a crise associada ao Covid-19 afectou de forma mais intensa as mulheres e como as políticas públicas podem desempenhar um papel na promoção da igualdade. Usando informação para a Europa e Portugal é efectuada uma análise do trabalho remunerado (e.g., por sector de actividade e por profissão) e do trabalho não remunerado (e.g., cuidados a crianças e idosos). Com os confinamentos e a imposição de trabalho remunerado em modo remoto (teletrabalho) agravaram-se as condições de exercício da actividade profissional e também o conflito trabalho-vida. O encerramento de creches, escolas e serviços de apoio doméstico aumentaram o tempo de trabalho não remunerado maioritariamente realizado por mulheres. A formulação das políticas públicas quer dirigidas ao combate aos efeitos de curto prazo da pandemia quer ao período de recuperação posterior necessitam de ter em consideração a dimensão de género numa dupla perspectiva: no conteúdo das medidas de política económica e social e no papel das mulheres na respetiva formulação, decisão e implementação.

PAINEL TEMÁTICO ONLINE

ECONOMIA POLÍTICA E INTER/TRANSDISCIPLINARIDADE

MICHEL HENRY, MARIA ZAMBRANO AND MARIA GABRIELA LLANSOL – ONTO-PHENOMENOLOGY BREAKTHROUGHS FOR POLITICAL ECONOMY

Ângela Lacerda-Nobre (ESCE-IPS Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal & CICE Centro de Investigação em Ciências Empresariais)

Rogério Duarte (ESTS-IPS Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal)

Michel Henry, Maria Zambrano and Maria Gabriela Llansol are three powerful thinkers of the twentieth century. Each one has created a world of their own in terms of acknowledging and incorporating fertile intellectual traditions and, simultaneously, addressing such heritage in profoundly innovative ways. Henry's material phenomenology, Zambrano's poetic rationality and Llansol's political community, encompass rich and polemic contributions that help to grasp the complexity of contemporary societies. The core idea is that onto-phenomenology perspectives on social reality help to present the argument that human settings are made present through manifestation and participation phenomena. In other words, humans selfidentify and recognise other fellow humans through processes that are intrinsically and unavoidably onto-phenomenological. The advantage of these authors is that, by being ahead of their time, they constitute a unique setting for the understanding and interpretation of the social, economic, ecological and peace related contexts of our times.

TRANSDISCIPLINARIDADE E INSTITUCIONALIDADE - UMA PROPOSTA DE ESTUDO TEÓRICO E METODOLÓGICO DO NOVO INSTITUCIONALISMO ECONÓMICO

Marc Jacquinet (Universidade Aberta)

A questão da instituição, em termos teóricos, e das instituições em termos empíricos, leva a um questionamento sobre os quadros teóricos e metodológicos da economia e da economia política para uma investigação mais pertinente. A questão da interdisciplinaridade é uma espécie de pano de fundo que toda a gente vê, mas não discute por não conseguir olhar para o que se vê por ser demasiado familiar ou óbvio. Com o surgimento da nova economia institucional (New institutional economics) na base dos trabalhos de Coase, e, a seguir, de Williamson, entre outros, estabelece-se um consenso, juntamente com as escolas dos direitos de propriedade e da análise económica do direito. O consenso redefine em termos restritivos o que se entende por instituição, pela virtude de uma teoria "pura" da instituição, negligenciado a herança não só do antigo institucionalismo na economia política como outras tradições semelhantes nas ciências sociais. O consenso também restringe os debates e as opções metodológicas ao cânone da economia neoclássica. Será que estas abordagens da nova economia institucional são interdisciplinares e atravessam questões não só de produção, mas também de direito, de criminalidade, ou ainda de comportamentos desviantes? A resposta é não, na grande parte dos contributos teóricos, mas mais contraditória e confusa quando abordamos trabalhos empíricos. Neste último caso, depende muito da qualidade do desenho de investigação, que se afasta muitas vezes do normativo neoclássico. Para discutir os limites da nova economia institucional no estudo das instituições procederemos por três passos. Primeiro, realizar uma reflexão sobre o que entendemos por instituição. Segundo, caracterizar o que uma investigação mais genuína do fenómeno institucional deveria contemplar, em termos ontológicos, teóricos e empíricos. Terceiro, o que é neste contexto do estudo das instituições uma perspectiva transdisciplinar? O artigo acaba com uma consideração sobre a institucionalidade como fundamento de uma investigação transdisciplinar em economia política.

ECONOMIA POLÍTICA, INTERDISCIPLINARIDADE E PLURALISMO

Vítor Neves (Universidade de Coimbra)

As ciências sociais são entidades plurais. O mesmo acontece com a Economia Política enquanto espaço de confluência de disciplinas diversas. O diálogo interdisciplinar que aí se procura fazer implica, não apenas o atravessamento de fronteiras disciplinares, uma tarefa sempre difícil, mas também, com frequência, lidar com o problema das interseções interparadigmáticas. Nesta comunicação analisam-se os desafios e obstáculos que resultam das tentativas de diálogo a partir de paradigmas diferentes, procurando-se mostrar, com base em exemplos concretos, como é que as diferenças ontológicas, conceituais e metodológicas entre paradigmas diversos dificultam os esforços de fertilização cruzada e a troca construtiva entre disciplinas. Discutir-se-á ainda a tese, proposta por Norgaard (1994, p. 84) de que “a nossa compreensão de sistemas complexos é necessariamente baseada em múltiplas formas incongruentes de conhecimento”. Esta discussão traz para o primeiro plano a questão, essencial no âmbito da Economia Política, do pluralismo interparadigmático e dos limites do pluralismo.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 3

MACROECONOMIA E CRISES

CORTOU-SE QUASE TUDO, E QUASE TUDO FOI DEMAIS? O DECLÍNIO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E AS ALTERNATIVAS À ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL EM PORTUGAL

Vicente Ferreira (SOAS, Universidade de Londres)

Esta apresentação trata de uma das questões mais importantes com que as economias periféricas da Zona Euro se depararão no futuro próximo: como promover uma recuperação económica sustentada após a crise provocada pelo COVID-19 ao mesmo tempo que enfrentam rácios de dívida pública mais elevados e procuram assegurar a sustentabilidade da dívida. A apresentação analisa a relação macroeconómica entre a despesa e investimento do Estado, o crescimento económico e a sustentabilidade da dívida, com base nos resultados de uma estimação econométrica do multiplicador orçamental para um painel de 11 países da Zona Euro durante o período de 1995 a 2019. Os resultados desta estimação apontam para um multiplicador positivo e próximo de 1,8, o que sugere que os benefícios de promover o investimento público excedem significativamente os custos de financiamento iniciais. Conclui-se que a sustentabilidade da dívida é não apenas compatível com uma política orçamental mais expansionista, mas reforçada por essa estratégia. É importante ter em conta que, ao longo das últimas duas décadas, o investimento público em Portugal tem vindo a cair de forma expressiva (em percentagem do PIB). A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representava mais de 5% do PIB no início do século, caiu quase ininterruptamente até 1,5% em 2016 e manteve-se próximo deste valor até ao início da pandemia, sendo que o Governo português projeta um aumento de apenas 1 ponto percentual até 2025 no mais recente Programa de Estabilidade que apresentou à Comissão Europeia. Com base nos resultados da estimação, a apresentação traça os custos da estratégia da última década, analisa criticamente as projeções do Governo e delinea um cenário alternativo para a política macroeconómica em Portugal neste período, que compatibiliza a promoção do investimento público com a redução do rácio da dívida sobre o PIB.

VISÕES ALTERNATIVAS SOBRE A ESTAGNAÇÃO PORTUGUESA: DA CRIAÇÃO DO EURO À CRISE PANDÉMICA

Diogo Martins (University of Massachusetts at Amherst)

Ricardo Paes Mamede (Iscte –University Institute of Lisbon)

Portugal tem sido apresentado como uma história de sucesso da estratégia da UE para lidar com a crise da dívida externa de 2010-2012 nos países do Sul da Europa. Após um período de austeridade severa, o país conseguiu reverter gradualmente os cortes orçamentais e aumentar o salário mínimo, enquanto o emprego crescia rapidamente. Este feito é particularmente notável, uma vez que foi compatível com o equilíbrio externo e a melhoria do défice orçamental. Estes desenvolvimentos são frequentemente apresentados. Neste artigo, desafiamos a leitura otimista sobre o processo de recuperação da economia portuguesa nos anos posteriores à crise do euro. Embora o alívio económico e social neste período tenha sido real, a produtividade e os salários reais quase estagnaram. Se a crise pandémica não tivesse atingido a economia portuguesa, o seu modelo de crescimento teria em breve enfrentado as suas próprias contradições. O padrão de evolução setorial da economia portuguesa não permitiria reconciliar um crescimento económico robusto com um equilíbrio externo duradouro. Nesse sentido, o artigo defende que a sustentabilidade da recuperação económica registada até 2019 depende de alterações que incluem a elevação do perfil de especialização produtiva, a estabilidade macroeconómica e a correção das desigualdades. Como prova de que é possível prosseguir políticas de desenvolvimento incrementais nos países do Sul da Europa dentro das limitações da economia política da zona euro, pelo menos na ausência de choques negativos excepcionais. O artigo analisa a evolução da economia portuguesa numa perspetiva comparada de diferentes teorias de integração e desenvolvimento económico. Contrasta-se a visão neoclássica com as visões keynesiana, estruturalista e evolucionista de desenvolvimento económico. Argumentamos que a evolução da economia portuguesa ao longo das últimas três décadas foi influenciada de forma determinante pela hegemonia da escola neoclássica nas instituições nacionais e internacionais em que a economia portuguesa se encontra integrada. Concluímos que uma visão mais pluralista das escolhas no processo de desenvolvimento é essencial para decisões democráticas mais informadas, permitindo antever riscos futuros e melhorar os resultados da política económica.

DA DESVALORIZAÇÃO INTERNA À CRISE PANDÉMICA: UM ESTUDO SETORIAL SOBRE AS PERSPETIVAS DOS ATORES ACERCA DAS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO

Maria da Paz Campos Lima (ISCTE-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território)

Ana Cristina Costa (ISCTE-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território)

Dora Fonseca (CES – Universidade de Coimbra)

António Velez (ISCTE-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território)

A reconfiguração do regime de emprego, em Portugal, nas duas últimas décadas, ocorre num contexto marcado, principalmente, pela crise financeira e económica de 2007-2008 e pelas políticas de austeridade em resultado da intervenção da Troika, em maio de 2011. Estas transformações, que se articularam em torno da ideia da desvalorização interna, tiveram um carácter regressivo afectando negativamente os rendimentos do trabalho, a protecção do emprego, os tempos de trabalho, as prestações de desemprego, ou as instituições do mercado de trabalho e a negociação colectiva. A partir de 2015, iniciou-se um novo ciclo de economia política marcado pela reversão de algumas das medidas de austeridade anteriormente impostas, em particular, no que se refere ao salário mínimo e à dinâmica da negociação colectiva. Investigação anterior, desenvolvida no âmbito do projeto REVAL - Da desvalorização interna à revalorização do trabalho: o caso de Portugal, mostrou existir um impacto sectorial variegado quer das medidas de desvalorização interna, como da reversão de algumas destas medidas no que se refere à dinâmica de evolução dos rendimentos de trabalho. A natureza variegada destes impactos resulta, em parte, da

diversidade setorial em termos de diferentes trajetórias de declínio e recuperação da atividade e do emprego, de características económicas e dos mercados de trabalho que se prendem com a estrutura empresarial, a dimensão relativa de trabalhadores que auferem o salário mínimo, ou o peso relativo do trabalho temporário e outras formas atípicas de trabalho, bem como da dinâmica das relações industriais, em particular, a densidade sindical, o grau de centralização da negociação colectiva, ou o nível de cobertura das convenções colectivas. É partindo deste conjunto de transformações geradoras de dinâmicas diversas ao nível setorial, marcadas, porém, pela vulnerabilidade das instituições do mercado de trabalho e pela desvalorização do trabalho, que a presente investigação irá procurar analisar os impactos da pandemia e das respostas de política em curso ao nível das reconfigurações do trabalho. Na linha da investigação que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito do projeto REVAL, procurar-se-à analisar a posição de diferentes atores - associações patronais e empresariais e sindicatos e outras estruturas representativas dos trabalhadores - que sejam representativos de diferentes setores e de especialistas sobre os impactos diferenciados da crise financeira e económica de 2007-2008, das políticas de austeridade e da crise pandémica sobre o trabalho; as estratégias de resposta desenvolvidas e as perspectivas futuras de desenvolvimento da atividade do setor e do seu modo de organização com impacto no trabalho. A metodologia de investigação segue a implementação de dois focus group inter-setoriais, um integrando as associações patronais e empresariais e o outro os sindicatos e outras estruturas representativas dos trabalhadores. Os setores escolhidos são: o turismo (hotelaria e restauração), a construção, a banca, já refletidos em investigação anterior no âmbito do projeto REVAL, e, adicionalmente, o automóvel, a aviação civil e o setor da saúde e dos cuidados de saúde hospitalares. A análise que se propõe desenvolver procurar-se-à ser reflexiva sobre o alcance da metodologia de focus group como forma de aferir as posições dos atores em presença.

VARIEDADES DE RENDIMENTOS DE TOPO DENTRO DA OCDE DURANTE O CAPITALISMO NEOLIBERAL

Alexandre Mergulhão (DINÂMIA'CET-IUL, Iscte)

Embora a desigualdade de rendimentos tenha aumentado em todos os países desenvolvidos desde 1980, as formas institucionais e as políticas públicas nacionais moldam a diversidade existente de fatias do rendimento de topo (top income shares). Dentro da OCDE, os últimos dados sobre a fatia dos 10% mais ricos varia entre mais de 45% nos EUA e menos de 25% na Eslováquia. Existe também uma diversidade considerável em termos de evolução deste indicador, já que nalguns países o principal aumento ocorreu no século passado (e.g. Portugal) e noutros a desigualdade cresceu mais desde os anos 2000 (e.g. Alemanha). Quais são as explicações substantivas para estas variedades de rendimentos de topo dentro da OCDE durante o capitalismo neoliberal? Quais são as combinações de factores económicos, políticos e institucionais que originaram estes aumentos da desigualdade de rendimento nestes países? Ao reunir os quadros analíticos e empíricos da literatura sobre rendimentos de topo e os corpos teóricos sobre relações institucionais e de poder da Economia Política Comparada, esta investigação interdisciplinar contribui para a literatura emergente sobre as explicações para essas variedades de rendimentos de topo. Neste primeiro artigo da minha tese de doutoramento, aplico o método de Análise Qualitativa Comparada (QCA) para explorar até que ponto as elites das economias avançadas beneficiaram de percursos causais distintos para fatias mais elevadas do rendimento nacional após impostos (post-tax national income). Examinando mais de 20 países da OCDE, os resultados serão contrastados com as tipologias das Variedades de Capitalismo (Hall e Soskice, 2001) e Modelos de Capitalismo (Amable, 2003). A análise investigará sob que combinação de outras condições o regime de crescimento do país é relevante no que toca à capacidade da elite para extrair uma parcela maior do rendimento nacional. Duas análises de QCA são conduzidas para testar se os caminhos suficientes, ou os seus casos subjacentes, mudaram entre o século XX e o século XXI. Esta metodologia complementar os resultados econométricos existentes, avaliando se a globalização económica ou financeira foram condições necessárias para uma elevada desigualdade de rendimentos em cada um dos períodos.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 4

POLÍTICAS PÚBLICAS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DOCENTE NO EQUADOR

Clézio Santos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A América Latina no momento atual se vê atropelada por aceleradas transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. Essa situação impõe desafios constantes para toda a Educação e para o Ensino de Geografia, engajado na formação de cidadãos responsáveis, reflexivos e comprometidos. Algumas vivências são relevantes para destacar a relação e aproximação com o tema: A participação nos Encontros de Geógrafos da América Latina (EGALs) no eixo de Ensino de Geografia; e a participação de redes de pesquisas sobre o Ensino de Geografia e Formação de professores de Geografia na América Latina. O objetivo principal da pesquisa é analisar e refletir o ensino de geografia e a formação de professores de geografia no Equador. A metodologia se apoia nas pesquisas educacionais de cunho qualitativo, destacando a leitura de autores latino-americanos relacionados ao Ensino de Geografia, dentre eles Busch (2012), Santos (2017, 2019), Suaréz (2018), Vicuña (2018), González (2019) e documentos oficiais. A pesquisa se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRJ) na linha de pesquisa Território, Ambiente e Ensino de Geografia e conta com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Edital Universal de Ciências Humanas e Sociais; e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Edital Jovem Cientista do Nosso Estado. Para fomentar a pesquisa sobre o Ensino de Geografia e Formação de professores de Geografia na América Latina na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, temos realizado dois movimentos, um no âmbito da pesquisa no Brasil e outro no contexto da América Latina. O primeiro movimento de base nacional, tem algumas atividades, uma formalizada por meio de um projeto de pesquisa com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), denominado O Ensino de Geografia e a Formação de Professores na América Latina Frente aos Desafios das Novas Política Educacionais. Outra atividade desse movimento, é a que realizamos anualmente desde 2017, ela consiste na organização de um seminário no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRJ) denominado de Seminário de Ensino de Geografia na América Latina, onde os alunos exploram a temática sobre como é realizado o ensino de geografia em diversos países latinos americanos.

CIDADÃOS PRIVILEGIADOS EM PORTUGAL: O CASO DOS REGIMES “VISTOS GOLD” E RESIDENTES NÃO HABITUAIS

Fernando Ampudia de Haro (Universidade Europeia)

Sofia Gaspar (IHC-NOVAFCSH; CIES-Iscte)

O objetivo da comunicação é realizar uma análise do regime da Autorização de Residência por Investimento (ARI; popularmente conhecido como “Vistos Gold”) e do regime dos Residentes Não Habituais (RNH) sob uma perspectiva que combine a sociologia económica e os estudos de governamentalidade (governmentality studies). O regime RNH é um regime fiscal que aplica uma taxa plana de 20% para os rendimentos do trabalho e que até 2020 isentava de tributação as pensões (atualmente é aplicada uma taxa de 10%) aos indivíduos que não residissem permanentemente em Portugal. O regime ARI outorga condições de acesso à residência legal favoráveis a indivíduos que realizem investimentos significativos para o desenvolvimento do país, como por exemplo, a aquisição de um imóvel no valor mínimo de 500.000,00 euros. Muito embora sejam dois regimes factualmente diferentes, apresentam uma lógica transversal comum: conferem privilégios a tipos específicos de cidadãos (quase sempre estrangeiros) em função da relevância associada ao seu valor económico. Até hoje, ambos regimes foram objeto de diferentes análises provenientes da área do direito e da fiscalidade que cobrem, sobretudo, aspetos parciais e técnicos. Pretendemos superar esta visão legal-fiscal a partir de uma perspectiva combinada da

sociologia económica e dos estudos de governamentalidade. Com base nas ferramentas teórico-conceptuais da sociologia económica, será analisada nesta comunicação a vertente macrossociológica dos dois regimes, isto é, as condições sociais de emergência e de manutenção, assim como o seu processo de legitimação político-económica. Do mesmo modo, recorrendo às contribuições dos teóricos da governamentalidade, ocupamo-nos dos aspetos microsociológicos explorando o arquétipo de subjetividade individual expeável em indivíduos detentores de atributos económicos diferenciadores. A integração das perspetivas macro e microsociológica permite entender ambos regimes como uma articulação entre princípios clássicos da cidadania e elementos de natureza mercantil. A nossa hipótese é que esta articulação é possível, em grande medida, graças a um Estado que age como dinamizador e propiciador de a) mecanismos de mercado como solução aos problemas da vida social, e b) de subjetividades concretas vinculadas aos regimes ARI e RNH.

A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS E DAS PRÁTICAS

Inácia Esteves (Universidade de Évora)

Saudade Baltazar (CICS.NOVA; Universidade de Évora)

As pessoas com deficiência têm sido discriminadas e excluídas e apesar das mudanças nas políticas e práticas, continua a existir desigualdade. As orientações políticas de âmbito nacional e internacional pretendem promover uma sociedade inclusiva, mas o reconhecimento dos direitos está longe de se traduzir numa alteração das condições de vida destas pessoas (Martins et al, 2016). O trabalho é fundamental na sobrevivência dos agregados familiares e o desemprego é promotor de pobreza. Mas condições estruturais ou de índole individual tendem a condicionar a sua integração no mercado de trabalho, tendo a pandemia agravado a situação. Com este projeto de tese pretende-se analisar as tendências das políticas e práticas da empregabilidade das pessoas com deficiência, identificando os desafios, obstáculos, estratégias que se lhes colocam através da realização de um estudo de natureza metodológica mista, junto de empresas, entidades de economia social interlocutoras em processos de apoio à empregabilidade, bem como a pessoas com deficiência que têm beneficiado de medidas de apoio à integração no mercado de trabalho, na área geográfica Barreiro, Moita, Alcochete e Montijo. Face a esta proposta de investigação, o desiderato da comunicação corresponde à apresentação e discussão do modelo de análise da tese, nomeadamente principais opções metodológicas e das políticas públicas de apoio para a empregabilidade de pessoas com deficiência. O projeto de tese estrutura-se em várias ações: - Pesquisa e análise documental proveniente de fontes diversas, incluindo informação estatística constante na base de dados do IEFP e outros relatórios oficiais; - Realização de entrevistas semiestruturadas junto de informantes privilegiados e de focus group com a comunidade empresarial, nomeadamente gestores de empresas sediadas na área em estudo; - Realização de entrevistas e observação do percurso profissional de pessoas com deficiência para a concretização de estudos de caso de sucesso e de insucesso de integração no mercado de trabalho. A informação recolhida, será tratada, analisada e interpretada a partir das técnicas adequadas ao tipo de dados em causa. Considera-se a pertinência da presente investigação alicerçada no Modelo Social da Deficiência, para que o conhecimento e a caracterização da realidade, contribuam para a produção de políticas e programas de intervenção para a emancipação das pessoas com deficiência e construção de uma sociedade mais inclusiva.

RELAÇÕES TRANSNACIONAIS DE EMPREGO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ACORDOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE TRABALHADORES DESTACADOS NA UNIÃO EUROPEIA

Catarina Sales Oliveira (UBI e CIES – Iscte)

Joana Marques (A3S e CIES – Iscte)

Luísa Veloso (Iscte-IUL)

A mobilidade laboral é uma questão central no espaço comum da União Europeia (UE), ativamente promovida no âmbito de quadros regulamentares específicos: a livre circulação de trabalhadores; e a livre prestação de serviços. Uma das suas manifestações é a situação dos trabalhadores destacados. Há um certo consenso segundo o qual a partilha de informações e o reforço da cooperação entre os países e instituições envolvidas contribuiriam para garantir o cumprimento de uma agenda de trabalho decente (Ferraro et al 2015) para os trabalhadores destacados. Este entendimento comum tem permitido o desenvolvimento de vários projetos de intervenção e investigação nos últimos anos. Com esta comunicação propõe-se refletir sobre um conjunto de acordos de cooperação bilateral na área do destacamento de trabalhadores no setor da construção civil, tendo por base o projeto “Information Sharing Agreements (ISA)”, que reúne um conjunto de instituições, académicas e não académicas, de diversos países. Visa-se discutir o conteúdo de um conjunto de acordos atendendo às seguintes dimensões: os riscos e preocupações que são abordados; os objetivos; as principais práticas de cooperação propostas; o papel dos parceiros envolvidos; os fatores que promovem ou dificultam os acordos; os resultados da implementação dos acordos. Para a análise dos acordos foi acionada uma metodologia de cariz qualitativo, com a adoção de uma análise de conteúdo que permitiu destacar as ênfases que sobressaem nos acordos e o tipo de relações estabelecidas entre os países, as condições de assinatura de alguns dos acordos, a par da legislação que emana da Comissão Europeia. A análise dos acordos permite evidenciar a sua relevância para a compreensão de uma das dimensões constitutivas do destacamento dos trabalhadores, revelando também os posicionamentos distintos assumidos por diferentes grupos de países da União Europeia (UE).

PAINEL TEMÁTICO

ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO II: OLHARES EUROPEUS

POLÍTICA REGIONAL SEM FOCO NA CONVERGÊNCIA – A LÓGICA DAS RIS3 PROBLEMATIZADA COM BASE NA EVOLUÇÃO DA EXTREMADURA

Paulo Miguel Madeira (Instituto de Ciências Sociais & Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa)

As estratégias de especialização inteligente são uma nova abordagem da UE à política de coesão para o período 2014-2020, destinada a proporcionar crescimento e desenvolvimento a nível nacional e regional da UE. Tendo em conta o seu enfoque nas estratégias de desenvolvimento baseadas no local, esta apresentação pretende problematizar a sua adequação para enfrentar o desenvolvimento desigual e as divergências de crescimento regional, recorrendo ao caso da Extremadura espanhola, cuja evolução neste período foi medíocre. As prioridades da política de coesão para período 2014-2020 decorrem na estratégia de crescimento e emprego Europa 2020, que se baseia no conceito de especialização inteligente (CE, 2010a). Foi a partir deste conceito que foram concebidas as Estratégias Regionais de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3), cuja lógica tem vários aspetos em comum com as ideias de competitividade e emprego que estiveram no cerne da política de coesão no período 2007-2013. Mas esta abordagem da política regional europeia não impediu a divergência das regiões pobres após a crise de 2008. Assim, é importante compreender a potencial contribuição da especialização inteligente e dos RIS3 para a convergência das regiões menos desenvolvidas, também porque nos encontramos no meio de outra crise aguda. A Extremadura é uma região pobre no contexto europeu, que entre 2008 e 2014 divergiu da

média da UE, apesar de ser abrangida pelo objetivo convergência da política de coesão. No período de programação de 2014-2020, houve uma dinâmica positiva no início, mas a partir de 2017 a convergência parou, o que indica que os programas temáticos e regionais produziram resultados insuficientes e não compensaram o nível de crescimento mais elevado de outras regiões espanholas. Além disso, a evolução de alguns indicadores relacionados com I&D e emprego em atividades de alta tecnologia na Extremadura é decepcionante. A partir deste exemplo, discute-se a adequação da estratégia de especialização inteligente como núcleo da política de coesão no período de programação recentemente terminado. As RIS3 parecem ter um impacto limitado na transformação económica baseada no local em regiões menos desenvolvidas, como já se esperava de um ponto de vista teórico. Embora o Ato Único europeu declare que, “em particular, a Comunidade deve visar a redução do fosso entre as várias regiões e o atraso das regiões menos favorecidas”, as sucessivas prioridades políticas da política de coesão revelaram que esse objetivo nem sempre foi alcançado e nem sempre tem estado no centro da política de coesão.

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Pedro Hespanha (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Com base numa conceção do desenvolvimento local como um processo participado de criação de riqueza capaz de garantir o bem-estar social, a equidade e a coesão territorial através do controlo dos recursos-chave pela população local e pelas comunidades, discute-se o papel do associativismo local e das formas de economia baseadas na entreatajuda solidária. Parte-se da constatação da existência, nesses territórios marginalizados, de muitas iniciativas comunitárias e informais, com uma racionalidade totalmente diversa da racionalidade de mercado, que estão mergulhadas numa profunda invisibilidade, frente ao predomínio do modelo capitalista de produção e consumo. Solidamente ancoradas numa economia popular incrustada nas regras e valores das comunidades onde se geram, essas iniciativas são dificilmente reconhecidas pelas políticas de desenvolvimento convencionais por não terem os marcadores distintivos dos empreendimentos de mercado, desde logo, o não se destinarem a produzir bens e serviços com valor de mercado. O seu papel em períodos críticos, como foi o da pandemia COVID 19, ficou abundantemente confirmado, reforçando, assim, a viabilidade e solidez das iniciativas da economia popular e solidária no desenvolvimento local.

INFORMAL, OU FRICCIONAL? TEORIZAR A INTERFACE ENTRE PRÁTICAS “INFORMAIS” E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM NÁPOLES, ITÁLIA

Simone Tulumello (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Os estudos comparativos sobre habitação inspirados pelas taxonomias sobre variedades de capitalismo têm longamente identificado nas práticas informais – como construção ilegal (com ou sem ocupação de terras) e suporte familiar no acesso à habitação – uma componente central dos sistemas de habitação no Sul da Europa. Mais recentemente, estudos inspirados por epistemologias do Sul têm proposto teorizações originais das versões sul europeias da informalidade habitacional, pondo em questão a própria definição da “informalidade” de práticas que se desenvolvem a partir da ausência de políticas públicas. O que tem sido raramente objeto de análise é a própria interface entre as práticas ditas “informais” e a ação pública nesses contextos. Nesta apresentação apresentarei os resultados dum caso de estudo (outubro-novembro 2021) sobre as práticas “informais” da habitação em Nápoles (Itália). Ao focalizar nas interações entre atores diferentes – mulheres residentes em bairros sociais, responsáveis pelas políticas públicas, ativistas pelo direito à habitação – pretendo oferecer algumas pistas para uma concetualização da interface (conflitual/dialógica) entre práticas “informais” e institucionais a partir de dois marcos teóricos: por um lado, as reflexões de Anna Tsing (2005; Friction) sobre as “fricções” entre dinâmicas globais e contextos locais; e, pelo outro, o argumento de Gabriel Feltran (2020; The Entangled City) sobre a coexistência de diferentes regimes normativos no espaço urbano.

PAINEL TEMÁTICO

THE TWIN GREEN AND DIGITAL TRANSITIONS: THE PLACE OF WORK IN THE PORTUGUESE AUTOMOTIVE SECTOR

THE PLACE OF PORTUGAL IN THE AUTOMOTIVE GLOBAL VALUE CHAIN

João Vasco Lopes (CoLabor)

In this communication we address the place of Portugal within the European automotive production network. Introducing the concepts of the value chain smile curve and the core-periphery dynamic, we will analyse quantitative data on employment, gross value added, investment, wages, apparent labour productivity and foreign control to outline Portugal's place within the automotive Global Value Chains. Cross-country comparisons on these dimensions will be analysed, along with industrial production statistics from Eurostat's Prodcom list. The latter will be used to estimate country's automotive product specialisation, namely in what pertains to carbonised automotive parts and accessories (e.g. silencers and exhaust pipes). The automotive sector is particularly exposed to the twin green and digital transitions that have emanated from EU policy to the national policy agenda, with implications not only on its production processes but also on its product specialisation.

EMPREGO, SALÁRIOS E FORMAÇÃO NO SECTOR AUTOMÓVEL: TENDÊNCIAS RECENTES

Frederico Cantante (CoLabor)

Mariana Trigo Pereira (OIT)

Esta intervenção tem como objectivo fazer uma análise das tendências recentes observadas no sector automóvel relativamente ao perfil de emprego, políticas salariais e formação profissional procurando problematizar algumas ideias feitas no que respeita ao aumento generalizado dos salários no sector automóvel e à igualdade de acesso à formação.

REGIMES DE PRODUÇÃO E MECANISMOS DE CONTROLE E AUTORIDADE NO SECTOR AUTOMÓVEL EM PORTUGAL

Eugénia Pires (CoLabor)

As one of the main exporters in Portugal, the automotive sector is particularly exposed to the twin green and digital transitions and has benefited, in the recent past, from EU and national policy incentives. However, the organizational and technological change seeking to optimise the production process is not neutral, impacting working conditions and labour process as well as the construction of the 'manufacturing consent'. Moreover, the integrated periphery condition of Portugal creates additional challenges both to the local managers and workers as the automotive sector belongs to one of the most dynamic and competitive global value chains. Therefore, this communication aims to characterize the production regimes among the OEMs present in Portugal, while discussing the dynamics introduced by GVC management, as well as technological and organizational change introduced in the recent past, with a particular focus on their impact at shop floor level both upon labour processes, mechanisms of control and power imbalances.

PAINEL TEMÁTICO

SOLIDARIEDADE NO MERCADO DE TRABALHO: O QUE SIGNIFICA E EM QUE CONDIÇÕES PODE EMERGIR?

A POLÍTICA DA SOLIDARIEDADE: DIFERENTES CONCEÇÕES, DIFERENTES COLIGAÇÕES

Paulo Marques (Iscte e dinâmica'cet-Iscte)

Rui Branco (FCSH/NOVA University & IPRI-NOVA)

Helena Lopes (Iscte e dinâmica'cet-Iscte)

Renato Carmo (Iscte e cies-Iscte)

A existência de segmentação no mercado de trabalho contribuiu para que vários autores da área da economia política comparada tenham enfatizado a existência de conflitos no seio do trabalho. Por exemplo, entre jovens e trabalhadores mais velhos, ou entre trabalhadores do setor público e do setor privado. Enquanto os primeiros têm contratos estáveis, acesso a proteção social generosa e são cobertos por convenções coletivas, os segundos estão numa posição mais frágil, estando menos protegidos por esse tipo de instituições. Para estes autores, a solução para o problema da segmentação, e nesse sentido para a existência de maior solidariedade, passa pela implementação de reformas que têm uma natureza de compromisso, isto é, que partem do pressuposto que para melhorar a posição dos trabalhadores desprotegidos é necessário desregular a posição dos protegidos. As noções de flexigurança ou a crescente literatura sobre o investimento social estão alicerçadas nestes pressupostos, isto é, de que há conflito de interesses e que tem de haver um compromisso para que os “outsiders” passem a estar mais protegidos. Neste trabalho argumenta-se que estas conceções implicam riscos relevantes porque enfraquecem o “lado do trabalho”. Essas conceções ignoram que a expansão da esfera regulatória pode requerer uma maior coesão entre os trabalhadores. Para isso, a noção de interdependência entre trabalhadores é mais importante do que a de conflito entre eles. Finalmente, esta contribuição discute as circunstâncias em que os diferentes tipos de solidariedade (compromisso versus expansão da esfera regulatória) podem emergir, nomeadamente as coligações políticas que suportam cada uma delas.

PROMOTING SOLIDARITY IN THE WORLD OF WORK

Helena Lopes (Iscte e dinâmica'cet-Iscte)

Solidarity in the world of work has been increasingly threatened in the last decades. The proliferation of subcontracting, outsourcing, temporary and agency work fostered marketdriven and employer-dominated work organization. The crucial danger lies in the fact that these phenomena contribute to fragment workers into groups who do not experience together the community and solidarity that can generate collective voice. The development of platform mediated work is critically reinforcing these distressing circumstances, further intensifying power imbalances between workers and employers. According to Alfred Marshall “it is to changes in the forms of efforts and activities that we must turn when in search for the keynotes of the history of mankind’. The way work is organized decisively affects the development of both individuals/workers and society as a whole. If one intends to somewhat shape the future of mankind, the world of work must be given preeminent attention. The stake is particularly essential today, when sharp boundaries arise between workers which pave the way for intergroup conflicts and growing atomistic individualism. Without solidarity in the world of work, societies risk falling apart. Solidarity resurfaced as a topic of interest in the last years, but it is conceived as a broad social phenomenon. Our aim is to propose a conception of Solidarity in the World of Work - SWW– that involves workers rather than the whole polity. The defining trait of solidarity is communality, which presupposes i) a collective of persons, who ii) have something in common which iii) engenders a sense of responsibility towards the co-members of the collective. Accordingly, the questions to be addressed are: Firstly, who is in solidarity? Who are the “us” distinct from whose “them”? Secondly, what do these persons have in common, what do they share? Thirdly, why are persons in solidarity – because they share feelings/sentiments or because of instrumental

reasons? Fourthly, how does solidarity come to exist? Is it pre-given and natural or institutionally constructed? How can it be promoted?

UNDER WHAT CONDITIONS DO GOVERNMENTS ENACT LEGISLATIVE REFORMS (DE)REGULATING FIXED TERM CONTRACTS? IDENTIFYING “WINDOWS OF OPPORTUNITY” FOR REFORMS

Paulo Marques (Iscte e dinâmica’cet-Iscte)

Rui Branco (FCSH/NOVA University & IPRI-NOVA)

Rita Guimarães (Iscte e dinâmica’cet-Iscte)

Over the past three decades, fixed-term contracts’ (FTCs) degree of regulation changed in several western European countries. In total, between 1985 and 2019, 41 legislative reforms revising the regulation of FTCs were enacted. Among them, 23 reduced the degree of regulation, while 18 increased it. This high number of legislative changes increasing the regulation of FTCs is puzzling as it goes against the dualization hypothesis, i.e., that the downplay in the position of outsiders leads to a stable equilibrium, characterised by the existence of a dual labour market. This also goes against the assumption that labour market reforms neglect the position of labour market outsiders. To address this puzzle, this paper asks under what conditions do governments enact legislative reforms (de)regulating fixed term-contracts? The main argument of the paper is that the share of FTCs, the political conditions for reforms and the macro-economic context are the key factors to understand the direction of reforms. These three factors have in common the fact they relate with the context in which reforms are enacted and not with the political orientation (centre-left versus centre-right) of the cabinet in office. To test the argument, the paper uses a configurational method, fsQCA. This allows the authors to analyse the existence of combinations of factors leading to reforms (de)regulating the position of outsiders.

REGULATING THE INDIVIDUAL TRANSPORT SECTOR - AN INSTITUTIONAL COMPARISON BETWEEN PORTUGAL AND SPAIN

Luís Guerreiro e Paulo Marques (Iscte e dinâmica’cet-Iscte)

Digital Platform Work (DPW) is a new form of business and precarious labour. There are controversies in the dualization literature regarding the centre-left’s strategies towards outsiders. Some authors argue they adopt a pro-insider strategy (e.g., Rueda, 2005), while others point out in the opposite direction (e.g., Palier and Thelen, 2010). In this paper we argue that the composition of parliament and the coalitions that support a government are key to understand the regulatory context in a specific country. The centre-left may change its strategy depending on the coalitions in place. This conclusion is in line with recent research on this topic (Marques and Fonseca, 2021). We compare the legislative action in Spain and Portugal to regulate on-demand private individual transportation (named TVDE in Portugal and VTC in Spain), the largest DPW sector in these countries. We analyse primary sources - parliamentary debates and the enactment process of all the relevant laws - to identify contention points that led to differentiated regulatory outcomes. In the Portuguese case, where the centre-left government is supported by the left spectrum of the parliament, worker conditions were a key point for almost all parties. In Spain, before the coalition government between PSOE and PODEMOS was formed, the discussion revolved around how VTC business operates. Therefore, the centre-left was less focused on addressing the problem of worker conditions. As a result, Portugal regulates the TVDE service, which becomes a competitor to the traditional taxi service, while the Spanish law relegates VTC to a geographically limited service with loose work regulations.

SESSÃO PARALELA ONLINE 3

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O PAPEL ESTADO E A FORMAÇÃO DE AMBIENTES INOVADORES NA REGIÃO TRIANGULO MINEIRO (BRASIL): O CASO DE UBERABA

Marcos Kazuo Matushima (Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM – Uberaba-MG)

Maria Terezinha Gomes (Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente – SP- Brasil)

No Brasil, os parques tecnológicos surgiram na década de 1980, com o Programa de Inovação Tecnológica voltado à aproximação entre as universidades e empresas começam a surgir as primeiras parcerias público-privado. Entretanto, foi com o Programa de Implantação de Parques Tecnológicos (1984), que a interação entre universidades e empresas se efetivaram, todavia ganharam dimensão a partir dos anos 2000, incentivados pela Lei de Inovação (Lei 10.973/04), pelo Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PIN), em 2005. Tais políticas e programas inventivam a criação de parques tecnológicos em diferentes regiões brasileiras, porém as regiões Sudeste e Sul são as que mais concentram essas iniciativas. No estado de Minas Gerais, a lei estadual nº 17.348 de 17 de janeiro de 2008, dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica em Minas Gerais. Essa lei incentivou a implantação de parques tecnológicos e incubadoras de EBTs (Empresas de Base Tecnológica), como estratégia para implementar investimentos em pesquisa e de apropriação de novas tecnologias geradoras de negócios em empresas ligadas a Parques Tecnológicos. O Estado tem papel fundamental na formação dos parques tecnológicos, desde a iniciativa da proposta do projeto até a infraestrutura, o financiamento e incentivos para instalação de empresas. Em Uberaba, o Parque Tecnológico foi em 1996, em uma área localizada na Fazenda Experimental Getúlio Vargas, que era administrada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e pela EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) para a Prefeitura Municipal de Uberaba. Todavia, o parque só se consolidou em 2008, com a criação do Conselho Gestor e de fundo para sua manutenção. Atualmente, além da CEMIG, existem duas empresas instaladas no Parque Tecnológico, a Nelltech e a CDL Hall. O Parque Tecnológico tem parcerias com as instituições de ensino superior e pesquisa, entre elas: FAZU (Faculdades Associadas de Uberaba), IFTM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro) e UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro). Este trabalho objetiva-se analisar o papel do estado na formação do Parque Tecnológico de Uberaba, bem como as interações entre os agentes envolvidos na sua formação. A metodologia baseou-se em: 1 – Pesquisa bibliográfica; 2 – Levantamentos de dados em órgãos como IBGE, Prefeitura Municipal de Uberaba, Parque Tecnológico, e governo do estado de Minas Gerais; 3 - Visitas técnicas, para coleta de dados e informações sobre as empresas, gestores e outras instituições parceiras na estruturação do Parque Tecnológico.

THE ROLE OF PUBLIC POLICIES TO SUPPORT INNOVATION: A PARADIGM SHIFT

Gonçalo Rodrigues Brás (Faculty of Economics, University of Coimbra and CeBER; IN+, LARSyS, Center for Innovation, Technology and Policy Research, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa)

Entrepreneurship, start-ups and business ventures are among the emergent hot topics. As they are often associated to private initiative success, it is the successful entrepreneurs we usually see in the media. However, another side of the coin is often overlooked, more specifically, the public policies that strengthen the innovation ecosystem in order to create favourable conditions that allow businesses to flourish and help set up new projects. Dealing with innovation policy involves great uncertainty and its impact on growth remains ambiguous (Bogers, Chesbrough, & Moedas, 2018). Although Vickers, Lyon, Sepulveda, and McMullin (2017) argue that public policies supporting innovation are shaped by logics of the state, market and civil society, I wonder if these policies are perhaps being driven by a market with priorities that do not reflect wider society. This is why countries cannot become hostages of their own public funding for

innovation as happened, for example, in the case of Covid-19 vaccines commercialised by the Pharmaceutical Sector. Therefore, government policies should be realigned to eliminate biases against it. Public policy supporting innovation should be more proactive and based on shaping and creating value, not passive or focused on market and system failures (Mazzucato & Semieniuk, 2017). Therefore, public funding for innovation should take into account issues of directionality, legitimacy and responsibility to accommodate more transformative views in the public interests (Uyarra, Ribeiro, & Dale-Clough, 2019). This ‘mission oriented’ public funding for innovation should be viewed as a way to empower citizens and communities (Borins, 2001) that has a positive impact on people's lives (Ansell & Torfing, 2014). Whether encompassing the expertise of the broader public through more democratised innovation processes (von Hippel, 2006) or by promoting open innovation projects (Jugend, Fiorini, Armellini, & Ferrari, 2020), the public innovation ecosystem should be able to find the right balance between public interest and more traditional technopolis, triple-helix, and cluster initiatives. To sum up, it is beneficial to have a public policy supporting innovation that funds both public and private institutions if it strives to benefit society as a whole and not only business and commerce. This public policy is particularly relevant given the global challenges we are facing, notably: climate change, sustainable and inclusive development, the green transition, the digital transition, and the interplay between technology and humanity.

MUCH ADO ABOUT PATENT STATISTICS: EVOLVING USES FROM TECHNOLOGICAL COMPETITIVENESS TO SUSTAINABILITY ASSESSMENT

Sandro Mendonça (ISCTE-IUL)

Hugo Confraria (ISEG)

Manuel Mira Godinho (ISEG)

What are innovation indicators for? 30 years on after the publication of Zvi Griliches’ (1990) influential survey on “Patent Statistics as Economic Indicators”, the debate on the uses and limitations of patent statistics remains open. This paper analyses the citation tree of Griliches’s survey as a yardstick to understand how the literature referring to patent statistics has developed over time. How has the “invisible college” around patent statistics grown and evolved? In what disciplines has this resource been exploited? Where are the main geographical hubs? What are the most influential works in this area? We address these questions by doing a bibliometric analysis in WoS of the 1756 articles and reviews that cite Griliches’ paper, between 1990 and 2019, and we combine data-driven and qualitative techniques to describe the different kinds of literature that deployed and developed the indicator overtime. We find that five main themes emerge: 1) Innovation management/performance; 2) Geography of innovation; 3) Economic growth; 4) Green innovation; and 5) Patent metrics. Furthermore, we also discuss potential pathways for future research on patent statistics

FACTORS CONDITIONING THE IMPLEMENTATION OF RIS3: AN ANALYSIS OF COHESION FUNDS

Pedro Marques (INGENIO, CSIC-UPV)

In order to understand the successes and failure of innovation policy in the European context, it is necessary to recognise that policy processes unfold as a result of interactions between state and non-state actors, in a complex context (Weible and Sabatier 2017). In other words, the willingness and capabilities of local institutions to design and implement innovation policy, on the one hand, and the demand for and understanding of innovation policy from non-state actors (including firms, universities, research centres, and others), is fundamental for the effective translation of general principles and guidelines into effective policy action. Furthermore, these dynamics are permeated by dynamics of cooperation and conflict, consensus and disagreement, trust and opportunistic behaviour, and they are constantly evolving in response to endogenous and exogenous forces. This understanding of policy processes stands in contrast to technocratic views on policy design and implementation, according to which policy delivery can improve with tweaks to current rules and regulations or better guiding principles (Marques and Morgan 2018). Using a database of ERDF funded projects for 3 countries (Portugal, Spain and France), in the periods 2007-2013

and 2014-2020, this paper will measure at regional and national level if there are fewer projects and of higher value – to test for prioritisation. Using the same databases, this paper will then measure if there is a relationship between the priorities selected at the design stage of RIS3 and implementation. Use the JRC database on regional priorities to identify the which sectors and technological areas were selected by each region. Since it is already known that some regions have too many priorities, or have weakly related priorities, we should have at least 3 classifications: 1. Weak prioritisation – when sectors funded are the same as areas prioritised, but there were too many priorities to start with; 2. Strong prioritisation – when sectors funded are the same as areas prioritised, and there was a small number of priorities; 3. No prioritisation – when sectors funded are not the same as areas prioritised. Once each region is classified according to these two measures of prioritisation, this paper will select as independent variables indicators for institutional quality and for economic structure. The hypothesis is that regions with higher quality of governance and an economic structure based on innovative firms will have been better at implementing the policy.

SESSÃO PARALELA ONLINE 4

RESILIÊNCIA E VULNERABILIDADES

A INTERCONETIVIDADE DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Sara Rodrigues Neves (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Neil Brenner e Christian Schmid (2015) defendem que o prenúncio de Lefebvre sobre a completa urbanização da sociedade é hoje um facto consumado – a urbanização contemporânea é um processo planetário –, e propõem a construção de uma nova epistemologia da urbanização capaz de problematizar a progressiva interconetividade mundial e a acentuação da desigualdade e polarização das condições socioespaciais. Aceitando o convite de Brenner e Schmid para contestar e reinventar a sua proposta epistemológica face aos desafios da pesquisa, da prática e dos conflitos locais, reflete-se sobre as vulnerabilidades socioespaciais resultante da globalização da urbanização a partir de três geografias distintas: Ahomoni Miri em North Lakhimpur, Assam, Índia; Anselmo Andrade em São Tomé; e a Corujeira no Porto, Portugal. Se a aldeia indiana Ahomoni Miri integra de forma explícita uma extensa teia urbana, Anselmo Andrade é uma comunidade agrícola cercada por uma densa floresta produtiva, enquanto a Corujeira se insere, administrativamente, no núcleo de uma cidade e uma área metropolitana – três territórios díspares que partilham uma condição de exclusão urbana cíclica. Segundo estes três casos, propõe-se debater: a desadequação dos cânones explicativos baseados na objetificação das realidades socioespaciais e na obsessão metodológica com a sua categorização em ‘tipos de assentamento’ ou segundo ‘graus de centralidade ou densidade morfológica’ para compreender e suprir as vulnerabilidades socioespaciais; e como a interdependência mundial da urbanização contemporânea permite estabelecer relações e partilhar experiências e demonstrações entre os lugares aparentemente mais antagónicos.

UMA ANÁLISE DE RESILIÊNCIA REGIONAL PARA O VALE DO PARANHANA/RS/BRASIL

Alexandre Aloys Matte Júnior (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS)

O tema deste projeto consiste na análise da resiliência regional, na sua perspectiva evolucionária, em uma região com especialidade produtiva de um país periférico, o Vale do Paranhana, no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. A região é formada por seis municípios, sendo a maior parcela de renda e empregos formais existentes gerados pelo setor coureiro-calçadista. Os últimos 20 anos foram de desafios para o setor em nível nacional, principalmente com a entrada de concorrentes asiáticos (no mercado internacional e nacional) e períodos de valorização do câmbio, diminuindo a competitividade dos calçados brasileiros. A importância da pesquisa consiste em levantar as práticas, iniciativas e políticas regionais capazes de contribuir para a resiliência regional adotadas em uma região especializada em termos produtivos e refletir acerca das particularidades da resiliência em regiões periféricas. Para a construção do projeto de tese,

estudos relevantes como de Martin (2012), Boschma (2015), Boschma e Pinto (2015) e Pinto (2016), dentre outros, foram utilizados. Como procedimentos metodológicos, tem-se a análise histórica de indicadores socioeconômicos da região dos últimos 20 anos, como PIB, postos de trabalho, volume de empresas por segmento, dentre outros, e pesquisa de campo para coleta de dados primários. Para análise da resiliência regional, tem-se a) crescimento/desenvolvimento socioeconômico; b) trajetória de mudança tecnológica e base produtiva/especialização e; c) diversidade e papel de atores regionais e instituições envolvidas neste processo. A pesquisa está na etapa de caracterização do processo de resiliência por meio da análise dos indicadores anteriormente citados e dos planos públicos de desenvolvimento regionais. Até o momento, nota-se pouca disposição dos entes regionais (especialmente políticos) para cooperação com vistas a construção de um projeto regional de desenvolvimento. Os indicadores regionais de PIB e emprego demonstram redução nos índices de emprego e estabelecimentos industriais e comerciais. Percebem-se desafios já postos como a necessidade de diversificação industrial da região, qualificação da mão de obra em setores tecnificados, ofertas educacionais e científicas qualificadas, incentivo ao empreendedorismo com vista à diversificação produtiva, desenvolvimento do turismo, industrialização da produção agropecuária e aumento dos processos de participação social, além da superação das divisões políticas presentes no Parahana e a necessidade da união das forças produtivas para um projeto regional. Ainda é necessário evoluir na investigação, buscando melhor caracterização regional e análises pormenorizadas dos indicadores. Após isso, terá início a etapa de pesquisas de campo e análise empírica da resiliência na região.

A RESILIÊNCIA DAS NUTS III PORTUGUESAS AOS CHOQUES ECONÓMICOS DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS: UMA ANÁLISE ÀS SUAS CAPACIDADES DE RESISTÊNCIA E DE RECUPERAÇÃO

Márcio Ferreira e Teresa Sá Marques (Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT)

Atualmente, os territórios estão constantemente a ser confrontados por diversos desafios, que podem ter diferentes naturezas e intensidades. Estes desafios derivam da necessidade de se responder a catástrofes naturais e/ou ambientais, a crises económicas, crises sociais, políticas ou epidemiológicas. Muitos são imprevisíveis e difíceis de responder (Fastenrath, S. et al 2019) porque o seu desenvolvimento é influenciado por acontecimentos locais, regionais, nacionais e globais (Martin & Sunley, 2020). Recentemente tivemos a crise de 2008, que começou nos Estados Unidos da América e alastrou-se mundialmente. Nos últimos tempos, temos vindo a confrontar a difusão mundial do vírus COVID-19, que começou por ser um surto local em Wuhan, na China, e depois proliferou por todos os países. Estes momentos desafiantes exigem respostas urgentes e estruturais, mais concretamente, capacidades de resiliência, adaptação e recuperação por parte dos territórios e dos seus principais atores locais, regionais, nacionais. O conceito de resiliência não é propriamente recente e inovador, pois tem vindo a ser desenvolvido a algumas décadas nas ciências comportamentais, na medicina e na engenharia. Mais recentemente foi difundido nas ciências naturais e nas ciências sociais e económicas (Martin, 2012; Boschma, 2015; Giacometti & Teräs, 2019). Esta investigação analisa, de que forma as regiões portuguesas (NUT III), nestas últimas duas décadas, reagiram e recuperaram perante a ocorrência de choques. Foca-se no produto interno bruto e no emprego e determina os níveis de resistência e de recuperação de cada NUT III, tendo em vista tipificar os graus de resiliência regional. No final, discute os resultados e a metodologia empregue.

RECOVERY FROM THE COVID-19 PANDEMIC. AN OVERVIEW OF THE TERRITORIAL DIMENSION OF EU MEMBER STATES'S RECOVERY AND RESILIENCE PLANS

Paulo Neto (University of Évora, Department of Economics, UMPP - Public Policy Monitoring Unit, CICS.NOVA.UÉvora, CIES.ISCTE.IUL, CEFAGE.UÉ)

Since March 2020, the European Union has launched a wide range of initiatives to tackle the COVID-19 pandemic, mainly through two complementary channels - "through creating a new set of initiatives aimed specifically at resolving and or mitigating the effects of the pandemic in terms of public health, but also the

resulting economic and social effects [and] by mobilizing a set of policies and public policy instruments to combat the effects of the pandemic, with the purpose of allocating resources to the new needs of the European economy and society” (Neto, 2020, p. 39). Among the set of new EU initiatives created specifically to deal with the pandemic, the following stand out: (i) The EU Recovery Plan for Europe; (ii) The SURE / ESM Pandemic Crisis Support / EIB Guarantee Fund for Workers and Businesses; (iii) The Next Generation EU policy instrument; (iv) The Re-open EU initiative; (v) The European roadmap to lifting coronavirus containment measures; (vi) The initiative EUvsVirus Challenge; (vii) The European Skills Agenda for sustainable competitiveness, social fairness and resilience, and (viii) Temporary State Aid rules. In what concerns the Recovery Plan for Europe, EU argues that “the COVID-19 crisis as well as the previous economic and financial crisis have shown developing sound, sustainable and resilient economies as well as financial and welfare systems built on strong economic and social structures helps Member States respond more effectively and in a fair and even way to shocks and recover more swiftly from them” (European Union, 2021, p. 18). In this perspective, EU created the European Recovery and Resilience Facility (Regulation 2021/241, of 12 February 2021) precisely with the objective “to provide Member States with financial support with a view to achieving the milestones and targets of reforms and investments as set out in their recovery and resilience plans. That specific objective shall be pursued in close and transparent cooperation with the concerned Member States” (European Union, 2021, p. 31). The scope of application of the Facility “shall refer to policy areas of European relevance structured in six pillars: (i) green transition; (ii) digital transformation; (iii) smart, sustainable and inclusive growth, including economic cohesion, jobs, productivity, competitiveness, research, development and innovation, and a well-functioning internal market with strong SMEs; (iv) social and territorial cohesion; (v) health, and economic, social and institutional resilience, with the aim of, inter alia, increasing crisis preparedness and crisis response capacity; and (vi) policies for the next generation, children and the youth, such as education and skills” (European Union, 2021, p. 31). According with European Commission’ Guidance to Member States Recovery and Resilience Plans “the recovery and resilience plans need to reflect a substantive reform and investment effort. Both reforms and investments must be coherent and adequately address the challenges in the individual Member State. The reform efforts and investment put forward must be substantial and credible” (European Commission, 2021, p. 3). The analysis carried out in this paper focuses precisely on this EU’ Facility, and the main purpose of the paper is to analyze to what extent the Recovery and Resilience Plans of the Member States of the EU value a territorial dimension in their strategic approach and on their operationalization model.

RESILIÊNCIA, CAPACIDADE ADAPTATIVA E PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DA CIM-RC

Catarina Frade (FEUC/ CeBER)

Rita Martins (FEUC/ CES)

A emergência da pandemia de Covid-19 convocou um esforço colaborativo de entes públicos e privados, nacionais e internacionais, no sentido de se definirem e adotarem rapidamente respostas sanitárias, económicas e sociais para enfrentar um fenómeno tão incerto, quanto disruptivo. A liderança estratégica coube aos governos e organismos internacionais e europeus, mas parte significativa da execução das ações foi assumida pelas entidades públicas que se encontram mais próximas dos cidadãos. Como enfatizado em OCDE (2020), as administrações regionais e locais têm desempenhado um papel muito relevante no combate à pandemia. E o seu papel tem-se destacado à medida que se vão constatando, quer as desigualdades territoriais dos impactos pandémicos, quer as disparidades nas capacidades regionais para enfrentar a crise pandémica ao nível dos cuidados de saúde e dos apoios sociais e económicos. A resiliência destes territórios, ou seja, a sua capacidade de lidar com a crise e de a superar, depende da capacidade adaptativa revelada pelos seus atores e da verificação de um conjunto de fatores humanos, técnicos e ambientais. Tendo por base este contexto, o objetivo deste trabalho é estudar o dinamismo das autarquias durante essa primeira vaga, quanto às medidas de saúde e apoio social e económico adotadas, e aos destinatários privilegiados das mesmas. Para o efeito, elencam-se, sistematizam-se e mapeiam-se as medidas adotadas pelas Câmaras Municipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), durante a primeira vaga da pandemia (março-agosto de 2020), discutindo-as à luz da resiliência regional deste território. Atendendo à potencial maior exposição dos territórios de baixa densidade aos efeitos negativos da pandemia, tem-se em conta na análise a heterogeneidade territorial. Os esforços de reação, adaptação e recuperação desencadeados pelos municípios tanto para mitigar, como para combater

e contrariar as consequências negativas causadas pela pandemia são reveladoras da sua resiliência. Constatou-se uma associação positiva entre características sociodemográficas e económicas tradutoras de maior vulnerabilidade e o dinamismo na conceção e implementação de medidas para evitar o agravamento dessas mesmas vulnerabilidades. Verificaram-se igualmente dinâmicas de cooperação horizontal entre municípios decorrentes de efeitos de vizinhança. Não sobressaíram efeitos polarizadores a partir dos principais polos urbanos da CIM-RC (Coimbra e Figueira da Foz).

PAINEL TEMÁTICO ONLINE

O TERRORISMO COMO CRISE: PERSPETIVAS MULTI E INTERDISCIPLINARES

ESTUDOS SOBRE TERRORISMO COM BASE NA ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO: UMA REVISÃO CRÍTICA

Eunice Castro Seixas (SOCIUS/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa)

Nas últimas décadas tem havido um interesse crescente na análise do fenómeno do terrorismo a partir da perspetiva da análise crítica de discurso. Desde as análises focalizadas na administração Bush e a ‘Guerra ao Terror’ no pós 11 de setembro, os estudos sobre esta questão têm incidido sobre vários atores/poderes e instituições e respetivas construções discursivas sobre o terrorismo, com destaque para os EUA, a União Europeia, mas também a NATO e a ONU, ou ainda as políticas contra-terroristas e securitárias de âmbito nacional em países como o Reino Unido ou a França. Nesta comunicação pretende-se fazer uma revisão crítica destes estudos, revelando as principais perspetivas, debates e temas abordados, mas também as questões emergentes e as lacunas da investigação nesta área. Em seguida, exploram-se de forma breve os poucos estudos existentes em Portugal neste âmbito e argumenta-se sobre a necessidade de mais investigação nesta área, assim como de mais debate público sobre as políticas contra-terroristas que correm o risco de passar despercebidas num país sem incidentes de ataques terroristas. Finalmente, reflete-se sobre as possibilidades e limites da abordagem de análise crítica de discurso e sobre a relevância de um diálogo interdisciplinar para o entendimento do fenómeno do terrorismo.

TERRORISMO NO MAGREBE E NO SAHEL – ENQUADRAMENTO E PERSPETIVAS

Maria Sousa Galito (CESA-CSG do ISEG, Universidade de Lisboa)

Do ponto de vista científico, não tem sido fácil concetualizar fenómeno como o terrorismo, que poderia ser matriz de violência política exercida sobre civis por parte de agentes armados, estaduais ou não estaduais, que visem espalhar o pânico entre a população para auferir ganhos políticos. Enquanto fenómeno de grupo, tem propensão de disseminação superior à ousadia dos chamados “lobos solitários”, os indivíduos que, por sua iniciativa, chamam a atenção para causas por eles abraçadas; ainda assim, se uma pessoa sozinha não consegue derrubar governos, pode ser rastilho para uma revolução. Terrorismo é dinâmica de poder, pelo que pode ser analisado do ponto de vista geopolítico ou geoestratégico. Admite causas tão diversas quanto as motivações dos indivíduos ou grupos que se dedicam a este tipo de atividades. Os modelos de contraterrorismo, com componente técnica mais ou menos eficiente na otimização dos recursos ou eficaz na obtenção de resultados, podem ser vulneráveis a sensibilidades históricas, políticas, sociológicas ou religiosas, dominantes numa determinada época e, nessa medida, não serem capazes de resolver o problema. Terrorismo pode ter identidade própria num determinado espaço ou, pelo contrário, constituir ameaça além-fronteiras. Sendo assim, para obter perceção mais concreta sobre o tema, propõe-se, como caso de estudo (case study), o terrorismo praticado no Magrebe e no Sahel. A investigação inclui identificação dos principais grupos que atuam neste palco estratégico e o seu modus operandi. Admitindo a hipótese que o Norte de África possui dificuldades sistémicas que alimentam este tipo de violência política, avalia-se a situação de forma multidisciplinar, recorrendo a mapas e instrumentos de visualização, a estatísticas e análises de conflitos pré-existentes, de problemas de criminalidade junto às fronteiras, tráficos de pessoas, drogas ou de armas. O modelo teórico de análise propõe ainda esquema

metodológico baseado em níveis de organização político-social e de padronização relacional, caracterizada por modos de agregação e de estruturação.

A PREVENÇÃO DO TERRORISMO ATRAVÉS DE INTERVENÇÕES COM INDIVÍDUOS "DE RISCO"

Raquel da Silva (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Programas destinados a prevenir ou a combater a radicalização em direção ao terrorismo ou extremismo violento (PVE, CVE ou P/CVE) têm ganho proeminência política ao nível internacional. Tem também havido, como seria de esperar, uma rápida expansão da literatura científica nesta área. Até ao momento, no entanto, esta literatura fornece evidência relativamente fraca sobre os efeitos destes programas e até mesmo sobre como é que tais programas são conduzidos no terreno, sendo que grande parte da literatura se foca em análises políticas mais amplas e na teorização das lógicas que supostamente os sustentam. Este artigo apresenta uma revisão da literatura existente sobre como os indivíduos "de risco" são identificados e sobre as intervenções que lhes são oferecidas. Explora também pontos de convergência, divergência e críticas em relação a dois contextos nacionais vistos como pioneiros e 'produtores de normas' no campo da prevenção do terrorismo – a Dinamarca e o Reino Unido – bem como os desafios existentes na avaliação dos resultados de programas de intervenção com indivíduos "de risco". Este artigo oferece ainda uma reflexão sobre as implicações do surgimento de uma compreensão mais complexa e matizada do "risco" para as políticas, práticas e investigação nesta área.

FUMO SEM FOGO: DETERMINAÇÕES PESSOAIS, CONTRA-TERRORISMO E SEMIOSE

Daniel Seabra Lopes (SOCIUS/CSG-Investigação em Ciências Sociais e Gestão & Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa)

Esta comunicação reflete sobre o policiamento contra-terrorismo em Portugal, prestando especial atenção à sua vertente preventiva, que actua por antecipação, visando neutralizar as ameaças antes de estas assumirem proporções dramáticas. Neste âmbito, assume especial importância a vigilância dos posicionamentos pessoais que desafiam os limites aceitáveis da identidade e da cidadania e que, precisamente por isso, são apelidados de 'radicais'. Assente numa pesquisa empírica realizada junto de uma unidade policial contra-terrorismo, o artigo propõe-se apreciar este tipo de investigação judiciária como um trabalho de natureza semiótica, marcado por interpretações e inferências falíveis construídas em torno de sinais indicativos da pessoalidade e da cidadania. Trata-se de uma dimensão fundacional do próprio policiamento que, neste caso, se combina com uma cultura securitária de dimensão europeia que se tem consolidado ao longo dos últimos vinte anos, apesar da considerável insignificância das ocorrências registadas.

PAINEL TEMÁTICO

PANDEMIA E VULNERABILIDADES: TERRITÓRIOS, (DES)EMPREGO E POLÍTICAS

DESEMPREGO, PRECARIIDADE LABORAL E DESIGUALDADES SOCIAIS: IMPACTOS DA PANDEMIA NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA EUROPA

Inês Tavares (Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte)

Ana Filipa Cândido (Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte)

Renato do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)

Jorge Caleiras (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)

Em 2020, o primeiro ano em que se verificam as repercussões da pandemia Covid-19, a taxa de desemprego inverteu a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos. Os jovens, com 34 ou menos anos, foram particularmente afetados pelo aumento do desemprego. Portugal era o quinto país europeu com maiores níveis de trabalho temporário involuntário e o sétimo com mais jovens a trabalhar em part-time por falta de alternativa. Neste quadro, os principais indicadores apontam no sentido da generalização do problema do desemprego e da precariedade laboral, fenómenos ainda mais evidentes na população jovem. A presente comunicação aprofunda a análise acerca do desemprego e precariedade laboral durante a pandemia. Considerando as dinâmicas gerais do desemprego, pretende-se compreender os impactos da crise pandémica no mercado de trabalho em Portugal e na Europa, com principal foco na população jovem. Tendo como base dois estudos elaborados pelo Observatório das Desigualdades, exploram-se as dinâmicas do desemprego, do emprego e da precariedade laboral, tanto nos jovens, como da população total (e na sua comparação), considerando a sua evolução e o efeito que a pandemia assumiu nas tendências mais recentes. Os indicadores analisados são diversos, desde a taxa de desemprego à subutilização da força de trabalho, passando pelo trabalho voluntário e involuntário temporário e parcial, tendo em consideração o escalão etário, o sexo e o nível de escolaridade, numa perspetiva comparativa entre Portugal e os restantes países da União Europeia.

O TRABALHO AQUI E AGORA: CRISES, PERCURSOS E VULNERABILIDADES NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Isabel Roque (CES-Universidade de Coimbra)

Rodrigo Viera de Assis (ISCTE-IUL/CIES_Iscte)

Renato Miguel do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)

Jorge Caleiras (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)

Após a crise financeira de 2008 foram adotadas medidas de estímulo ao emprego em Portugal que contribuíram para a normalização do estado de exceção financeira no país, sobretudo através do aumento dos contratos temporários, do “falso” trabalho independente e da informalidade. A difusão do padrão flexível de uso do trabalho produziu, além do aumento do desemprego, mau emprego, ou seja, formas precárias de emprego pautadas por incertezas e inseguranças, muitas vezes definidas pela ausência de contrato de trabalho e sem proteção social. A pandemia acentuou estas situações. Apesar da recuperação parcelar posterior, ocorrida até 2019, o impacto da crise pandémica expôs um conjunto de vulnerabilidades não resolvidas no período anterior. Trabalhadores de diferentes setores, (“turismo”, restauração, alojamento, artes e espetáculos, plataformas digitais) viram-se confrontados com um cenário de exclusão do mercado de trabalho, e em risco de cair em situações de pobreza, devido à perda de rendimento (desemprego, agravamento da precariedade, inacessibilidade a apoios estatais). Nesta comunicação, baseada num estudo qualitativo recentemente concluído, analisa-se a condição social, económica e existencial de uma amostra de indivíduos em situação laboral marcada pela instabilidade contratual, por formas recorrentes de desproteção social e pela incerteza na vivência do quotidiano. Entre 2019 e 2020,

foram realizadas 53 entrevistas aprofundadas a trabalhadores nacionais e imigrantes de diferentes setores de atividade. O objetivo foi o de compreender os seus percursos de participação no mercado de trabalho, na relação com a Segurança Social, distinguindo-os a partir dos níveis de proteção e da forma como procuram lidar com as fragilidades da sua condição. O resultado indica que o “agora” é vivido a partir de percursos cumulativos de vulnerabilidade social e de precariedade laboral, e que o “aqui” é constituído por dinâmicas contraditórias do mercado de trabalho.

VULNERABILIDADES TERRITORIAIS, PANDEMIA E EMPREGO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE PERFIS SOCIOECONÓMICOS MUNICIPAIS E IMPACTOS DA COVID-19 EM PORTUGAL

João Ferrão (Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais)

Hugo Pinto (CES, Universidade de Coimbra)

José Maria Castro Caldas (CES, Universidade de Coimbra & COLABOR)

Renato Miguel do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)

A pandemia originou um conjunto de impactos de diferentes magnitudes no território. Esta comunicação, decorre de um artigo submetido a uma revista científica, e apresenta uma abordagem exploratória para compreender como a existência de determinadas vulnerabilidades no momento pré- crise conduziu a diferentes impactos nos territórios em Portugal. Partindo da escala municipal, a análise define uma tipologia de territórios vulneráveis em função dos graus de exposição e suscetibilidade que apresentam, e compara os distintos grupos de municípios dessa tipologia com os impactos territoriais da crise pandémica em termos das dinâmicas de desemprego. Os resultados atestam a existência de vulnerabilidades acrescidas em territórios muito dependentes do turismo e dos que integram áreas metropolitanas, cujas estruturas socioeconómicas redundaram em situações de maior crescimento do desemprego em 2020. O artigo tem implicações para a reflexão sobre vulnerabilidade territorial, resiliência e políticas públicas para transformar a economia portuguesa no período pós-pandemia.

CRISES, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS: UM OLHAR EM PERSPETIVA

Jorge Caleiras e Renato do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)

Numa perspetiva crítica discutem-se as principais linhas de orientação das políticas de emprego e de proteção, bem como a sua articulação ao longo das últimas cinco décadas em Portugal. O foco é colocado em dois momentos mais recentes: a crise financeira de 2008 e a crise pandémica em curso. Do ponto de vista metodológico, são tidos em conta diversos enquadramentos macroeconómicos, institucionais e políticos, e é desenvolvida uma análise das alterações nas políticas e do modo como elas se intersectam ou afastam entre si. Para ajudar a compreender os sentidos das mudanças, optou-se por uma estratégia plural, capaz de diagnosticar uma multiplicidade de informações de diversas fontes. Os resultados apontam num duplo sentido. Numa perspetiva do tempo longo, apesar de o quadro evolutivo ser marcado mais por continuidades do que propriamente por grandes disrupções, o período é atravessado por momentos de tensão e alternância entre políticas, e pontuado por dois movimentos com sentidos distintos: um movimento no sentido do progresso social e outro no sentido do retrocesso social. Estes movimentos, oscilantes, mas não necessariamente cronológicos, podem coexistir nos mesmos ciclos e legislaturas. Numa perspetiva do tempo curto, a resposta dada às duas crises foi diferente e os resultados também. O país respondeu melhor à crise pandémica que à crise financeira. Se as respostas condicionadas pelo “programa de ajustamento” (e pelo programa de governo) conduziram a um afundamento económico e social, que se manifestou num aumento brutal do desemprego, com a estratégia adotada para combater a atual crise, isso não aconteceu, pelo menos na dimensão que seria previsível. As políticas contam. Contudo, o pós- crise que se segue é incerto, tal como o processo de recuperação.

TRABALHO

LAS REPERCUSIONES DE LAS POLÍTICAS DE “FLEXISEGURIDAD” EN EL PODER SINDICAL. UN ESTUDIO COMPARATIVO

Elías Roiz Ceballos (Universidad Complutense de Madrid)

Tal y como afirma Prieto (2009) el concepto la “calidad del empleo” es polisémico, distintas concepciones concurren en una misma expresión como reflejo de los intereses de actores sociales concretos: los sindicatos y la patronal. Las democracias de posguerra fundamentaron sus nuevos entramados institucionales en la negociación colectiva, integrando los antagonismos de clase en los espacios reservados a la negociación, esto es, institucionalizando el conflicto. Desde la II Guerra Mundial hasta los años setenta las tendencias de las relaciones laborales serán favorables a los trabajadores (Baglioni, 1990). Sin embargo, a partir de los ochenta la norma salarial comenzará a deteriorarse. En este trabajo trataremos de ahondar en las repercusiones que está teniendo para la negociación colectiva algunas de las reformas impulsadas desde la Unión Europea bajo el paradigma de la denominada “flexiseguridad”. Siguiendo la corriente académica de los “Labor Revitalization Studies” el denominado “poder sindical” trata de caracterizar la posición de los sindicatos como principal organización de los trabajadores en representación de sus propios intereses en la relación de fuerzas entre capital y trabajo. A través de este enfoque trataremos de dar cuenta de la tendencia regresiva en la norma salarial de empleo que suponen, en los hechos, las políticas de flexiseguridad. Para ello realizaremos un estudio comparativo de los países del denominado “modelo mediterráneo” de relaciones laborales, en concreto Italia y España. Trataremos de poner sobre la mesa algunas de las tendencias del poder sindical en cada uno de estos países bajo modelos neocorporativistas, especialmente tras su reorientación competitiva en los años 80, y tras las rupturas y continuidades tras la crisis de 2008. Pondremos especial atención en las transformaciones legislativas en clave de flexiseguridad y en su impacto sobre la negociación colectiva. Trataremos con ello de ver las repercusiones reales de la flexiseguridad sobre el marco de relaciones laborales de estos países. La ponencia se articula en torno a tres puntos. Un marco teórico y marco de la problemática social. Posteriormente pasaremos a analizar algunas de las particularidades de la estructura de la negociación colectiva de España y de Italia, esto es, los distintos modelos de relaciones laborales mediterráneos. Posteriormente en los sucesivos epígrafes se tratará de esbozar las transformaciones más recientes que apuntan contra distintas bases del poder sindical: el poder institucional, el poder asociativo y el poder estructural. Finalmente se cerrará con unas breves conclusiones.

EL TRABAJO EN PLATAFORMAS DIGITALES DE REPARTO EN BRASIL Y LOS IMPACTOS DE LA PANDEMIA DE COVID-19: NUEVOS Y ANTIGUOS DESAFIOS

Ana Beatriz Bueno de Jesus (PPGD/UERJ)

Bruna da Penha de Mendonça Coelho (IESP-UERJ; PPGD/UERJ)

Objetivamos investigar, a partir de los datos empíricos recogidos y la reflexión sociológica propuesta, el impacto de la pandemia en las condiciones laborales de los repartidores por plataformas digitales en Brasil. También buscamos inferir si este impacto puede influir en la comprensión subjetiva de la desigualdad por parte de los trabajadores. Partimos de la hipótesis de que la crisis sanitaria no creó dicha desigualdad, sino que la agravó, al explicitar las contradicciones del conflicto capital-trabajo. La investigación conecta datos empíricos primarios con un análisis teórico sobre el significado de esta relación laboral para el proceso de acumulación capitalista, y sobre cómo los repartidores perciben la dinámica de este trabajo. En cuanto a los métodos, combinamos la investigación empírica con la teórica. En la empírica, contamos con una base de datos inédita, con muestra de 100 entrevistados (repartidores) y la realización de dos entrevistas cualitativas semidirectivas con repartidores de plataformas digitales. Sobre la base de datos, se obtuvo mediante la difusión de un formulario de google forms, especialmente a través de publicaciones en las redes sociales, centrándose en grupos de repartidores de las regiones del sudeste, nordeste y medio oeste de Brasil. Las respuestas se recibieron entre marzo y mayo de 2021, e incluyen datos cuantitativos y

cualitativos. En cuanto al análisis teórico, se buscó reflexionar sobre los significados de la uberización y los procesos sociales implicados, especialmente desde el aporte de la sociología del trabajo. En esta línea, el desarrollo del artículo se divide en tres ejes de análisis. El primer eje realiza un análisis teórico e interconectado con datos empíricos, que se profundiza en las dimensiones de la uberización y de la percepción de la desigualdad social. Buscamos entender la uberización del trabajo no como algo nuevo, sino que relacionado con las dinámicas sociales y, especialmente, con el conflicto capital-trabajo. En el segundo eje se lleva a cabo una reflexión sobre los datos cuantitativos y cualitativos obtenidos a través del cuestionario elaborado en el formulario de google forms, cuyos resultados mostraron un empeoramiento significativo de las condiciones laborales durante el periodo de la pandemia (como jornadas más largas y remuneraciones más bajas). Finalmente, el tercer eje busca profundizar la investigación cualitativa, a través del análisis de dos entrevistas semidirectivas, realizadas con el repartidor Abel Santos, del Distrito Federal (Brasil), y una repartidora, que pidió el anonimato.

SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO NA ECONOMIA PORTUGUESA: UMA UNIDADE DE MEDIDA ALTERNATIVA

Margarida Antunes (Universidade de Coimbra, CeBER, FEUC)

A crise europeia de 2010 mostrou as fragilidades da taxa de desemprego enquanto indicador da capacidade produtiva não utilizada e da situação do mercado de trabalho. Trata-se de um indicador objetivo, de quantificação rigorosa e com normas harmonizadas internacionalmente pelas recomendações da Organização Internacional do Trabalho, mas que não abrange situações de fronteira entre o desemprego e o emprego e entre o desemprego e a inatividade. Desde 2011 que o Instituto Nacional de Estatística (INE) publica a taxa de subutilização do trabalho, um indicador complementar de análise que inclui estas situações, respetivamente o subemprego a tempo parcial e a força de trabalho adicional potencial que abrange os inativos ou que estão disponíveis para trabalhar mas não procuram emprego (IDNP) ou os que procuram emprego mas não estão disponíveis para trabalhar (INDP). Esta taxa tem também algumas limitações, pois equipara a desemprego todo o subdesemprego a tempo parcial, quando esta situação corresponde a alguém parcialmente desempregado, e na população ativa e nos inativos não pondera a possibilidade de se querer e/ou estar a trabalhar a tempo parcial. Esta comunicação começa por propor um indicador alternativo da subutilização do trabalho em Portugal que procura responder a estas limitações. Recorre às mesmas categorias de indivíduos, distinguindo-se por utilizar como unidade de medida a hora de trabalho. Esta mudança permite 1) avaliar como desemprego, não a totalidade do subemprego a tempo parcial, mas apenas as horas de trabalho semanais pretendidas e não exercidas por quem pertence a esta categoria, pois somente estas significam subutilização do trabalho; 2) ponderar casos de desempregados, IDNP e INDP que pretendam apenas um emprego a tempo parcial, como acontece com quem está empregado; e 3) considerar na determinação da população ativa o facto de haver empregados economicamente ativos apenas numa parte do tempo normal de trabalho. Obtém-se assim uma taxa de subutilização das horas de trabalho, horas de trabalho ativas e potencialmente ativas do ponto de vista económico. Numa segunda parte, apresentam-se os valores desta taxa para Portugal no período 2002-2020, dando especial atenção aos anos da crise europeia de 2010 e da crise da COVID-19 de 2020. Nestes anos, a taxa de subutilização das horas de trabalho é nitidamente superior à taxa de desemprego — cerca de seis pontos percentuais —, embora apresente uma situação da subutilização do trabalho mais favorável que a expressa pela taxa respetiva do INE.

A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO EM PORTUGAL: UM PLEITO AINDA CONTEMPORÂNEO?

Cláudia Lima Monteiro (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP)

Essa comunicação apresenta análises parciais sobre a redução da jornada de trabalho em Portugal na contemporaneidade, a partir dos resultados do estudo decorrente do estágio de Doutorado Sanduíche, ocorrido em Coimbra/Portugal, no período de novembro de 2018 a maio de 2019. O estágio foi amparado pelo protocolo de intercâmbio internacional entre Brasil e Portugal, por meio dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Instituto Superior Miguel Torga (ISMT). A metodologia do estudo sobre a jornada de trabalho em Portugal teve como base a

teoria social crítica marxista e contemplou pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo de natureza qualitativa, por meio de entrevista com representante da Secção Regional do Centro do SINTAP, sindicato que representa os/as trabalhadores/as da administração pública direta e de entidades com fins públicos. O desvelamento do objeto de estudo também ocorreu por meio de contatos com representações sindicais europeias, mediados por eventos organizados pela Rede de Estudos Relações de Trabalho e Sociedade (RETS), vinculado a Universidade de Coimbra, e pela Base-Frente Unitária de Trabalhadores (BASE-FUT). Os resultados do estudo apontaram que o pleito pela redução da jornada de trabalho em Portugal ainda é debatido no meio sindical, mas sem ganhos reais, face ao desemprego e à precarização do trabalho existente nesse país. A jornada de trabalho ainda é um elemento de disputa central no mundo do trabalho contemporâneo globalizado e está inserida no processo crescente de precarização das condições de trabalho dos/as trabalhadores/as, mesmo em um país situado no continente europeu. Sem a pretensão de realizar um estudo comparativo entre Brasil e Portugal, foi possível verificar a crescente desconfiguração de direitos trabalhistas e, por consequência, das conquistas de redução da jornada de trabalho nos dois países. Essas realidades resultam do processo de reestruturação econômica globalizado, com vistas a priorizar a produção de mais riqueza para o capital. Ressalta-se que o advento posterior da epidemia da corona vírus foi utilizada como justificativa para aprofundar ainda mais a precarização das condições de trabalho a nível mundial.

A EXPANSÃO E A RETRAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO MÍNIMA DE VELHICE NA ERA DAS REFORMAS REGRESSIVAS

Maria Clara Murteira (FEUC)

A presente comunicação examina a mudança institucional no domínio das pensões mínimas de velhice de base contributiva, de meados dos anos oitenta até à actualidade, procurando entender a sua articulação com as reformas mais gerais do sistema de pensões, que, por sua vez, se articularam com um conjunto de dinâmicas políticas, económicas e sociais ao nível nacionais, europeias e transnacionais. Para aferir a mudança institucional explícita, procedeu-se à consulta dos principais diplomas legais aprovados sobre a matéria e de outras iniciativas legislativas, bem como dos debates parlamentares associados. Foi possível, assim, escrutinar as principais alterações regulamentares, atender aos discursos de legitimação das medidas e esclarecer o posicionamento político dos partidos com representação parlamentar. Para aferir a mudança institucional menos visível (a que ocorre mesmo em períodos de estabilidade regulamentar) utilizaram-se indicadores estatísticos relevantes. O estudo da trajectória de reformas das pensões mínimas exigiu, em primeiro lugar, o estabelecimento de um critério de periodização que permitisse identificar as fases de continuidade e de descontinuidade da política. Admitiu-se que a mudança política no domínio das pensões mínimas não deveria ser perspectivada de forma isolada, porque não seria independente das opções políticas assumidas para o modelo mais geral de provisão de rendimento na reforma, o que obrigou a atribuir centralidade ao momento em que ocorreu cada uma das sequências temporais. Dessa forma, foi possível escrutinar como se articularam, em cada fase, as políticas respeitantes à garantia de mínimos com as reformas mais gerais do sistema de pensões e entender o papel atribuído à garantia de mínimos no âmbito dos modelos de provisão adoptados. Atribuir centralidade ao momento em que ocorreram as reformas, permitiu também esclarecer a sua articulação com um conjunto de dinâmicas políticas nacionais, europeias e transnacionais. A análise desenvolvida fornece algumas pistas para decifrar as questões mais intrigantes suscitadas pela observação da trajectória reformas das pensões mínimas, nomeadamente: a expansão do direito no momento em que se iniciou o processo de liberalização da economia, depois de anos consecutivos de degradação do valor das prestações; o reforço da expansão, com o início do processo de convergência com o salário mínimo nacional, em meados da década de noventa, enquanto esteve em discussão um projecto de reforma que implicaria a privatização parcial do sistema de pensões; a retracção do direito no momento em que o referido projecto de reforma foi abandonado.

SESSÃO PARALELA ONLINE 6

MACROECONOMIA E CRISES II

UMA LEI MAIS FORTE E ÚTIL DO QUE A DE OKUN? A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE INVESTIMENTO E A TAXA DE DESEMPREGO

Alexandre Abreu (ISEG – Universidade de Lisboa)

Esta comunicação incide sobre a Lei de Okun, a relação empírica identificada por Arthur Okun (1962) entre a taxa de desemprego e o hiato do produto, começando por apresentar a relação em causa e proceder a uma breve discussão acerca do debate e dos exercícios de estimação empírica em torno desta relação que têm sido realizados ao longo das últimas décadas. Chama-se a atenção, em particular, para a forma como as metodologias assentes em filtros estatísticos consagram um conceito de ‘produto potencial’ que se limita a reproduzir a tendência do produto efetivo no passado recente, tendo por isso, especialmente em contextos de desemprego e capacidade produtiva excedentária, um viés recessivo que assume especial gravidade quando mobilizado no contexto de mecanismos de vigilância orçamental, tal como sucede na União Europeia. Argumenta-se por isso que a Lei de Okun tem, para além de uma natureza relativamente tautológica, consequências iníquas pela forma como tem sido operacionalizada e instrumentalizada. Na parte do final da comunicação, explora-se a possibilidade de a taxa de desemprego apresentar em muitos casos uma relação mais forte e significativa com a taxa de investimento do que com o hiato do produto, sugerindo a existência de uma lei mais forte, menos iníqua e mais útil do que a de Okun no que ao comportamento da taxa de desemprego diz respeito. Conclui-se com uma discussão exploratória das implicações.

25 ANOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA CONDICIONADA: QUE BALANÇO?

Maria Clara Oliveira e Teresa Almeida Cravo (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Os programas de transferência monetária condicionada consistem em transferências financeiras atribuídas diretamente a famílias vulneráveis, geralmente com crianças e/ou adolescentes na sua composição, a quem se exige, em contrapartida, o cumprimento de condições pré-estabelecidas, geralmente nas áreas da educação e/ou saúde. Estes programas foram inicialmente aplicados no município de Campinas (Brasil) e no Distrito Federal (Brasil) em 1995, tendo o México adotado o primeiro programa de cunho nacional deste tipo em 1997. Tornando-se num instrumento privilegiado do combate à pobreza, estes programas foram rapidamente disseminados e encontram-se atualmente presentes em vários países da América Latina e do Caribe, do Sudeste Asiático e de África, existindo igualmente experiências-piloto em municípios do Norte Global (ex. Nova Iorque). Partindo da análise documental e de dados oficiais de diversos programas, bem como de uma extensa revisão da produção académica sobre o tema, este artigo procura fazer um balanço das medidas de transferência monetária condicionada colocadas em prática nos últimos 25 anos. Para traçar o panorama geral destes programas, a análise centra-se nas seguintes perguntas: que tipo de ideias e objetivos estão na base do desenho destes programas? Que formatos estes têm vindo a assumir nos seus diferentes contextos? Quais as estratégias de implementação? Quais os atores envolvidos no desenho, financiamento e implementação dos programas e quais os seus interesses e grau de participação? Quais os principais efeitos destas medidas (nos rendimentos, no acesso à educação e saúde, nas mulheres, entre outros)? E, finalmente, como se integram nos sistemas de proteção social mais alargados e de que forma se relacionam com outras políticas? Tendo em conta a situação atual, a discussão versa igualmente sobre a mais recente utilização destes programas no contexto de emergência pandémica e económica desde 2020. O artigo compara dados provenientes de múltiplos contextos e contribui para o debate sobre políticas sociais no Sul Global, retirando lições dos 25 anos de consenso crescente e de implementação destes programas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DESIGUALDADES E NEOLIBERALISMO

João Pedro Reis Serra Garra (aluno de Doutoramento Interdisciplinar de Economia Política)

As alterações climáticas são uns dos maiores desafios do século XXI para todas as sociedades do globo. É aceite por toda a comunidade científica que afetará todos os países: pobres e ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Contudo, será um veículo de potencial aumento das desigualdades entre regiões e dentro delas. Quem sofrerá mais serão os mais pobres e os mais vulneráveis: crianças, idosos, mulheres, comunidades minoritárias e povos indígenas. Muitos autores, bem como o próprio Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) defendem que para travar as alterações climáticas, terá de se reduzir drasticamente as emissões de carbono. Anderson e Bows, (2011) consideram que os países desenvolvidos para alcançarem a meta internacional do aumento da temperatura global não ultrapassar os 2°C, com uma hipótese de 50%, conseguindo o respeito pela equidade entre países pobres e países ricos, terão de reduzir as emissões de carbono 8% a 10% ao ano. Historicamente, segundo o Stern Review (Stern, 2006), estes valores nunca foram alcançados. Reduções das emissões a 1%/ano estão associadas a recessões ou crises económicas. No Grande Crash de 1929 observaram-se reduções de 10%/ano. No colapso da União Soviética atingiram-se reduções localizadas de 5%/ano. De facto, podemos colocar a questão de que forma o processo climático se pode conjugar com as premissas do desenvolvimento económico. No sentido em que as alterações climáticas afetam regiões de forma diferente, também os standards de vida, tecnologia e as instituições nessas regiões são diferentes e variam ao longo das várias dimensões sociais e políticas do desenvolvimento económico. As regiões mais pobres podem ser mais afetadas pelas alterações climáticas do que as regiões mais ricas e, por isso, as alterações climáticas poderão introduzir um cenário de divergência das economias. O objetivo será identificar e responder às seguintes questões: qual o impacto das alterações climáticas na Economia e nas Desigualdades? Quais as regiões que serão mais afetadas? Quais serão os mecanismos de transmissão das Desigualdades? Neste ponto, importa estudar a liberalização do Comércio Internacional, numa era em que se enfrentam as alterações climáticas. Medidas como a redução da produção baseada em baixas emissões de carbono e incentivo ao consumo local (forma de protecionismo) podem entrar em conflito com a lógica de mercado, nomeadamente, sobre as regras da OMC. Aqui coloca-se a questão: será que as regras de Comércio Livre são compatíveis com as medidas de combate às Alterações Climáticas?

O CONTRIBUTO DA HISTÓRIA MONETÁRIA PARA A COMPREENSÃO DAS CONTROVÉRSIAS MONETÁRIAS ATUAIS

Tiago Pereira Santos (Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Nas críticas atuais à macroeconomia ortodoxa, decorrentes da Grande Recessão ou da crise provocada pela pandemia da COVID-19, vieram a acentuar-se as discussões em torno da importância de dar à moeda e ao sistema financeiro. Esta tendência é acentuada pela proliferação de obras dedicadas à questão da origem, natureza e valor da moeda ou a recente emergência da chamada Modern Money Theory centrada na teoria chartalista da moeda. A análise da história monetária e da história do pensamento económico permite identificar duas perspetivas alternativas sobre a moeda que, secularmente, concorrem entre si. A primeira, usualmente ligada ao poder dos credores, pretende uma moeda forte cuja manipulação é restrita, garantindo o valor real da sua riqueza e dos seus rendimentos. A segunda, conveniente ao interesse dos devedores, surge, em especial, sempre que as restrições monetárias se tornam desadequadas, por exemplo, em situações de crise ou em particular, situações onde a intervenção massiva do Estado se torna imprescindível, como guerras ou na atual situação pandémica e procura a expansão monetária, beneficiando com a descida do valor da moeda. Tal como hoje, estas duas visões recrutaram, ao longo da história, argumentos teóricos que as justificavam, levando a inúmeras controvérsias. Do lado da primeira tende-se a tratar a moeda como um objeto, uma mercadoria cujo valor advém do valor intrínseco do metal em que é cunhada, garantindo a sua naturalização e despolitização, ou seja, retirando a moeda da esfera da ação do Estado. Esta visão é conhecida por metalismo. Do lado da segunda, a moeda é vista como um instrumento intrinsecamente ligado ao poder do soberano ou do Estado, que tem o poder de decidir sobre a sua criação e o seu valor de acordo com as necessidades por si identificadas. Esta comunicação pretende, assim, mostrar como as modernas discussões em torno da macroeconomia são, no fundo, subsidiárias das controvérsias monetárias presentes, pelo menos, desde a Idade Média. Conclui-se que perante a história

das ideias monetárias, é possível resgatar a ideia de que a moeda é uma instituição de coordenação coletiva da sociedade, nascida do poder público, do Estado, e que, como tal, pode ser manipulada e gerida de acordo com as necessidades coletivas. Esta visão mostra-se como mais consentânea com a verdadeira natureza da moeda, bem como necessária perante os desafios económicos de hoje, sejam eles o desemprego, a pandemia ou as alterações climáticas.

HOUSEHOLD INDEBTEDNESS IN THE EUROPEAN UNION COUNTRIES: GOING BEYOND THE MAINSTREAM INTERPRETATION

Inês Tomás (Solvay Business Services Portugal; Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'CET – Iscte)

Ricardo Barradas (ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa)

This paper develops a panel data econometric analysis in order to determine the main macroeconomic causes of household indebtedness in the European Union countries from 1995 to 2019. During that time, household indebtedness reached unprecedented and unsustainable levels, which played a crucial role in the emergence of the last financial and economic crisis. This is not clearly well interpreted by the mainstream economics, which advocates that household indebtedness is just an instrument to smooth consumption in a continuous process of utility maximization over life. This paper estimates a model according to which the household indebtedness depends on seven mainstream and non-mainstream macroeconomic causes, namely housing prices, financial asset prices, personal income inequality, the households' labour income, welfare state expenditures, the working-age population and interest rates. This paper finds that housing prices, welfare state expenditures and interest rates impact positively on household indebtedness in the European Union countries, whilst the financial asset prices, personal income inequality and households' labour income impact negatively on household indebtedness in the European Union countries. This paper also finds that the fall of household labour income and the rise of the housing prices have been the main triggers of household indebtedness in the European Union countries since 1995.

SESSÃO PARALELA ONLINE 7

TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE

“DIZ-ME ONDE MORAS E DIR-TE-EI EM QUEM CONFIAS”: EXPLORAÇÃO DOS DETERMINANTES HABITACIONAIS DA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES EM PORTUGAL

Raquel Ribeiro e Ana Cordeiro Santos (Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais)

O direito à habitação é inseparável do direito à vida e constitui a base de outros direitos fundamentais como a educação ou a saúde. Com mais da metade da população mundial a viver em áreas urbanas, as desigualdades na habitação estão no centro dos atuais desafios enfrentados nas cidades para alcançar maior igualdade social, inclusão, justiça e cidadania plena. A provisão da habitação em Portugal tem estado historicamente associada à produção e reprodução de desigualdades sociais, económicas e territoriais. No final do século XX as políticas públicas de habitação promoveram a provisão financeirizada da habitação através da subsídioção e dos benefícios fiscais associados aos empréstimos para compra de casa própria. Se estas políticas conduziram a uma melhoria das condições habitacionais de quem adquiriu casa por esta via, conduziram também a um aumento exponencial do endividamento das famílias. Após a crise financeira de 2008, uma segunda fase da financeirização da habitação estimulada pelas políticas públicas destinadas a atrair o investimento estrangeiro conduziu a um acentuar da sua mercadorização e utilização enquanto ativo financeiro para investimento. A preponderância deste uso teve um impacto muito negativo no acesso

à habitação e na segurança habitacional com as motivações financeiras a produzirem importantes impactos psicossociais negativos associados a práticas habitacionais discriminatórias, antiéticas e agressivas. A forma como a finança, sobretudo através da habitação, se tornou gradualmente fundamental na economia nacional está bem estudada. No entanto, pouco se sabe sobre o modo como a financeirização está relacionada com atitudes e comportamentos políticos. A presente comunicação tem por objetivo analisar a possível relação entre formas de provisão da habitação, condições habitacionais e confiança nas instituições públicas e privadas. Fá-lo através de uma análise exploratória aos dados de dois inquéritos nacionais sobre habitação realizados em 2018 e 2021. Os resultados sugerem a importância das condições de habitabilidade, dos custos com a habitação e da insegurança habitacional, mas também das condições do território, na determinação da confiança das pessoas nas instituições públicas e privadas. Discute-se o papel da financeirização da habitação e das instituições no enfrentamento dos desafios urbanos para alcançar maior igualdade social, inclusão, justiça e cidadania plena.

CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Dominique Cortês de Lima (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

O objeto metropolitano e contexto geográfico da pesquisa é a Área Metropolitana de Brasília (AMB) que apresenta uma área de 31.814km² dos quais o Distrito Federal (DF) ocupa 5.780km², o que representa 18% do território total da metrópole. Somado ao DF, contam-se doze municípios limítrofes do estado de Goiás (Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás), conhecidos como sua periferia metropolitana, com características de um entorno pobre, dependente e desigual, em relação ao DF, com grandes problemas de segurança e mobilidade e falta de serviços públicos essenciais. Com o objetivo de caracterizar os núcleos urbanos informais a partir do processo de expansão urbana da Capital Brasília e compreender os municípios com maior vulnerabilidade social, a pesquisa teve como principal método a coleta de informações oficiais dos órgãos públicos do Governo do Distrito Federal e de Goiás, somada às informações complementares coletadas através de entrevistas e questionários, realizadas com servidores públicos federais, distritais e municipais, cujo principal trabalho público está relacionado ao processo de planejamento urbano da região, às questões de mobilidade, habitação, saúde, educação e segurança pública, enfim, serviços essenciais provenientes do estado, aqui tratados como bens comuns. Como resultados preliminares, confirmaram os três vetores principais de expansão urbana da Metrópole Brasília – norte, oeste e sul, e suas localidades periféricas com características de extrema pobreza e ausência de políticas e serviços públicos essenciais, rotinas históricas verificadas ao longo do crescimento urbano da Capital Federal do Brasil. Conclui-se, portanto, que a periferização da Metrópole Brasília é construída e causada pelo processo de planejamento urbano e governança pública desde seus primórdios, intensificada nas regiões de grande conurbação urbana que, com a pandemia em curso desde 2019, agravou intensamente a realidade dos núcleos urbanos informais de maior vulnerabilidade social, econômica e territorial.

UM PANORAMA SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO E A SEGMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL NO PORTO

Laís França Silva (Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Teresa Sá Marques (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Os investimentos financeirizados produzem efeitos sobre o contexto habitacional das famílias (Aalbers, 2008; Lapavitsas, 2013; Mendes, 2017; entre outros), assim como modificam estratégias de desenvolvimento urbano quando os agentes privados se tornam os principais atores deste processo (August, 2020; Robin, 2018). A noção de direito de propriedade concedido através do crédito à classe média é empreendida de tal forma que reforça as hierarquias espaciais excludentes em uma lógica neoliberal hegemônica (Harvey, 2014). Hoje, a crise pandêmica da Covid-19 expôs estas desigualdades econômicas e contradições urbanas provenientes do capitalismo contemporâneo (Mendes, 2021). Desta forma,

apresenta-se um panorama da produção habitacional no município do Porto, a partir de uma análise da oferta de empreendimentos vendidos entre 2020 e 2021, sob um processo de financeirização dos promotores imobiliários e de segmentação dos interesses e objetivos de acordo com determinadas especificidades do espaço urbano. A metodologia baseia-se na análise exploratória de dados públicos sobre os licenciamentos de empreendimentos habitacionais realizados nos últimos cinco anos, e a observação extensiva dos empreendimentos publicados nas duas maiores plataformas imobiliárias de Portugal. Estes dados são tratados a partir de uma análise quantitativa e qualitativa sobre as características dos promotores privados e dos empreendimentos no Porto. Os resultados demonstram a crescente penetração de investidores estrangeiros na produção habitacional, cujos interesses podem ser organizados através de uma segmentação espacial, cuja cartografia reafirma o caráter desigual da produção habitacional, baseada no poder de compra de famílias e/ou o potencial de investimentos para turismo ou arrendamento.

GEOGRAFIAS DA COVID-19: PERCEÇÕES EM TORNO DA HABITAÇÃO NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO

Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Catarina Maia e Diogo Ribeiro (FLUP/CEGOT)

O início de 2020 ficou marcado pelo aparecimento de um novo coronavírus (SARS-CoV-2). O aumento do número de casos e a falta de conhecimento e preparação para lidar com este novo vírus, levou a Organização Mundial de Saúde a declarar uma situação de pandemia a 11 de março de 2020. O confinamento obrigatório foi uma das medidas implementadas pelos diversos governos, obrigando a população a permanecer na sua habitação. Assim, a pandemia mudou o quotidiano das populações e a casa passou a ser o centro das suas vidas, local de residência, estudo, trabalho, lazer, desporto ou cultura. Os espaços urbanos metropolitanos foram muito afetados pela pandemia COVID-19, quer nos números diários de casos de infeção e mortes, quer pela própria situação de confinamento geral porque concentram grandes volumes de população residente e polarizam funções, atividades económicas e fluxos populacionais. No entanto, nestes contextos as desigualdades urbanas vão condicionar a suscetibilidade à infeção dos residentes e a qualidade de vida durante o confinamento. A pandemia evidenciou a importância da habitação no bem-estar social e a necessidade de uma maior intervenção das políticas urbanas nesta matéria. Esta comunicação pretende refletir territorialmente, alguns dos constrangimentos inerentes à situação de confinamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A análise incide na habitação e no seu espaço envolvente, enquanto contextos centrais de vivência durante a pandemia. O objetivo é identificar os principais constrangimentos durante o confinamento, nos espaços habitacionais (com dimensões, condições e tipologias diferentes) e nos contextos espaciais de proximidade habitacional (com morfologias e características variadas). Em termos metodológicos, a análise cruza métodos quantitativos com qualitativos. Primeiro, a partir de um conjunto de informação disponível identificaram-se, por um lado, perfis territoriais relativos às condições habitacionais e, por outro lado, perfis territoriais para os contextos espaciais de proximidade habitacional. Em seguida, a partir de um inquérito por questionário, realizado nas duas áreas metropolitanas (correspondendo a 1700 respostas), com o objetivo de: por um lado, saber de que forma as populações residentes avaliam os próprios espaços habitacionais numa situação de confinamento; por outro lado, verificar como as populações percebem os seus diferentes contextos urbanos residenciais (mais compactos ou dispersos ou mais centrais ou periféricos). Por fim, cruzam-se as duas análises, tendo em vista dar contributos para a discussão das condições habitacionais e dos contextos urbanos residenciais e para a necessidade das políticas urbanas se focarem nestas problemáticas.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 5

GOVERNAÇÃO

CRISES DO CAPITALISMO GLOBAL NO SÉCULO XXI: TÓPICOS PARA UMA ABORDAGEM ESTRUTURAL E HOLÍSTICA

João Jerónimo Machadinha Maia (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Esta comunicação tem como objetivo fazer uma identificação multidimensional dos elementos presentes nas origens das crises do capitalismo global desde o início do atual século. Em particular, serão não só abordados tópicos de dimensão económico-financeira, mas também de dimensão social, cultural, geopolítica e ecológica que poderão facultar contributos importantes para o desenvolvimento de uma abordagem estrutural e holística à evolução do capitalismo global nas últimas décadas. O crescimento da economia mundial deu sinais de abrandamento significativo na passagem do século XX para o século XXI. Chegava ao fim a primeira década da globalização neoliberal, marcada por uma prosperidade que ainda assim se fez sentir em vários países europeus e da América do Norte e que coincidiu nos Estados Unidos da América com a presidência de Bill Clinton. No entanto, como se verificou, nas economias periféricas da zona euro, tratava-se de um crescimento económico muito induzido pelo consumo, baixas taxas de juro, baixos preços dos combustíveis e baixos salários. Nestes países, em particular, foi notório o abalo económico-social com a alteração de alguns dos referidos indicadores por esta altura. A entrada em funções da administração norte-americana de G.W. Bush, para além de acentuar a liberalização financeira, trouxe uma retórica mais crispada e agressiva no plano das relações internacionais que se materializou no plano militar no pós-11 de setembro de 2001, confirmando para muitos o “choque de civilizações” vaticinado por Samuel Huntington alguns anos antes. A instabilidade revelada pelos mercados com estes acontecimentos insere-se num contexto de um modelo de desenvolvimento que já revelava fragilidades a vários níveis. Na mesma lógica podemos analisar a crise de 2008 da Lehman Brothers, antecedida desde o ano anterior por crises múltiplas como a crise dos preços dos bens alimentares. A crise da zona euro que se seguiu voltou a revelar os problemas estruturais da sua periferia que continuariam por resolver. Em paralelo, ao longo de todo este período, tendo por base a época do Antropoceno, as alterações climáticas foram subindo a magnitude dos seus efeitos sendo cada vez mais difícil demarcá-los da sociedade e da economia. Neste contexto, a atual crise pandémica é apontada por alguns investigadores como um efeito da pressão humana sobre os ecossistemas. Em conclusão, o reconhecimento destas problemáticas e a estruturação dos referidos tópicos numa perspetiva holística poderão ser úteis para o estudo da evolução do capitalismo global e para o desenho de novas soluções de desenvolvimento social sustentável.

GOVERNAÇÃO ECONÓMICA DA UE, CRISES E EVOLUÇÃO DO ESTADO SOCIAL: O CASO PORTUGUÊS

Andreia Nunes (ISEG – Universidade de Lisboa)

João Carlos Lopes (UECE, ISEG – Universidade de Lisboa)

O principal objetivo desta comunicação é analisar o impacto da governação económica e das regras de política orçamental da União Europeia na evolução do Estado Social em Portugal, no contexto das duas grandes crises da última década (crise das dívidas soberanas e crise pandémica). A resposta macroeconómica (orçamental e monetária) da UE a estas crises foi, e continua a ser, determinante para a capacidade de assegurar (ou não) uma resposta robusta às suas graves consequências sociais, por parte dos governos nacionais. Neste contexto, faz-se um exercício de contraponto entre os princípios do quadro normativo comunitário e das recomendações do Semestre Europeu e as tendências verificadas na evolução da despesa pública de natureza social e das variáveis ligadas ao mercado de trabalho, antes e depois da crise pandémica. Faz-se ainda uma reflexão prospetiva sobre a importância decisiva da revisão em curso (mais uma!) da governação económica da zona euro para a evolução futura do Estado social em Portugal.

UTILITARISMO E DIREITOS HUMANOS

Manuel Couret Branco (Universidade de Évora)

Esta comunicação argumenta que a corrente principal da economia é uma das razões que explicam a dificuldade em realizar plenamente os direitos humanos em geral, porque a sua lógica é intrinsecamente contraditória com os direitos humanos, mais particularmente os direitos económicos, sociais e culturais. O seu utilitarismo, tanto no seu entendimento cardinal quanto ordinal, é uma das características mais importantes que contradizem os princípios dos direitos humanos. Maximizar a utilidade agregada do ponto de vista da utilidade cardinal é um exercício teórico que consiste em garantir, tanto quanto possível, que os ganhos superem as perdas na sociedade. Nesse processo, um indivíduo pode ver a sua situação piorar, no entanto. Se a lógica dominante não se incomoda com isso, a lógica dos direitos humanos sim. Na verdade, a universalidade é um princípio fundamental dos direitos humanos e, por esta razão, o exercício de maximização deve ter como objetivo satisfazer todas as solicitações dos cidadãos quando bens e serviços necessários para garantir os direitos humanos estão em jogo. A versão ordinal do utilitarismo, por sua vez, contradiz o princípio dos direitos humanos da indivisibilidade. Ao contrário da teoria da utilidade ordinal que hierarquiza cabazes de bens, os direitos humanos não aceitam este tipo de classificação quando esses bens e serviços são necessários para garantir os direitos humanos. A plena realização dos direitos humanos precisa, portanto, de uma abordagem diferente, de Economia Política. Esta abordagem, entre outras características, deve desistir da abordagem utilitarista estreita da economia dominante. Desistir da abordagem utilitária restrita da economia dominante significa, primeiro, abraçar a utilidade processual e um consequencialismo voltado para os direitos humanos. Em segundo lugar, uma ruptura mais radical pode ser imaginada; abordagens não utilitárias, ou mesmo anti-utilitaristas, podem surgir, então, como alternativas, embora esses dois pontos de vista não sejam necessariamente mutuamente exclusivos.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 6

TRABALHO II

RE-REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Cláudia Vajão da Cruz Dias (DINÂMIA'CET)

A regulação do mercado de trabalho em Portugal foi repetidamente identificada por diversos atores económicos e políticos como demasiado rígida, não permitindo uma adaptação rápida e ágil por parte das empresas, aos ciclos económicos e às mudanças tecnológicas necessárias ao ambiente de competição a nível global. A intervenção de emergência por parte do FMI em Portugal em 2011, na sequência da crise económica mundial de 2008, obrigou o Estado a diversas reformas estruturais em diversos setores incluindo o mercado de trabalho. Neste âmbito, foram impostas reformas estruturais no sentido de combater o nível elevado de proteção laboral e a negociação coletiva, através da sua liberalização e descentralização, bem como, o combate à segmentação do mercado de trabalho. Apesar das medidas legislativas implementadas o objetivo de redução da segmentação do mercado de trabalho não foi alcançado. Em vez de proteger os grupos mais vulneráveis, a desregulamentação do trabalho parece ter causado a redução do emprego disponível, relegando os mais vulneráveis e socialmente desprotegidos para formas de contratação não tradicionais, contratos a termo e contratos de trabalho informais, originando insegurança e volatilidade adicional, tendo como resultado, a maior exclusão de trabalhadores em vez da sua integração em sistemas com algum nível de proteção individual. Muito embora estas divisões possam ser geradas pelos diferentes perfis socioeconómicos dos trabalhadores, a estratégia do empregador irá reforçar e reproduzir essa divisão. A presente pesquisa centra-se assim nas empresas e sugere que estas são geradores de desigualdade no mercado de trabalho. A análise empírica recorre à base de dados dos “Quadros de Pessoal” que permite ligar empresas e trabalhadores do setor privado em Portugal referentes ao período de anos 2010 a 2018. A análise de indicadores de incidência dos vínculos contratuais, bem como, o crescente recurso ao trabalho a tempo parcial, permitiu-nos verificar de que modo as empresas utilizaram a desregulamentação como estratégia de flexibilização do emprego.

Verificam-se ainda consideráveis variações na incidência de contratos não-tradicionais entre empresas, setores de atividade, ocupações profissionais e grupos demográficos. Desta forma, ao invés de desregular o mercado de trabalho, as políticas públicas deverão focar-se na promoção de um mercado de trabalho mais inclusivo, protegendo os trabalhadores e promovendo uma sociedade que incentive a produtividade e a confiança mútuas.

AS CONFEDERAÇÕES PATRONAIS PORTUGUESAS: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DAS SUAS CONFIGURAÇÕES

João Loureiro e Luísa Veloso (CIES-Iscte)

Ainda que se constituam como cúpulas representativas da acção colectiva do patronato português, as confederações patronais nacionais continuam a receber escassa atenção académica. O preenchimento desta lacuna depende, num primeiro plano, de um levantamento empírico que permita sistematizar uma historiografia da organização e acção destes actores. Mas uma análise mais consequente, que tenha um valor explicativo e não se limite ao descritivo, requer, a montante, uma problematização, cujo enquadramento se propõe sujeitar à discussão com esta comunicação. Propõe-se um quadro analítico que interrelaciona três dimensões tidas como constitutivas de um estudo sobre as práticas e discursos das confederações patronais, o qual será aplicado à realidade portuguesa. A primeira dimensão considera as confederações enquanto organizações, privilegiando, entre outros elementos, a forma como estas funcionam, atendendo às suas regras internas, às relações de dependência e de poder entre organização e associados, às lideranças associativas e à origem e destino dos recursos disponíveis. A segunda dimensão olha para estas confederações enquanto ‘parceiros sociais’, em particular no quadro das instituições de concertação social, dimensão que é tributária de estudos de referência sobre o corporatismo e, no passado mais recente, de estudos (sobretudo europeus) sobre pactos sociais e formas de governação tripartida; já na literatura sobre a realidade nacional identifica-se uma ênfase nas opções governativas e sindicais em detrimento das patronais. A terceira dimensão considera as confederações enquanto actores políticos, atendendo às preferências políticas que veiculam no espaço público, aos posicionamentos que estabelecem face a governos e partidos e à relação que terão (ou não) com formas mais inorgânicas de participação política no espaço público de representantes do capital (tais como os “think tanks”). Em cada uma destas dimensões, o caso português apresenta singularidades face a outras experiências europeias. É o nosso argumento de que as razões para tais singularidades poderão ser encontradas no cruzamento destes três eixos de análise.

AS VULNERABILIDADES E O POTENCIAL TRANSFORMADOR DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS: ALGUNS CONTRIBUTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

Joana Marques (A3S e Cies-IUL)

Luísa Veloso (ISCTE-IUL)

Historicamente, os antagonismos inerentes às sociedades capitalistas têm gerado diferentes respostas coletivas das classes populares e trabalhadoras na tentativa de resolver as suas necessidades numa perspetiva de transformação social. Diferentes teorias e experiências de trabalho associado e cooperativo têm alimentado um debate sobre o seu potencial transformador nas economias e sobre os seus dilemas enquanto alternativa ao trabalho assalariado. Nesta comunicação, pretende-se retomar esse debate a partir do confronto de diferentes referenciais teóricos (Marx 1894, Polanyi 1944, Fraser 2011, entre outros) e das experiências recentes de resposta à precarização do trabalho e a contextos de crise, como o de 2008 e o da atual pandemia. A comunicação enquadra-se no âmbito do projeto de investigação COLLECTITUDE – “Building the collective at times of precarity: precarious labour and its countermovements”. Do ponto de vista empírico, a análise tem por base dois setores de atividade económica que, no contexto português, são paradigmáticos dos atuais processos de precariedade laboral: o setor da construção civil, caracterizado por se basear em trabalho intensivo e por complexas redes de subcontratação; e o setor artístico, marcado pela preponderância do trabalho do projeto, intermitência e pelo (falso) trabalho independente e

decorrente falta de proteção no emprego. Tendo por base entrevistas com diferentes coletivos de trabalhadores e trabalhadoras e com movimentos laborais e sindicais dos dois setores, pretende-se discutir como as formas de organização coletiva emergentes integram (ou não) aquilo que Polanyi conceptualizou como um contra-movimento. Se por um lado o trabalho associado apresenta uma proposta de reconstrução de um projeto coletivo e surge como uma alternativa de inserção social e laboral para trabalhadores excluídos de um contrato formal de trabalho, por outro lado, ao estar ele próprio sujeito aos mecanismos de mercado, não está isento de processos de precarização e autoexploração, reproduzindo também os defeitos do sistema no qual se insere.

SESSÃO PARALELA PRESENCIAL 7

DESIGUALDADES III

A ECONOMIA POLÍTICA E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Gustavo Sugahara (Postdoc researcher at AgeSUD SSHF – ARA | SERAF-UIO; PhD Researcher at DINAMIA’CET-IUL; Lecturer at SAM – OsloMet)

A possibilidade de viver mais é uma conquista recente para a maior parte da humanidade. Este evento sem precedentes, continua a ser negligenciado quanto a sua importância e complexidade. O alinhamento da perspetiva neoclássica da economia, com a perspetiva biomédica da velhice, domina a orientação das políticas públicas e, em larga medida, a própria conceção individual do que é a velhice. Toda a gente quer viver mais, ninguém quer ser velho. Há velhice para além dos problemas? O envelhecimento populacional pode ser concebido como indutor de desenvolvimento económico? Quais as respostas oferecidas pela economia política para o envelhecimento populacional? São algumas das perguntas que tentarei abordar nesta comunicação.

EMPREENDEDORISMO ACADÉMICO E INOVAÇÃO SOCIAL: RESPOSTAS TRANSFORMADORAS AOS DESAFIOS E NECESSIDADES SOCIETAIS QUE INFLUENCIAM A GERAÇÃO E DIFUSÃO DE PRÁTICAS DE INOVAÇÕES SOCIAIS – UMA REVISÃO DA LITERATURA

Fábio Sampaio (CES, Universidade de Coimbra)

Nos últimos anos generalizaram-se várias formas de articulação ciência-sociedade. O empreendedorismo académico é um desses mecanismos. Remete para a criação de empreendimentos a partir de conhecimento gerado na universidade. O papel da Universidade e de outras entidades de investigação científica foi então reequacionado na sociedade do conhecimento, como centros produtores de conhecimento e de inovação. Muitas iniciativas empreendedoras pretendem gerar respostas a necessidades sociais, estando, diretamente ligadas à geração de inovações sociais. No que se refere a este valor social produzido pelo empreendedorismo académico, este está associado à resolução de desafios sociais. A partir de uma perspetiva Schumpeteriana, o empreendedorismo académico pode ser analisado como a geração de valor através de inovação social. A inovação social refere-se ao desenvolvimento e/ou implementação de novas ideias para atender a desafios e necessidades sociais explícitas ou latentes usando para tal conhecimento compartilhado e coproduzido que seja inovador tanto nos seus fins como nos seus meios. Portugal não ficou afastado desta tendência, mas o tema ainda carece de investigação. Partindo de contribuições dos Estudos Sociais de C&T e da Sociologia Económica, sobre empreendedorismo e inovação, a presente comunicação pretende analisar a ligação entre o empreendedorismo académico e inovação social. Essa ligação será analisada a partir do enquadramento do conceito de empreendedorismo académico como uma “prática realizada com a intenção de transferir conhecimento entre as universidades (...) e o ambiente externo, de modo a de produzir valor económico e social” (Cantaragiu, 2012, p. 687) e, por outro lado, a inovação social como o desenvolvimento e/ou implementação de novas ideias para

atender a desafios e necessidades sociais explícitas ou latentes, sendo que, essa inovação pode favorecer o bem-estar social, o crescimento e desempenho económico. Dito isto, a atividade empreendedora é examinada como um elemento vital para as sociedades, isto porque, os empreendedores (no presente caso empreendedores académicos), introduzem inovações no sistema que muito provavelmente irão contribuir para o desenvolvimento social, económico e financeiro, desenvolvendo em simultâneo, uma relação tripla entre universidade, indústria e governança, promovendo desta forma a disseminação de inovações sociais que irão culminar em benefícios para a sociedade. A presente comunicação surge a partir dos resultados preliminares do estado da arte da tese de doutoramento: Empreendedorismo Académico e Inovação Social: Uma Abordagem da Sociologia Económica aos Contextos, Ecosistemas e Dinâmicas Empreendedoras em Portugal. A comunicação procura contribuir para o debate sobre a existência de diferentes respostas aos desafios e necessidades (empreendedorismo académico) que influenciam a geração e difusão de inovações sociais. Em suma, o estudo pretende sublinhar o empreendedorismo académico como uma força motriz da inovação social.

SESSÃO PARALELA ONLINE 8

VULNERABILIDADES

HAPPINESS AS A TRANSFORMATIVE FORCE IN THE SOCIAL ECONOMY: COMBATING VULNERABILITIES THROUGH HAPPINESS POLICIES

Gabriel Leite Mota (Instituto Superior de Serviço Social do Porto)

The social economy tends to be organized towards the alleviation of suffering and the help of those in need. Particular attention is devoted to the vulnerable: the poor, the elderly, the handicapped, the infant at risk, the addicted or those incarcerated. Many times, the organizations of the social economy belong to the third sector and operate with strong financial constraints and lack high quality management, managing only to remedy, not to overcome, the problematic situations of the disadvantaged. In this paper we claim that the incorporation of happiness metrics and happiness policies in the social economy can be a strong transformative force in this economic sector, promoting a refocus of the interventions towards a holistic approach to the social issues. In particular, we claim that once the happiness of these populations (and not only their suffering alleviation) becomes the goal, actual actions will change as well as the evaluation of the success of the operations. Furthermore, promoting happiness in these populations is of major impact for society, both directly (the most unhappy are those who can experience more gains in happiness) and indirectly (augmenting the happiness of the needed impacts on their behavior, promoting social capital, diminishing crime and increasing productivity). We rely on recent results from the happiness literature (as in Alessandrini and Jivraj (2017), Bartolini (2014), Boffo et al. (2017), Guler and Gul (2021), Jang et al. (2018), Vazquez (2018) and Chia, et al. (2020)) to support our conclusions.

VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS E PANDEMIA: OS EFEITOS DA COVID-19 SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Maria Galeno de S. Oliveira (Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Araraquara/SP)

Trata-se de pesquisa sobre os efeitos socioambientais da covid-19 sobre os povos indígenas do Brasil diante da não adoção de políticas públicas pelo governo federal brasileiro para controlar a disseminação e os efeitos socioeconômicos da pandemia nas populações vulneráveis do país. Após a OMS declarar o estado de pandemia e os primeiros casos do Sars-Cov-2 confirmados da disseminação da covid-19 pelo território nacional, o governo federal do Brasil não atuou de forma eficiente para adotar as políticas públicas necessárias para o fortalecimento do Subsistema de Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (Sasi-SUS) visando controlar e minimizar os seus impactos nas populações indígenas. Apesar do Ministério da Saúde,

órgão do Poder Executivo Federal, ter proposto em meados de maio de 2020 o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19) em Povos Indígenas, o mesmo não foi devidamente implementado e nem atualizado, pois além de não apresentar clareza normativa e não ser adequado à realidade dos povos indígenas, também não contem indicadores para implementar as ações. A pesquisa é do tipo qualitativa e exploratória, utilizando a metodologia bibliográfica e documental, por meio do levantamento e da revisão de artigos, livros e dados de órgãos governamentais.

VULNERABILIDADES GLOBAIS NO SÉCULO XXI E, PROVÁVEIS TRANSFORMAÇÕES NO PÓS PANDEMIA A CURTO E MÉDIO PRAZO

Marcos Olímpio dos Santos e Maria da Saudade Baltazar (CICS.NOVA.Uévorá)

Por todo o mundo há várias transformações, assinaladas na informação disponível, decorrentes de vulnerabilidades humanas e sociais, turbinadas por um fenómeno complexo e sistémico denominado pandemia Covid-19, o qual de acordo com a OMS originou até 16/09/2021 um total de 226.966.164 infeções, um total de 4.668.758 falecimentos, e de acordo o Fundo Monetário Internacional uma redução do rendimento per capita das economias avançadas em 2,8% ao ano, relativamente às tendências anteriores à pandemia para 2020-2022, em comparação com uma perda anual de renda per capita de 6,3% nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (excluindo a China), para além de ter tido consequências graves sobre outras doenças, bem como uma mudança de rotinas e práticas de biliões de seres humanos. Algumas das transformações que têm vindo a ser identificadas, ocorrem nomeadamente numa ou em várias das instituições maiores (política, económica, familiar, educativa, recreativa, religiosa) e respeitam, portanto, a tópicos tais como: vida familiar e social, trabalho e emprego, ensino-aprendizagem, práticas cotidianas de consumidores, estratégias e táticas empresariais, destinos turísticos e viagens, inovações tecnológicas, formas de entretenimento, investimento e consumo privado. Várias organizações (empresas de consultoria, think tanks e outras), têm abordado esta questão pelo que, existe um vasto acervo de informação disponível, o que permite a elaboração de recortes consistentes no âmbito da temática em causa. A comunicação tem assim como primeiro objetivo destacar as transformações que são apontadas por diversas fontes como as mais prováveis de se consolidar no curto e médio prazo em diversos setores domínios da vida da humanidade, enquadrando essas transformações no conjunto das vulnerabilidades que ameaçam seres humanos em diversos pontos do globo. Como segundo objetivo, pretende evidenciar a pertinência dos estudos sobre o futuro, em especial através da composição de cenários, e neste domínio do saber, relevar a importância que se deve conceder aos eventos pouco prováveis ou inesperados e de elevado impacto (wild cards). Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em identificar e delimitar o tema da pesquisa, elencar as palavras-chave, traçar os objetivos e de acordo com este enquadramento proceder à pesquisa de informação disponível, submetida a uma análise de conteúdo categorial. As reflexões sobre os resultados da pesquisa apontam para a importância, um tanto ainda negligenciada, dos estudos sobre o futuro e do planeamento por cenários, reforçando a importância da adoção de uma atitude proactiva para fazer face atempadamente às consequências das vulnerabilidades de que enferma o mundo atual.

THE IMPACT OF SOCIO-ECONOMIC RESPONSES TO THE COVID-RELATED CRISIS TO THE EUROPEAN NATIONAL IDENTITIES AND THE EUROPEAN INTEGRATION PROCESS

Joana Ricarte (Universidade de Coimbra, Center for 20th Century Interdisciplinary Studies - CEIS20)

This paper aims to analyze the impact of the European Union (EU) responses to the recent crises on the national identities and in the European (dis)integration process. It deals with the relationship between the rise of illiberal extremism and the reemergence of excluding nationalisms in the EU in face of the substitution of Keynesian to Neoliberal frameworks inside developed and intermediate European capitalist economies. Its main goal is to analyze the effects of the the economic responses given to the 2020 Covid-related crises, in order to investigate the impact of social and economic policies to the recent challenges posed to the process of constructing a European identity. The relevance of this paper is related with the recent rise of ideological and political radicalism in Europe which is accompanied by a growth in levels of

precarity and unemployment, the increase of inequalities and the lack of perspectives for more and more sectors of the population. I argue that these phenomena are a result of the hegemony of Neoliberalism expressed in neoliberal globalization and the austerity response to the 2008 crisis. On the other hand, the responses to the economic and social consequences of the Covid-19 pandemic seem to be drawn from a different, neo-Keynesian, framework, which positions this research as essential for understanding and dealing with the future of the European identity and (dis)integration processes. The contribution of this paper is twofold: it will provide a better understanding of the relationship between socioeconomic evolutions and the impacts of policies and ideologies to identities, focusing on discourses, practices and economic measures; and it will explain the rise of division and the legitimization of exclusionary politics in the EU.

SESSÃO PARALELA ONLINE 9

TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO – FUNDAMENTOS E SUBSTRATO TEÓRICO DO CAMPO CIENTÍFICO

Silvino Lopes Évora (Universidade de Cabo Verde; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho; Universidade Fernando Pessoa; Universidad Técnica de Valencia)

Com o surgimento dos grandes grupos empresariais no sector da comunicação, dos media e das tecnologias e infraestruturas mediáticas, sobretudo ao longo do século XX, acompanhando a crescente digitalização dos sinais e uma contínua mudança nas tecnologias, começou-se a perceber, de forma cada vez mais nítida, que, embora sendo importante para a estruturação do espaço democrático, o sector mediático estaria a tornar-se num amplo campo de negócios, com movimentos de concentração horizontal e integração vertical de empresas, fazendo jus ao conceito de ‘indústria cultural’, cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer no seu livro *A Dialética do Esclarecimento*. Desta feita, investigadores de vários campos de conhecimento tiveram que afinar novas ferramentas analíticas, com vista a compreenderem a situação do crescente avanço do capitalismo sobre o campo da cultura, tendo emergido, nos anos 70 do século XX, este importante sub-campo de conhecimento, de base eminentemente interdisciplinar, designado de Economia Política da Comunicação. Assim, esta proposta de artigo/comunicação pretende fazer um mapeamento dos fundamentos científicos do campo da Economia Política da Comunicação, explorando essa base interdisciplinar que sustenta o campo, considerando os contributos das Relações Internacionais, da Informação Internacional, da Economia, da Sociologia e do Direito (questões da regulação).

A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL: OBSERVAÇÕES PARA UMA PERIODIZAÇÃO (1975-2015)

Maurício Rezende Dias (Universidade de Lisboa, Coimbra e Instituto Universitário de Lisboa)

A pandemia do novo coronavírus projetou formas de compreensão do fenómeno económico que fugiram significativamente dos padrões formais, com a abordagem institucional a ganhar proeminência e importância inegáveis. Em consonância com este movimento, a presente apresentação busca compreender um dos movimentos intelectuais da história do pensamento económico contemporâneo mais importantes em sua influência e impacto na ciência económica de fronteira: A Nova Economia Institucional. A ser um movimento que buscou fundir elementos conceituais que fugiam do escopo da economia formal na época e seus determinantes na economia, seu desenvolvimento teórico foi marcado por mudanças significativas na forma de avaliar a própria noção de instituição, tanto em seu processo metodológico quanto em sua dinâmica interdisciplinar e epistemológica. Para uma melhor compreensão

do mesmo, a proposta de comunicação busca demonstrar a existência de três períodos que podem ser identificados ao longo da história da Nova Economia Institucional, que podem ser divididos fundamentalmente pelos seus aspectos metodológicos e contextos históricos que influenciaram seu desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, a apresentação também propõe apresentar o debate com os principais autores que trabalharam a compreensão do movimento, que é muito estudado, porém pouco apreciado por autores fora das fronteiras disciplinares da economia. O objetivo é, portanto, fornecer uma maior compreensão histórica do movimento, bem como de perceber certas aproximações e distanciamentos com as demais ciências sociais que ocorreram ao longo do mesmo. A conclusão permite não apenas conhecer melhor a Nova Economia Institucional, mas também o próprio campo da ortodoxia econômica, com seus limites e pressões para uma maior abertura metodológica em suas análises.

DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Anna Maria Moraes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O estado do Rio de Janeiro é marcado por um processo de formação histórico-geográfica complexo. Desconsiderar este aspecto ao pesquisar as transformações econômicas, produtivas e espaciais do estado do Rio de Janeiro é um erro. O referido estado, que no passado fora sede do poder político-administrativo da Coroa Portuguesa, Município Corte e Capital federal do Brasil (até 1960), concentrou indústrias e investimentos. Hoje, no que concerne a indústria e o processo de industrialização, o cenário é outro. Pensar temas correlatos à reestruturação produtiva e produção social do espaço materializou-se, neste momento, como desejo de contribuir com a geografia da indústria aos debates que versam sobre desindustrialização no estado do Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva da geografia econômica. O trabalho buscou, como objetivo geral, averiguar a presença ou não de uma possível desindustrialização no estado do Rio de Janeiro. Como objetivo específico, procurou-se investigar se o quadro produtivo e econômico da região Norte fluminense se enquadra, ou não, no debate sobre a reprimarização da economia. A referida região guarda forte relação com a atividade petrolífera e haja vista os debates de desindustrialização para explicar o esvaziamento produtivo do estado, acreditou-se ser um recorte espacial importante. Desta forma, o trabalho procurou compreender como esses temas são tratados na literatura, tanto sob a perspectiva de economistas como de geógrafos, e, em dada medida, ponderar outros elementos para a análise, sobretudo da dinâmica industrial do estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, a base teórica conceitual do trabalho está fundamentada em autores como Cano (2012), Tunes (2019), Oliveira (2008), Nassif (2008). Logo, afirma-se que esta base teórica ajuda a compreender a lógica do processo e atribuir escala e espacialidade adequada. A pergunta colocada no título do trabalho orienta a reflexão aqui proposta, isto é, em que medida é possível destacar o processo de desindustrialização no estado do Rio de Janeiro? Sob esta perspectiva é necessário ponderar certa divergência teórica e assegurar bons indicadores para a análise. No que tange a metodologia, a grande preocupação é certificar-se de que os dados e indicadores refletem a realidade pesquisada. Para isso, há a necessidade de leitura bibliográfica, captação de dados sobre a dinâmica industrial e a confecção de mapas. Enfatiza-se que, do ponto de vista de processos espaciais, o estado do Rio de Janeiro merece atenção analítica, portanto, este trabalho coloca-se como possibilidade de pensá-lo geograficamente.

HUMAN CAPITAL FORMATION IN OECD COUNTRIES: THE ROLE OF WELFARE STATE COMPOSITION

Marcelo Santos (Univ. Coimbra, CeBER, Faculty of Economics)

Marta Simões (Univ. Coimbra, CeBER, Faculty of Economics)

Sílvia Sousa (Univ Minho, Escola de Economia e Gestão, NIPE)

Economic growth has been shown to depend crucially upon the process of human capital accumulation as it determines the availability of a fundamental input for production and productivity growth. Additionally, human capital is seen as relevant for distributional issues and poverty alleviation. Understanding how such process takes place can thus explain what makes countries grow and improve the standards of living of their citizens as well as promoting social inclusion. As far as determinants of human capital formation are

concerned, public spending has received some attention since human capital externalities justify the need for state interventions that promote human capital accumulation. An important model of state intervention that can promote the formation of human capital is the welfare state, through different policy interventions: directly through public spending on education and health but also indirectly through other social policy areas such as family related benefits, housing or active labour market policies. We examine the role of different types of social spending in the formation of human capital. The main research questions are: (1) What is the role of different types of social spending in the process of human capital formation? (2) Does the former role vary according to the type of human capital, educational or health human capital? To answer these questions, we focus on OECD economies for which we have comparable disaggregated data on social expenditures starting as far back as 1980 and for a reasonable number of countries. We investigate how various components of social spending affect the different measures of human capital relying on an empirical fixed effect with corrected standard errors panel model inspired by recent literature. Results point to a positive association between total public social spending and public spending on health on average years of schooling. Total public social spending presents a positive and statistically significant association with health human capital when health spending is not included as a regressor, which in turn always impacts positively life expectancy at birth. On the contrary, education spending presents a negative and statistically significant association with life expectancy at birth. Disaggregating further social expenditure, the findings suggest that, when statistically significant, the different components of social spending lead to an increase of the different measures of human capital. Spending related to old age pensions and other social policies is always statistically significant, with old age pensions producing the quantitatively most important influence.

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO EUROPEU NA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DA REGIÃO ALENTEJO

Elsa Cristina Vaz e Gertrudes Saúde Guerreiro (Universidade de Évora)

No contexto atual da União europeia as limitações à utilização das políticas macroeconómicas para promover a competitividade internacional das empresas nacionais são muito fortes. Com efeito, as autoridades nacionais não têm qualquer controlo da política monetária ou da política cambial, pelo que não será possível alterarem a procura externa dos produtos portugueses se não for por via das alterações no próprio processo produtivo ou das características dos produtos, o que revela a importância das políticas microeconómicas. Para que a competitividade assim conseguida seja duradoura importa que não se baseie apenas na diferenciação dos produtos sem a fundamental criação de valor. Utilizando o modelo de competitividade apresentado por Vinhas da Silva, R. (2018), e aplicando-o à escala regional, pretendemos avaliar como os fatores de competitividade domésticos têm sido influenciados pela aplicação na região dos dois últimos quadros financeiros plurianuais (QFP) europeus, relativos aos períodos 2007-2013 e 2014-2020, aferindo a adequabilidade das prioridades. Para complementar a análise pretende-se ainda avaliar os impactos sociais, nomeadamente em termos do salário médio por setor de atividade, definidas pelas autoridades regionais.

SESSÃO PARALELA ONLINE 10

EDUCAÇÃO E PANDEMIA

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO, EM CONTEXTO DE PANDEMIA, EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO SUL DE SANTA CATARINA/BRASIL

Max Richard Coelho Verginio e Dimas de Oliveira Estevam (Unesc)

Durante a pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2, as atividades escolares, no Brasil, foram totalmente paralisadas, depois de um período de lockdown, mas retornaram posteriormente mediadas por tecnologias

digitais, principalmente apoiadas na plataforma Google para Educação, que inclui, entre outros, os seguintes serviços: Gmail, Google Sala de Aula e Google Meet. Desse modo, professores e alunos passaram por uma adaptação forçada e acelerada em relação a essas ferramentas digitais. Na escola pesquisada, os professores passaram a preparar dois roteiros de aula, denominados Roteiros de Atividades Não Presenciais (RANP), os quais foram enviados aos alunos semanalmente – um voltado aos estudantes que possuíam acesso à internet, e o outro, aos que não possuíam esse acesso. Depois de algumas semanas, os alunos apresentaram dificuldades de adaptação a essa modalidade de estudo, por isso houve a necessidade de adaptar o roteiro para todos os alunos devido às queixas de ansiedade, dentre outros motivos. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar as relações entre professores-alunos em contexto de pandemia, em uma escola de ensino médio situada no sul do estado de Santa Catarina/Brasil. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2020 com estudantes de cinco turmas (aproximadamente 200 alunos), com idades entre 14 e 15 anos. Os dados foram obtidos em notificações enviadas pelos alunos aos e-mails dos professores. Devido à grande quantidade de notificações recebidas por esses professores, a análise das informações teve que ser realizada com a utilização de um script elaborado na linguagem R por meio da utilização da API (Interface de Programação de Aplicações) do Gmail para baixar os e-mails e quantificá-los. Conforme os resultados analisados, foram identificados os horários de maior interação na plataforma entre alunos e professores e foi percebido que o atendimento extrapola a carga horária de trabalho destes profissionais. Conclui-se que as horas dedicadas ao atendimento aos alunos têm ultrapassado os limites do horário previsto em sala de aula. Observou-se que o atendimento tem se estendido durante a noite, muitas vezes durante a madrugada, além de sábados, domingos e feriados. Ou seja, para os docentes, as atividades remotas ampliaram o horário de trabalho e tornaram mais difícil a separação entre trabalho e descanso.

EL CONCEPTO DE “DEMOCRACIA ECONÓMICA” Y LOS DEBATES SOBRE LA SALIDA DE LA CRISIS DEL CAPITALISM

Andrés Musacchio (Instituto de estudios históricos económicos sociales e internacionales; Conicet/Universidad de Buenos Aires)

El mundo contemporáneo atraviesa una profunda crisis sociocultural, disparada por la aceleración de las contradicciones del capitalismo, que se acercan dramáticamente a los límites ecológicos y sociales del planeta. Desde el punto de vista ambiental, por primera vez la humanidad se enfrenta a un desafío existencial. Desde la perspectiva social, la polarización alcanzó niveles incompatibles con la paz social. Pero tampoco el panorama macroeconómico deja lugar para esperanzas. Por eso, para muchos analistas, ha comenzado una transición hacia un modelo nuevo. En ese proceso ¿quién tiene capacidad de decisión para comandar la transformación? La pregunta es de especial relevancia para países como Argentina o Portugal, cuya capacidad de autodeterminación económica está fuertemente condicionada por la forma de inserción internacional y, especialmente, por el endeudamiento externo. En la crisis, se perciben algunas alternativas a las lógicas del sistema. Por eso, contrastan un capitalismo poderoso y decadente con innovativas pero débiles opciones, que aún no cambian la matriz de decisiones y el poder al interior de las unidades económicas y en su articulación con otros integrantes de la cadena productiva. El cambio en ciernes es, a pesar de ello, un síntoma de una perspectiva económica más democrática? Por lo pronto, resulta necesario precisar el concepto de “democracia económica” y su inserción en la matriz de la economía política. La conceptualización del concepto, si bien poco conocida, es bastante precisa. En el presente trabajo intentaremos bucear en el concepto y sus debates a partir de autores como Neftali u Ota Šik, y que enfatiza en la capacidad de los involucrados para incidir en las decisiones del proceso económico. El debate nos remite al centro de la teoría del orden (y no a la teoría de procesos). Especialmente relevante es el juego de los tres niveles económicos: el nivel micro (con los debates en torno a las decisiones dentro de la empresa y el derecho de cogestión obrera), el nivel mesoeconómico (como se reasigna el excedente entre ramas, quien lo decide y cómo se planifica) y el macroeconómico (cooptación del Estado por parte de un grupo o clase o democracia política sustentada en la democracia económica). En ese marco, la democracia económica reintroduce las discusiones sobre la propiedad del producto y de los medios de producción, por ejemplo, a través del concepto de neutralización del capital. Otro debate apunta a las formas de la circulación y el rol y las características del mercado como asignador “democrático” de los recursos, frente a la idea de planificación central del desarrollo de las fuerzas productivas? Planteados los ejes fundamentales, profundizaremos en algunos debates que contrastan una vertiente de arraigo en Alemania con autores como Demirovic o Bontrup, frente a una corriente de cuño norteamericano, representada por

Eric Wright o Schweickart. Finalmente, discutiremos algunos problemas y algunas limitaciones del enfoque, especialmente desde una perspectiva de economías periféricas.

TEACHING MACROECONOMICS – CREATIVITY, SPONTANEITY AND SYMBOLIC REASONING

Ângela Lacerda-Nobre, Pedro Madeira Ferreira, Isabel Castro Nascimento, Maria Luísa Silva (ESCE-IPS Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal; CICE Centro de Investigação em Ciências Empresariais)

Innovative pedagogics, practical based learning, and exploration and discovery are the paramount strengths of long-term political programmes. Bologna's European Union's educational mandate, which has three decades long cumulative experience, is a positive example of innovation in pedagogics. In parallel, Erasmus and Erasmus Mundus programmes have extended their benefits beyond European borders, incorporating a global scale, and have also extended beyond academic settings in order to include citizens, organizations and communities. Such powerful transformations in the academic setting occur whilst there are severe social problems of inequality across regions, countries and continents. Global south civic movements, together with eco-conscious citizenship regenerative initiatives, propose degrowth developmental models, which contrast with novel forms of colonialism and of imperialism. International trade, ethic finance, private courts, bitcoins, and industry 4.0, are among the challenges that political economy faces, as technology and techno-science continuously affect the eco-system and economic landscape. Visual creativity, visual aids, mapping ideas and schemes, is a fundamental step to capture economic reality. Teaching macroeconomics and fostering economic literacy crucially address both new theories and perspectives that are being drawn today across the globe and also the concrete practices and learning outcomes of pioneer projects. These include the civic movements and also the academic communities that are permanently fuelling the impetus for social change and renewal. The social and ecological risks of contemporary societies are not to be responded with past formulas and with denial patterns but need to be addressed in creative ways that effectively have a consequence in the life of populations, of communities and of citizens. A society that does not promote creativity and spontaneity is taking a suicidal path. Symbolic reasoning is proposed as the capacity that history of humanity has demonstrated to create the necessary answers to new challenges. Teaching macroeconomics and promoting economic literacy, in creative and spontaneous processes, is understood as an important ingredient to more effective and satisfactory political economy thinking and action.